



BANCO DE MOÇAMBIQUE





RELATÓRIO ANUAL

Nº 17/ Ano 17

Dezembro/2008

CDI-BANCO DE MOÇAMBIQUE

Relatório Anual	Maputo	Ano 17	P1-133	Dezembro 2008
-----------------	--------	--------	--------	---------------

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2008.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Administração e Finanças
Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Supervisão Bancária

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: 258-21-318000/9 Fax: 258-21-321363

C.P. 423

Internet: <http://www.bancomoc.mz>
Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:

Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tentente Valdim nº 69

Tiragem: 500 exemplares





Conselho de Administração

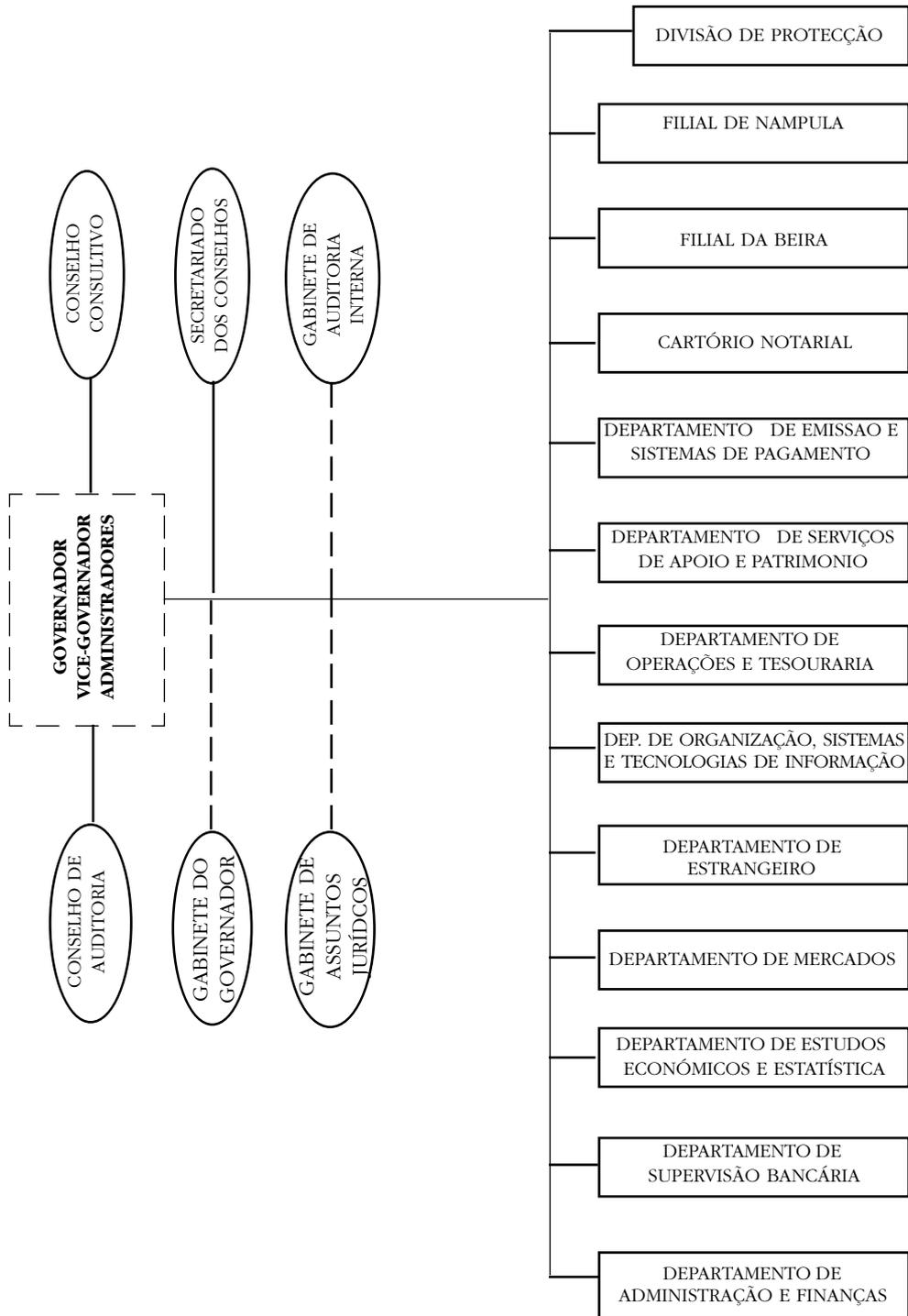
Ao Centro
Ernesto Gouveia Gove
Governador

À Esquerda
António Pinto de Abreu
Administrador
Esselina Macome
Administradora
Waldemar Fernando de Sousa
Administrador

À Direita
Joana Jacinto David
Administradora
Víctor Pedro Gomes
Administrador



ORGANIGRAMA GERAL DO BANCO DE MOÇAMBIQUE



ÍNDICE GERAL

	PÁGINA
I. DEMOSNSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aprovação do Conselho de Administração	1
Balanço	2
Demonstração de Resultados	3
Relatório dos Auditores	4
Mapa de Fluxo de Caixa	9
II. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA	
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	49
2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	52
2.1. Desempenho Macroeconómico	53
2.2. Preços das Mercadorias	60
3. CONJUNTURA INTERNA	67
3.1. Sector Real	67
3.1.1. Preços	67
3.1.2. Produto Interno Bruto	75
3.2. Finanças Públicas	76
3.2.1. Receitas	78
3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	80
3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	82
3.3. Sector Monetário	83
3.3.1. Programa Monetário	83
3.3.2. Base Monetária	84
3.3.3. Mercados Interbancários	86
3.3.4. Taxas de Câmbio	89
3.3.5. Massa Monetária	90
3.3.6. Endividamento do Sector Privado	91
3.3.7. Taxas de Juro a Retalho	94
3.4. Sector Externo	98
3.5.1. Reservas Internacionais Líquidas	98
3.5.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	100
3.5.3. Balança de Pagamentos	102
3.5.4. Dívida Externa	105
III. SISTEMA FINANCEIRO	
SISTEMA BANCÁRIO	122
Caracterização e Distribuição das Agências	122
Concentração na Indústria Bancária	123
DESEMPENHO DO SISTEMA BANCÁRIO	124
Estrutura Patrimonial	124
Activos	124
Passivo	124
Solvabilidade	128
Rendibilidade	130
4.6 Risco de Liquidez	117
5. Perspectivas da Supervisão Bancária	120



Gráfico 1: Preço do Brent	60
Gráfico 2: IPC da Cidade de Maputo (Variação Anual em %)	67
Gráfico 3: Produtos com maior contribuição no IPC de Moçambique.....	73
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Fiscais	78
Gráfico 5: Estrutura das Despesas Correntes	81
Gráfico 6: Fontes de Financiamento do Investimento	82
Gráfico 7: Fontes de Financiamento do Orçamento	83
Gráfico 8: Taxas de Juro do MMI	87
Gráfico 9: Evolução da Taxa de Câmbio Nominal	89
Gráfico 10: Crédito por Sector de Actividade – Contribuições no Saldo Total	93
Gráfico 11: Taxa de Juro e Inflação Média Anual	94
Gráfico 12: Taxa de Juro a Retalho em ME	95
Gráfico 13: Peso dos Instrumentos de Pagamentos (valor)	97
Gráfico 14: Peso dos Instrumentos de Pagamentos (volume)	97
Gráfico 15: Reservas Internacionais Líquidas	98
Gráfico 16: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	100
Gráfico 17: Evolução das Importações e Exportações (Excluindo Grandes Projectos)	103
Gráfico 18: Grau de Abertura da Economia Moçambicana	104
Gráfico 19: Peso Médio das Exportações de Bens por País de Destino	105
Gráfico 20: Peso Médio das Importações de Bens por País de Origem	108
Gráfico 21: Evolução da Conta Rendimentos	109
Gráfico 22: Evolução da Conta de Transferências Correntes	110
Gráfico 23: Investimento Directo Estrangeiro	112
Gráfico 24: Distribuição Sectorial do IDE em Moçambique	113
Gráfico 25: Índice de Herfindhal – Hirschman no sistema bancário	124
Gráfico 26: Evolução do activo	125
Gráfico 27: Estrutura do activo (2007)	125
Gráfico 28: Estrutura do activo (2008)	125
Gráfico 29: Evolução do crédito em moeda estrangeira	126
Gráfico 30: Estrutura do passivo	127
Gráfico 31: Estrutura de depósitos de clientes	127
Gráfico 32: Rácio de Solvabilidade	128
Gráfico 33: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade	129
Gráfico 34: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade	129
Gráfico 35: Variação homóloga dos resultados	130
Gráfico 36: Composição dos resultados	131
Gráfico 37: Estrutura dos juros e proveitos equiparados	131
Gráfico 38: Rendibilidade	132
Gráfico 39: Estrutura dos custos operacionais	133
Gráfico 40: Rácio de Eficiência-cost to income	133



QUADROS	PÁGINA
Quadro 1: Evolução do PIB real e Inflação nos principais blocos mundiais	52
Quadro 2: Evolução das Taxas de Juro de Referência	57
Quadro 3: Indicadores Regionais	58
Quadro 4: Preços Internacionais de Mercadorias Seleccionadas	60
Quadro 5: Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo (em %)	69
Quadro 6: Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual	71
Quadro 7: IPC Agregado	72
Quadro 8: Produto Interno Bruto - Taxas de Crescimento em Volume (%)	75
Quadro 9: Programa de Execução Orçamental (milhões de MT)	77
Quadro 10: Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB (2004-2008)	77
Quadro 11: Principais Metas do Programa Monetário e Valores realizados em 2008	84
Quadro 12: Evolução da BaM e suas Componentes - em 10 ⁶ MT, excepto indicação diferente	85
Quadro 13: Factores de Variação das Reservas Bancárias em 2008	85
Quadro 14: Mercados Interbancários	88
Quadro 15: Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10 ⁶ MT)	90
Quadro 16: Comportamento do Crédito à Economia	92
Quadro 17: Financiamento ao Sector Privado (Fluxos)	94
Quadro 18: Evolução dos Subsistemas do SNP (em Milhões de MT)	96
Quadro 19: Valor Médio por Transacção e por instrumento de Pagamento	97
Quadro 20: Taxa de Câmbio Real Bilateral	101
Quadro 21: Evolução da Conta Corrente (USD mio)	103
Quadro 22: Evolução das Importações de Bens (USD mio)	107
Quadro 23: Evolução do Saldo da Conta de Serviços (USD mio)	108
Quadro 24: Evolução da Conta Capital e Financeira (USD mio)	111
Quadro 25: Evolução das Fontes de Financiamento da Balança de Pagamentos (USD mio)	114
Quadro 26: Desembolsos de Empréstimos Externos (em USD mio)	115
Quadro 27: Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD mio)	117
Quadro 28: Distribuição Geográfica das agências bancárias	12

CAIXAS	PÁGINA
Caixa 1: A Crise Financeira Internacional e os Efeitos esperados sobre a Economia de Moçambique	62
Caixa 2: Metodologia de Cálculo do IPC Moçambique	74
Caixa 3: Medidas Tomadas no Âmbito da Gestão da Política Monetária	88
Caixa 4: Análise dos Determinantes, Sustentabilidade e Competitividade da Conta Corrente de Moçambique no Período 1997 a 2007	69





PREFÁCIO

O ano de 2008 ficará na história como tendo sido marcado por perturbações severas na conjuntura internacional, com efeitos profundos sobre a economia mundial – globalmente e em cada país. No início do ano, os preços dos produtos alimentares dispararam para níveis bastante elevados, agravando as condições de importação de cereais básicos para a dieta alimentar das populações de países pobres, com sérias lacunas na sua estrutura de segurança alimentar. Seguiu-se a crise da alta sucessiva do preço do barril de petróleo no mercado internacional, vindo a atingir o seu máximo histórico de USD 147 no mês de Julho, o que colocou novos desafios aos Governos dos países importadores, que tiveram que despende enormes somas em divisas para terem acesso a esta preciosa matéria-prima. Na parte final do ano, a crise das hipotecas do mercado imobiliário dos EUA alastrou-se à escala global sob forma de crise financeira, acompanhada da primeira vaga de impactos sobre os países desenvolvidos, que se propagaram pelos mercados emergentes e pelos países em desenvolvimento. Este foi o contexto em que os Governos, os Bancos Centrais, as empresas, os trabalhadores e os agentes económicos em geral tiveram que operar em 2008.

Dados disponíveis mostram um abrandamento do crescimento económico mundial, sendo a cifra de 3.4% a mais baixa dos últimos quatro anos e menos 1.8 pp quando comparada com a de 2007. O declínio da actividade económica nas economias mais desenvolvidas foi a principal causa desta forte desaceleração, reflectindo o impacto das três crises já mencionadas, sobretudo a crise financeira, que exigiu dos Governos daquelas economias medidas de estímulo, com destaque para a injeção de recursos financeiros consideráveis no sistema financeiro, sob a forma de empréstimos a bancos em crise, compra de títulos tóxicos de instituições de crédito em risco de falência e cortes sistemáticos nas taxas de juro de política, com o objectivo de melhorar as condições de liquidez. No continente africano, a taxa de crescimento também desacelerou, mas a um ritmo menos acentuado, ou seja, em 1pp face ao ano anterior, como resultado da influência dos factores referidos, numa atmosfera de cada vez maior integração económica global. Na região da SADC, a economia da África do Sul, a maior da região, cresceu a uma taxa anual de 3.1%, correspondente a 2.0 pp abaixo da observada em 2007, acompanhada pelo agravamento da inflação para 9.5% em Dezembro de 2008, após 8.6% em 2007.

No caso moçambicano, as autoridades foram chamadas a tomar medidas arrojadas, do lado das políticas fiscal-orçamental e monetário-cambial, para amortecer o impacto dos choques exógenos. Estrategicamente, houve que estabelecer sinergias, definir prioridades, reorientar os escassos recursos, potenciar a exploração do imenso potencial de produção agrícola que o País possui, promover novas oportunidades de negócio, tranquilizar e consolidar a credibilidade dos mercados e estreitar a parceria público-privada.

No quadro desta estratégia, foi atribuída prioridade máxima à conclusão da negociação com os nossos parceiros de cooperação bilateral e multilateral, para o fecho do pacote de financiamento do Orçamento do Estado e balança de pagamentos de 2009, ainda no decorrer do ano de 2008. Para além da actividade diplomática, jogaram papel de relevo as visitas que o País recebeu do Presidente do Banco Mundial e de Directores Executivos do FMI, bem assim o acolhimento, pela primeira vez, da Reunião Anual do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, instituições estas que demonstraram o seu cometimento para com a estratégia de desenvolvimento do País e as políticas implementadas pelo Governo no quadro do seu programa de redução da pobreza absoluta.



A par das medidas que o nosso Governo tomou, o Banco de Moçambique injectou recursos adicionais em divisas através do mercado cambial interbancário, num montante total de USD 673 milhões em 2008, correspondentes a mais USD 265 milhões comparativamente a 2007, visando assegurar o funcionamento regular dos mercados interbancários – condição que se tem mostrado fundamental para a desejada credibilidade financeira e estabilidade cambial, contribuindo deste modo para otimizar as medidas de natureza fiscal-orçamental adoptadas para mitigar os efeitos da crise e amortecer o impacto dos choques sobre a inflação doméstica.

Apesar da pressão interna exercida sobre a carteira de divisas do país sob a gestão do Banco de Moçambique, aliada à redução dos rendimentos das aplicações dos nossos activos no mercado internacional – cujas taxas de juro e de retorno caíram drasticamente – e à crescente volatilidade do Dólar americano, o País constituiu reservas internacionais num montante de USD 139.7 milhões, permitindo que o seu saldo incrementasse para USD 1,643.2 milhões, equivalente a 4.5 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, quando incorporadas as transacções dos grandes projectos e 5.6 meses quando excluídas as importações por parte daqueles empreendimentos.

Ainda no contexto da crise, na qualidade de supervisores do sistema financeiro moçambicano, tomámos medidas prudenciais e de persuasão para garantirmos que as instituições de crédito reforçassem os seus indicadores-chave, para assim se proteger o sistema do efeito contágio da crise financeira internacional. Apraz-nos verificar que no fim do ano de 2008 o rácio do crédito malparado do sistema se situou em 1.95% e o rácio de solvabilidade muito próximo dos 14%, bem acima dos 8% preconizados pelo Acordo de capitais mínimos no âmbito do comité de Basileia para a supervisão bancária (Basileia I).

Do ponto de vista das contas do Banco de Moçambique, após o resultado positivo de cerca de 290.3 milhões de Meticais publicado para 2007 observando-se a metodologia contabilística então em vigor que avalia os activos em carteira principalmente com base no seu valor histórico, em 2008 registámos uma redução para aproximadamente 208.6 milhões de Meticais de lucros, o que reflecte o esforço levado a cabo para assegurar as intervenções de estabilização da economia que se mostrou imperioso fazer, para além do impacto negativo decorrente da queda significativa das taxas de juro e de retorno das aplicações de activos financeiros no mercado internacional.

Com efeito, perante o alastrar da crise financeira internacional, num cenário em que a economia moçambicana já se vinha ressentindo das consequências da crise dos preços internacionais dos combustíveis e dos cereais, o Comité da Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu que a actuação da autoridade monetária e cambial deveria priorizar a estabilidade da moeda nacional, por forma a evitar um surto inflacionário com repercussões adicionais sobre a economia real e sobre as expectativas dos agentes económicos, assumindo como contrapartida dessa estratégia o custo de os resultados do Banco reduzirem, quer pelo desgaste de reservas no Mercado Cambial Interbancário – que diminui as aplicações no exterior – quer pelo impacto cambial sobre a posição externa, caracterizada por disponibilidades largamente superiores às responsabilidades

Em 2008, o Banco de Moçambique e as principais instituições de crédito completaram a transição para os IFRS (NIRF- Normas Internacionais de Relato Financeiro), metodologia segundo a qual os activos em carteira são avaliados continuamente



com base no seu valor de mercado, o que representa um esforço apreciável para a melhoria da transparência e da qualidade da informação prestada ao público, colocando-nos na dianteira do grupo de países africanos a realizar esta transição. Por esta razão, é apresentada, com o necessário detalhe, a análise do balanço e das demonstrações financeiras dos exercícios de 2007 e 2008.

Os resultados apurados a partir da implementação dos IFRS apontam para prejuízos que evoluem de cerca de 542.7 milhões de Meticais em 2007 para aproximadamente 1 461.1 milhões de Meticais em 2008. Esta situação e a sua evolução são consistentes com o impacto negativo de grande vulto no âmbito da crise financeira internacional, originado pela perda significativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros de bolsa, assim como pela volatilidade e enfraquecimento tendencial do dólar no mercado internacional, num ambiente em que se adopta uma metodologia que privilegia a avaliação da carteira de activos pelo critério do justo valor, isto é, do valor de mercado. Com a adopção dos IFRS e a sua implementação em 2008, o Banco de Moçambique passará a preparar e a divulgar as suas contas exclusivamente com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro. Todavia, para facilitar a leitura dinâmica das demonstrações financeiras nesta transição para os IFRS, o Banco optou por construir um balanço e demonstração dos resultados com base no actual Plano de Contas do Banco de Moçambique.

No que se refere à gestão da política monetária, em 2008 a nossa actuação esteve sempre orientada no sentido de garantirmos o cumprimento dos objectivos finais de inflação, crescimento do PIB e de reservas internacionais. Os principais indicadores macroeconómicos evoluíram em linha com as nossas previsões iniciais, tendo o PIB crescido, em termos reais, em 6.8%, impulsionado, em grande medida, pelo sector primário, este, por seu turno, dinamizado pela agricultura e pela indústria mineira, enquanto a inflação anual, medida pelo IPC da Cidade de Maputo, se situou em 6.19%, o que traduz uma redução de 4.1 pp relativamente a 2007, apesar de a inflação média anual ter-se posicionado mais 2.17 pp acima dos valores observados em 2007. Os cereais e seus derivados foram os produtos com maior impacto na variação do IPC em 2008. Com efeito, excluindo este grupo de produtos, a inflação anual recua para 4.5%, bem abaixo dos 6.2% registados pelo indicador geral e de um dos indicadores core que o nosso Comité de Política Monetária monitora, que retira do Índice de Preços no Consumidor as frutas e vegetais (IPCXFRVEG), que se fixou em 5.8% em Dezembro de 2008.

Operacionalmente, em 2008 o Banco de Moçambique voltou a rever em baixa o coeficiente de reserva obrigatória, em 150 pb, fixando-o em 9%, prosseguindo deste modo o seu alinhamento com a média dos países da região (excluindo a África do Sul), assim como reduziu as suas taxas de intervenção no mercado monetário interbancário, nomeadamente, a taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e a taxa da Facilidade Permanente de Depósito (FPD), em 100 pb e 25 pb, para 14.5% e 10.25%, respectivamente. Estas medidas espelham a evolução positiva dos indicadores macroeconómicos e as nossas previsões de curto e médio prazos e enquadram-se na nossa estratégia de alargamento dos serviços financeiros para as zonas rurais, bem como de custos de intermediação financeira no País mais baixos e competitivos.

A postura do Banco de Moçambique nos mercados interbancários, visando a regulação da liquidez do sistema, levou a que a Base Monetária – variável operacional de política monetária – expandisse 7.8% em 2008, ou seja abaixo das previsões iniciais, concorrendo para que o agregado mais amplo de moeda (M3) registasse um aumento de 20.3%, na



linha das nossas previsões. O crédito ao sector privado da economia incrementou no ano em 46%, mais 29 pp do que em 2007 e as operações financeiras do Estado no âmbito da execução orçamental permitiram uma arrecadação de receitas equivalente a 16.9% do PIB, após 16.4% em 2007, ante um nível de despesas correspondente a 29.4% do PIB, fazendo com que o défice antes de donativos fosse de 12.5% do PIB, coberto por donativos, que representaram 10% do produto interno bruto.

A posição externa de Moçambique medida pelo saldo da conta corrente, incluindo os grandes projectos, deteriorou-se em 24.2% em 2008, elevando o défice anual para USD 975.3 milhões, como corolário, por um lado, da duplicação do défice da conta parcial de bens, decorrente do aumento mais pronunciado das importações relativamente às exportações e, por outro, do incremento da saída líquida de recursos registada na conta de rendimentos, fluxos atenuados pela entrada líquida de capitais no montante de USD 755 milhões, mais USD 308.0 milhões que em 2007, a reflectir a entrada de Investimento Directo Estrangeiro, no valor de USD 587 milhões, e que teve como destino a agricultura e produção animal; a indústria transformadora; os transportes e armazenagens; o comércio por grosso e a retalho, a indústria extractiva e o sector financeiro.

No ano em revista, registámos a entrada de duas novas instituições bancárias no nosso mercado e o número de agências aumentou em 67, perfazendo um total de 343 balcões em todo o País, servindo 44 distritos, contra 33 em finais de 2007. Adicionalmente, foi autorizada a constituição de quatro cooperativas de poupança e empréstimo, dezassete operadores de microcrédito e cinco microbancos, para além de ter sido ampliada a rede de ATM's, POS e o número de contas bancárias no sistema bancário.

No quadro da racionalização dos custos de intermediação financeira, mantivemos com a Associação Moçambicana de Bancos sessões de trabalho muito benéficas, visando a harmonização da tabela de taxas e comissões, e em simultâneo demos início ao projecto de constituição de uma Sociedade Interbancária de Serviços para assegurar a interoperacionalidade das diferentes redes de pagamento electrónicas existentes e o processamento de todas as transacções de retalho através de um switch doméstico único.

A aprovação da Lei nº 2/2008, de 27 de Fevereiro - Lei do Sistema Nacional de Pagamentos, veio aperfeiçoar o quadro legal para a operacionalidade das várias componentes do sistema, incluindo o subsistema de liquidação de transferência por grosso em tempo real. Assinalámos também a aprovação pela Assembleia da República, em Outubro, da Lei nº 11/2009, de 11 de Março, nova Lei Cambial, revogando a Lei nº 3/96, de 4 de Janeiro, que consagra o princípio de liberalização das transacções correntes e define as competências do Banco de Moçambique, na sua qualidade de Autoridade Cambial, para a colecta de informação necessária para a melhoria da gestão da posição externa de Moçambique, de conformidade com a prática existente na generalidade dos países da região.

Durante o ano, no âmbito da contínua adequação do nosso quadro de política monetária, prosseguimos com o reforço da nossa capacidade de previsão e modelação para minimizar os riscos e incertezas da conjuntura económico-financeira e aumentar a eficácia das nossas políticas.

No que respeita à componente de Recursos Humanos, o Banco de Moçambique prosseguiu com a implementação do seu programa de formação, incidindo sobre acções de capacitação e de especialização, com destaque para os cursos de certificação



em áreas de elevada exigência técnico-profissional e estágios em bancos centrais e em instituições de reconhecido prestígio internacional. De salientar o início dos programas de pós-graduação directamente financiados pelo Banco, priorizando cursos de mestrado e de doutoramento para os nossos técnicos superiores, dentro e fora do país, no quadro do reforço da capacidade institucional, face aos desafios de integração regional que temos pela frente.

São inúmeros os desafios que nos esperam em 2009, tomando em conta o propagar de uma conjuntura internacional adversa e incerta, que poderá afectar grandezas macroeconómicas sensíveis, como o crescimento real do PIB e a balança de pagamentos, designadamente, as exportações de bens e serviços moçambicanos, sobretudo dos grandes projectos, o fluxo de investimento directo estrangeiro, a arrecadação de receitas fiscais e o acesso a financiamentos externos por parte de residentes da economia moçambicana. No que se refere à política monetária, continuaremos a desenhá-la de conformidade com os objectivos finais macroeconómicos definidos pelo Governo, que prevêem um crescimento económico de 4.3%, uma inflação anual de 6% e uma posição das reservas internacionais líquidas que garanta pelo menos 3.9 meses de cobertura de importações totais, quando incluídos os grandes projectos. Os nossos objectivos intermédios são de uma expansão monetária de 15%, compatível com um crescimento da Base Monetária, nossa variável instrumental, de 12.5%.

Os resultados positivos que lográmos alcançar em 2008 foram possíveis graças ao empenho de todos os trabalhadores do Banco de Moçambique, aos quais endereço os meus sinceros agradecimentos. O meu reconhecimento é extensivo a todas as instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, com destaque para o sector financeiro nacional e para o público em geral e a comunidade internacional, pela enorme colaboração que nos têm prestado. A todos o meu muito obrigado.

Ernesto Gouveia Gove
Governador



Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco de Moçambique é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e as respectivas operações e transacções executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 Janeiro, e considerando que este é o ano de transição às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's) as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2008 constantes das páginas 2 e 3, compiladas de conformidade com o Plano de Contas do Banco de Moçambique (PCBM), e das páginas 4 a 59, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's), foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de Agosto de 2009, e vão assinadas em seu nome por:



Esselina Macome
Administradora



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	2008	2007
Activo		
Meios imobilizados	1.361.048	1.248.544
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	-	-
Investimentos	4.545.664	4.543.578
Flutuação de valores reembolsável pelo Estado	-	15.207
Ouro e activos sobre o exterior	42.089.464	37.167.888
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Outros devedores	8.874.442	6.847.834
Existências	694.675	543.602
<i>Total do activo</i>	<u>57.565.293</u>	<u>50.366.653</u>
Passivo		
Notas e moedas em circulação	11.995.943	10.942.179
Depósitos	18.023.684	16.949.860
Bilhetes do tesouro e de Autoridades Monetárias	19.768.116	14.213.411
Financiamentos externos	384.438	363.594
Outros credores	383.105	418.914
Fundo social dos trabalhadores	191.493	206.865
Provisões	5.148.818	4.596.902
<i>Total do passivo</i>	<u>55.895.597</u>	<u>47.691.725</u>
Situação líquida		
Capital	248.952	248.952
Reservas não distribuíveis	751.870	534.112
Lucros não distribuídos	208.616	290.344
Reserva estatutária	436.258	363.672
Outras reservas	24.000	1.237.848
<i>Total da situação líquida</i>	<u>1.669.696</u>	<u>2.674.928</u>
<i>Total da situação líquida e passivo</i>	<u>57.565.293</u>	<u>50.366.653</u>
Contas extrapatrimoniais	<u>507.856</u>	<u>520.036</u>



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	2008	2007
Juros e proveitos equiparados	2.499.066	2.122.742
Juros e custos equiparados	2.710.946	2.010.619
<i>Margem financeira</i>	(211.880)	112.123
Outros proveitos		
Proveitos de operações em ouro	-	206.020
Proveitos de operações em moeda estrangeira	1.654.239	1.037.357
Outros proveitos de exploração	359.021	375.551
<i>Total de proveitos</i>	1.801.380	1.731.051
Custos operacionais		
Custos com o pessoal	913.320	863.284
Outros custos operacionais	473.767	490.984
	1.387.087	1.354.268
<i>Lucro da actividade corrente</i>	414.293	376.783
Proveitos/(Custos) de exercícios anteriores	4.892	(76.896)
Provisões	419.185 (210.569)	299.887 (9.543)
<i>Lucro do exercício</i>	208.616	290.344



BANCO DE MOÇAMBIQUE **Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2008** **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Ao Conselho de Administração do **BANCO DE MOÇAMBIQUE**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do BANCO DE MOÇAMBIQUE, que compreendem o Balanço relativo a 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um activo total de 53.138.237 milhares de Meticais e fundos próprios no montante de 1.296.017 milhares de Meticais, incluindo um resultado negativo de 1.461.095 milhares de Meticais), a Demonstração de resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano então findo e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e de fazer estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 1 das Reservas, conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Reservas

1. Durante o exercício de 2008, foi prosseguido o processo iniciado em 2007 de análise e reconciliação do saldo da rubrica Outros Devedores – Posição Cambial, o qual à data do Balanço evidenciava um saldo devedor de aproximadamente 2.778.000 milhares de Meticais. Este processo ainda não se encontra concluído, sendo que a Administração o prevê concluir ainda durante o exercício de 2009. Enquanto não terminar a referida reconciliação, não nos é possível avaliar o efeito, se algum, dos possíveis ajustamentos daí resultantes quer na situação patrimonial do Banco quer nos seus resultados, reportados à mesma data.
2. Conforme referido na Nota 8 das Notas às Demonstrações Financeiras, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui o montante de 4.500.000 milhares de Meticais relativos a Obrigações de Tesouro emitidas pelo Estado Moçambicano entre 2005 e 2007. A maturidade das referidas obrigações foi alterada a partir de 1 de Janeiro de 2008, passando a ser anual ao invés de perpétua. Atendendo a que em exercícios anteriores o Banco nunca procedeu a qualquer ajustamento do valor das Obrigações de Tesouro para o respectivo justo valor, somos da opinião que o Resultado líquido do exercício se encontra subavaliado em 2.703.216 milhares de Meticais e as Reservas não distribuíveis sobreavaliadas nesse montante.
3. De acordo com o preconizado no artigo 14º da actual Lei Orgânica do Banco de Moçambique, as diferenças resultantes da reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira detidas pelo Banco deverão ser contabilizadas numa conta especial de flutuação de valores e são da responsabilidade do Estado. Com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o Banco registou diferenças de reavaliação cambial, na rubrica Resultados de reavaliação cambial e do ouro nos montantes de 1.785.437 milhares de Meticais (perda) e 1.213.848 milhares de Meticais (ganho), respectivamente. Nestas circunstâncias, o Resultado líquido do exercício encontra-se subavaliado em 1.785.437 milhares de Meticais, as Reservas não distribuíveis encontram-se sobreavaliadas em 1.213.848 milhares de Meticais e o Activo – Flutuação de valores reembolsável pelo Estado encontra-se subavaliado em 571.589 milhares de Meticais.

Opinião com Reservas

Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 1 e quanto ao efeito das situações descritas nos parágrafos 2 e 3 antecedentes, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BANCO DE MOÇAMBIQUE em 31 de Dezembro de 2008, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 7 de Agosto de 2009

ERNST & YOUNG, LDA



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE

BALANÇO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2008	2007
Activos			
Moeda estrangeira	4	112.020	69.838
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	5	17.442.205	17.861.558
Ouro	6	2.108.429	1.887.053
Activos financeiros detidos para negociação	7	16.352.912	11.945.939
Activos financeiros disponíveis para venda	8	10.870.966	9.867.582
Activos fixos tangíveis	9	2.157.823	2.134.137
Activos intangíveis	10	20.901	7.934
Outros activos	11	4.072.981	3.409.727
Total dos activos		53.138.237	47.183.768
Passivos			
Notas e moedas em circulação	12	11.995.943	10.942.179
Depósitos de outras instituições	13	17.668.174	16.599.555
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14	19.766.055	14.210.834
Financiamentos externos	15	384.438	363.594
Provisões		4.275	-
Responsabilidades com benefícios a empregados	16	1.638.703	2.101.726
Outros passivos	17	384.632	317.117
Total dos passivos		51.842.220	44.535.005
Capitais Próprios			
Capital	18	248.952	248.952
Reservas estatutárias	19	436.258	363.672
Reservas não distribuíveis	19	568.640	350.882
Reserva de reavaliação de justo valor	20	196.097	87.748
Outras reservas		24.000	24.000
Lucros não distribuídos		1.283.165	2.116.165
Resultado líquido		(1.461.095)	(542.656)
Total dos Capitais Próprios		1.296.017	2.648.763
Total dos passivos e capitais próprios		53.138.237	47.183.768

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos equiparados		2.530.438	2.148.776
Juros e gastos equiparados		(2.710.946)	(2.010.619)
Margem financeira	22	<u>(180.508)</u>	<u>138.157</u>
Resultados realizados em operações sobre o ouro		-	206.020
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		(133.293)	160.469
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		97.182	81.840
Resultados de reavaliação cambial e do ouro	23	453.918	748.625
Outros rendimentos operacionais	24	112.976	37.046
Total de rendimentos		<u>350.275</u>	<u>1.372.157</u>
Gastos com o pessoal	25	(1.309.573)	(1.321.252)
Depreciações	9	(124.288)	(104.084)
Amortizações	10	(4.500)	(8.307)
Outros gastos operacionais	26	(368.734)	(471.627)
Provisões		(4.275)	(9.543)
Total de gastos operacionais		<u>(1.811.370)</u>	<u>(1.914.813)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(1.461.095)</u>	<u>(542.656)</u>
<i>Ganhos não realizados de reavaliação cambial</i>		-	-
<i>Ganhos não realizados de reavaliação de investimentos</i>		-	160.469
Lucro realizado		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.





BANCO DE MOÇAMBIQUE
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Resultado líquido não distribuído	Reservas estatutárias	Reservas não distribuíveis	Outras reservas	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (PCBdM)		248.952	-	-	290.595	314.880	1.662.729	292.309	2.809.465
Alteração de políticas contabilísticas para IFRS	30	-	122.390	2.116.165	-	(183.230)	(1.638.729)	-	416.596
Saldos em 1 de Janeiro de 2007 (Proforma IFRS)		248.952	122.390	2.116.165	290.595	131.650	24.000	292.309	3.226.061
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2006 (PCBdM)		-	-	-	73.077	219.232	-	(292.309)	-
Resultado gerado no exercício de 2007		-	-	-	-	-	-	(542.656)	(542.656)
Reavaliação de activos disponíveis para venda		-	(32.492)	-	-	-	-	-	(32.492)
Variações cambiais e outros movimentos		-	(2.150)	-	-	-	-	-	(2.150)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007		248.952	87.748	2.116.165	363.672	350.882	24.000	(542.656)	2.648.763
Aplicação dos resultados líquidos de 2007		-	-	(833.000)	72.586	217.758	-	542.656	-
Resultado gerado no exercício de 2008		-	-	-	-	-	-	(1.461.095)	(1.461.095)
Reavaliação de activos disponíveis para venda		-	106.669	-	-	-	-	-	106.669
Variações cambiais e outros movimentos		-	1.680	-	-	-	-	-	1.680
Saldos em 31 de Dezembro de 2008		248.952	196.097	1.283.165	436.258	568.640	24.000	(1.461.095)	1.296.017

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Direção de Contabilidade

Conselho de Administração

I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais	
Resultado líquido do exercício	(1.461.095)
Ajustamentos para:	
Depreciações e amortizações	128.788
Itens não relacionados com caixa	(142.466)
Variação em provisões	4.275
Variação em responsabilidades com benefícios a empregados	(463.023)
Fluxos líquidos gerados pelas actividades operacionais	(1.933.521)
Alterações ao nível dos activos e passivos operacionais:	
Diminuição/ (aumento) em Activos financeiro detidos para negociação	(4.406.973)
Diminuição/ (aumento) da Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	-
Diminuição/ (aumento) em Outros activos	(663.254)
(Diminuição)/ aumento em Depósitos de outras instituições	1.068.619
(Diminuição)/ aumento em Outros passivos	220.571
(Diminuição)/ aumento de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	5.555.221
Fluxos líquidos gerados pela / (utilizado para) alterações ao nível do capital	1.774.184
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades operacionais	(159.337)
Fluxos de caixa de actividade de investimento	
(Aquisição) / venda de Activos fixos tangíveis e intangíveis	(176.032)
Variação nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	155.796
Variação em Activos financeiros disponíveis para venda	(895.035)
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de investimento	(915.271)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	
(Diminuição) / aumento de Notas e moedas em circulação	1.053.764
Variação nas Responsabilidades em moeda estrangeira	20.844
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de financiamento	1.074.608
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa no seu Balanço.



BANCO DE MOÇAMBIQUE **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM** **31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS

1. Bases de apresentação

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central do País e tem a sua sede em Maputo. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Agosto de 2009.

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em milhares de meticais e são idênticas às que foram preparadas pelo Banco a partir dos seus relatos contabilísticos e que vão ser submetidas à aprovação.

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente activos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisados na Nota 2.

Transição para as IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de transição, o Banco decidiu adoptar certas excepções à aplicação retrospectiva das IFRS permitidas pela IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à utilização do justo valor como “deemed cost” de alguns itens do activo fixo tangível e o reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuariais acumulados na data de transição para as IFRS.

Uma análise dos impactos da transição para as IFRS na situação financeira do Banco e nos resultados das suas operações é apresentada na Nota 28.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na data da emissão destas demonstrações financeiras tinham sido emitidas as seguintes Normas Internacionais de Relato Financeiro e interpretações, mas sem aplicação obrigatória em 2008:

IFRS 1 (alteração) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Banco não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alteração) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 3 (revisão) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alteração) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisão) – Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.



Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 – Segmentos operacionais.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 1 (revisão) – Apresentação de demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

O Banco deverá passar a apresentar a demonstração de *comprehensive income* em separado da demonstração de variações e capital próprio.. Para além do referido anteriormente, o Banco não antecipa qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IAS 23 (revisão) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Banco não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros *puttable* e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros *puttable* e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos *puttable*), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente se qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco.



IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 – Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

O IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Banco não espera que esta interpretação venha a ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecido em resultados aquando da distribuição.

O Banco não espera que esta interpretação venha a ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

- IFRS 5 (Alteração), Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva a partir de 1 de Julho de 2009.. O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- IAS 1 (Alteração), Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito significativo nas demonstrações financeiras do Banco;
- IAS 16 (Alteração), Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IAS 16 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco;



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- IAS 19 (Alteração), Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Banco em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- IAS 20 (Alteração), Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios governamentais, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração não terá efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco;
- IAS 23 (Alteração), Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras do Banco;
- IAS 27 (Alteração), Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Banco;
- IAS 28 (Alteração), Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras do Banco;
- IAS 38 (Alteração), Activos intangíveis; efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Banco;
- IAS 39 (Alteração), Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Banco;
- IAS 40 (Alteração), Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Banco.



2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco.

2.1. Transacções em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data de relato. Os ganhos e perdas cambiais daí resultantes são registadas em resultado conforme a IAS 21 “Os Efeitos de alterações em taxas de câmbio”.

Os activos não monetários em moeda estrangeira, valorizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

2.2. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de negociação, com excepção para as transacções com títulos em que é considerado a data de liquidação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que estes valores são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - o cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - o preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.



Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

2.2.1. Activos financeiros de negociação

Os activos financeiros de negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa classificadas como detidas para negociação, pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

2.2.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- (i) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- (ii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço, excepto quando se trata de acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, caso em que são registadas ao custo de aquisição sendo constituídas perdas por imparidade nos casos que se justificam.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas perdas por imparidade reflectindo essas perdas permanentes.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio, são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício, quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.2.3. Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Banco aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

2.2.4. Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados a custo amortizado, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Quanto exista imparidade nos activos mensurados a custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre o valor de balanço e o valor recuperável é reconhecida em resultados do período. O valor recuperável é determinado como o valor dos cash flows futuros esperados actualizados à taxa efectiva original do activo.

Quando o Banco considera que determinado activo financeiro para o qual tenha sido reconhecida uma imparidade de 100% é incobrável, este é abatido ao activo. O abate de activos financeiros é decidido pelo Conselho de Administração.

2.2.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, Depósitos de outras Instituições, Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos no âmbito da política monetária e Financiamentos obtidos junto com o FMI. Estes passivos financeiros são inicialmente



reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

2.2.6. Reclassificações de instrumentos financeiros

Durante o exercício o Banco não procedeu a qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias definidas na IAS 39.

2.3 Ouro

O ouro é reconhecido em balanço ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em resultados.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são igualmente reconhecidos em resultados.

2.4. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Na data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2007, o Banco elegeu considerar como custo de alguns imóveis, o seu valor reavaliado, conforme determinado no relatório de avaliação efectuado por um avaliador independente.

Os custos subsequentes com os activos fixos tangíveis são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento informático	4
Veículos	4-5
Outros activos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Banco estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor

recuperável dos referidos activos. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os activos fixos tangíveis são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento dos activos são reconhecidos em resultados do período.

2.5. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de software, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que as despesas são realizadas.

Os activos intangíveis são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

2.7. Transacções com o Governo

O Banco toma por sua conta várias transacções em nome do Governo, que inclui entre outros a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras do Banco.

2.8. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros activos no momento e pelo montante de liquidação. Subsequentemente são amortizados por contrapartida de resultados por um período de 3 e 5 anos, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

2.9. Impostos

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais, nos mesmos termos que o Estado. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas. A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções.



Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

2.10. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.11. Responsabilidades com pensões de reforma

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários, adquiridas por estes desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste Fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA. A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensão existente corresponde a um plano de benefícios definido, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de baixo risco e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos com base no método do corredor. Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados não reconhecidos no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são reconhecidos por um período de 18 anos (tempo de serviço médio futuro esperado dos actuais trabalhadores no activo). Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situam dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhecerá como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) (-) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) (+/-) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.



2.12. Benefícios médicos pós-emprego

Nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário Moçambicano (ACT), o Banco assumiu responsabilidades com os custos médicos pós-emprego.

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios médicos pós-emprego através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos custos médicos e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom rating, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Os resultados do Banco incluirão os seguintes custos relativos a responsabilidades por benefícios médicos pós-emprego:

- custo do serviço corrente;
- custo dos juros; e
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em “Gastos com pessoal”.

2.13. Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom rating, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Os resultados do Banco incluirão os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente;
- custo dos juros; e
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados serão reconhecidos em “Custos com pessoal”.

2.14. Ganhos não realizados

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e às variações cambiais de activos monetários são identificados e registados em contas específicas por



forma a serem transferidos para a reserva não distribuível no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a sua distribuição na forma de dividendos.

2.15. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, utilizando o método do juro efectivo. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, respectivamente.

O juro efectivo é o juro que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. O juro efectivo é estabelecido no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revisto subsequentemente.

Para o cálculo do juro efectivo são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base no juro utilizado na mensuração da perda por imparidade.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo juro efectivo.

NOTA 2 – ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue certos julgamentos e faz estimativas necessárias baseadas na experiência histórica e outros factores considerados relevantes.

As estimativas e julgamentos associados são revistas numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar ambos o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Activos fixos tangíveis

A determinação do justo valor dos imóveis, das vidas úteis dos activos tangíveis, os seus valores residuais, assim como a existência de perdas de imparidade destes activos requerem um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

Instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado ou métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), cujo resultados dependem dos pressupostos utilizados.

Outros activos e outros passivos

A determinação da recuperabilidade e exigibilidade dos outros activos e outros passivos requerem um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

NOTA 3 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Banco encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento de Estrangeiro (“DES”), sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. O DES é o responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

3.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, “*duration*”, “*benchmarks*” a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Banco faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Banco não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda no curto prazo, pelo que foram classificadas como Activos disponíveis para venda.

O Banco contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os ratings dos gestores e normativas legais em vigor. Os activos destas carteiras são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e são classificados como Activos financeiros detidos para negociação.

Apenas são detidos futuros, *forwards* e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de investimento. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (“*Benchmark*”) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um Benchmark especificamente para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao Benchmark. O Banco recebe mensalmente do custodiante um relato com os breaches das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo DES uma comparação diária entre a carteira e o benchmark. Mensalmente é efectuado um rebalanceamento desta carteira.

No contexto da estratégia do Banco relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2008, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31-12-2008

	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira		112.020			112.020
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito		17.442.205			17.442.205
Activos financeiros detidos para negociação	16.352.912				16.352.912
Activos financeiros disponíveis para venda			10.870.966		10.870.966
Outros activos		521.746			521.746
Total de Activos financeiros	16.352.912	18.075.971	10.870.966	-	45.299.849
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação				11.995.943	11.995.943
Depósitos de outras instituições				17.668.174	17.668.174
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários				19.766.055	19.766.055
Financiamentos externos				384.438	384.438
Outros passivos				284.830	284.830
Total de Passivos financeiros	-	-	-	50.099.440	50.099.440

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2007, repartidos pelas diferentes categorias da IAS.

31-12-2007

	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira		69.838			69.838
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito		17.861.558			17.861.558
Activos financeiros detidos para negociação	11.945.939				11.945.939
Activos financeiros disponíveis para venda			9.867.582		9.867.582
Outros activos		520.286			520.286
Total de Activos financeiros	11.945.939	18.451.682	9.867.582	-	40.265.203
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação				10.942.179	10.942.179
Depósitos de outras instituições				16.599.555	16.599.555
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários				14.210.834	14.210.834
Financiamentos externos				363.594	363.594
Outros passivos				182.015	182.015
Total de Passivos financeiros	-	-	-	42.298.177	42.298.177

3.2. Risco de Crédito

3.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco-país, estabelecendo (i) classificações de crédito mínimas (*ratings*) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) prazos máximos por *rating* para os depósitos a prazo, (iii) limites de concentração por *rating* das contrapartes, (iv) limites de concentração por país e (v) limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das reservas internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

3.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 era como se segue:

	2008	2007
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	17.442.205	17.861.558
Activos financeiros detidos para negociação	16.352.912	11.945.939
Activos financeiros disponíveis para venda	10.801.287	9.806.008
Outros activos	521.746	520.286
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias e avales	175.264	175.264
Créditos documentários abertos	332.592	344.772
A 31 de Dezembro	45.626.006	40.653.828

3.2.3 Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2008

	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	4.953.530	11.969.131	6.050.037		22.972.698
AA- a AA+	4.745.162	3.073.310			7.818.472
A- a A+	7.562.860	964.735			8.527.594
Menor que A-	-	81			81
Sem rating	180.653	345.656	4.820.929	521.746	5.868.984
Total	17.442.205	16.352.912	10.870.966	521.746	45.187.829

31.12.2007

	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	5.199.898	7.349.122	5.306.008		17.855.028
AA- a AA+	5.249.137	3.959.544			9.208.681
A- a A+	6.093.276	637.273			6.730.550
Menor que A-	-	-			-
Sem rating	1.319.246	-	4.561.574	520.286	6.401.106
Total	17.861.558	11.945.939	9.867.582	520.286	40.195.365



3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Banco subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três tranches, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das reservas internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- a) Tranche de Fundo de Maneio, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- b) Tranche de Liquidez, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano);
- c) Tranche de Investimento, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazos, e a contingências em períodos de crise, constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (“*duration*”) da carteira de Reservas Internacionais não poderá em media, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2008, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, AA, AA- e A+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2008

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	112.020							112.020
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	4.264.285	12.050.817	1.127.104					17.442.205
Ouro							2.108.429	2.108.429
Activos financeiros detidos para negociação	378.171	241.014	262.978	11.043.990	2.915.635	1.304.870	206.253	16.352.912
Activos financeiros disponíveis para venda			4.752.877	6.047.675			70.414	10.870.966
Outros activos	174.588	608	3.932	58.550	11.573	247.767	24.728	52.1.746
Total activos financeiros e Ouro	4.929.064	12.292.439	6.146.892	17.150.215	2.927.208	1.552.637	2.409.824	47.408.278

Passivos financeiros

Notas e moedas em circulação	11.995.943							11.995.943
Depósitos de outras instituições de crédito	17.668.174							17.668.174
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	1.390.137		18.375.918					19.766.055
Financiamentos externos						384.438		384.438
Outros passivos	284.830							284.830
Total passivos financeiros	31.339.084	-	18.375.918	-	-	384.438	-	50.099.440

31 de Dezembro de 2007

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	69.838							69.838
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	9.755.825	8.105.733						17.861.558
Ouro							1.887.053	1.887.053
Activos financeiros detidos para negociação	1.804.000	326.561	422.166	4.411.644	2.191.576	2.870.874	(80.882)	11.945.939
Activos financeiros disponíveis para venda				5.295.433			4.572.149	9.867.582
Outros activos	211.015	371	5.438	43.412	6.564	206.847	46.639	520.286
Total activos financeiros e Ouro	11.840.678	8.432.665	427.604	9.750.489	2.198.140	3.077.721	6.424.959	42.152.256

Passivos financeiros

Notas e moedas em circulação	10.942.179							10.942.179
Depósitos de outras instituições	16.599.555							16.599.555
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	2.439.847	3.923.662	7.847.325					14.210.834
Financiamentos externos						363.594		363.594
Outros passivos	182.015							182.015
Total passivos financeiros	30.163.596	3.923.662	7.847.325	-	-	363.594	-	42.298.177

3.4. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

3.5. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os *cash flows* de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos a risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2008

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	112.020	112.020
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	3.161.196	12.050.817	1.127.104	-	-	-	1.103.089	17.442.205
Activos financeiros detidos para negociação	378.171	241.014	262.978	11.043.990	2.915.635	1.304.870	206.253	16.352.912
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.752.141	6.048.411	-	-	70.414	10.870.966
Outros activos	174.588	608	3.932	58.550	11.573	247.767	24.728	521.746
Total activos financeiros	3.713.955	12.292.439	6.146.155	17.150.951	-	-	1.404.484	45.299.849

Passivos financeiros

Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	11.995.943	11.995.943
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	17.668.174	17.668.174
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	1.390.137	-	18.375.918	-	-	-	-	19.766.055
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	384.438	-	384.438
Outros passivos	284.830	-	-	-	-	-	-	284.830
Total passivos financeiros	1.674.967	-	18.375.918	-	-	384.438	29.664.117	50.039.440

31 de Dezembro de 2007

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	69.838	69.838
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	9.755.825	8.105.733	-	-	-	-	-	17.861.558
Activos financeiros detidos para negociação	1.804.000	326.561	422.166	4.411.644	2.191.576	2.870.874	(80.882)	11.945.939
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	5.295.433	-	-	4.572.149	9.867.582
Outros activos	211.015	371	5.438	43.412	6.564	206.847	46.639	520.286
Total activos financeiros	11.770.840	8.432.665	427.604	9.750.489	-	-	4.537.906	40.265.203

Passivos financeiros

Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	10.942.179	10.942.179
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	16.599.555	16.599.555
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	2.439.847	3.923.662	7.847.325	-	-	-	-	14.210.834
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	-	363.594	363.594
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	182.015	182.015
Total passivos financeiros	2.439.847	3.923.662	7.847.325	-	-	-	28.087.343	42.298.177

O Banco gere o seu risco de taxa de juro estabelecendo benchmarks para as carteiras geridas externamente e internamente, incluindo uma definição de duration por cada tranche da carteira das Reservas Internacionais. O Banco estabeleceu igualmente para os gestores externos limites de exposição por instrumento e desvio da duration sobre o *benchmark*, tal como limites de perdas em relação ao *benchmark* (*stop loss*).

Em 31 de Dezembro de 2008, o efeito nos resultados e capitais próprios do Banco de uma variação de +/-25 *basis points* na taxa de juro é de 45.049 milhares de metcais e 24.852 milhares de metcais, respectivamente.

3.6. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. Disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco a risco cambial. O Banco gere este risco colocando limites a composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2008 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Metical	USD	EUR	GBP	ZAR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro							
Moeda estrangeira		97.661	5	2	14.338	14	112.020
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito		5.270.563	5.866.753	1.922.910	4.019.859	362.120	17.442.205
Ouro						2.108.429	2.108.429
Activos financeiros detidos para negociação		12.651.208	3.701.704			-	16.352.912
Activos financeiros disponíveis para venda	4.766.250	6.104.716				-	10.870.966
Outros activos	521.028	-	718		-	-	521.746
Total	5.287.278	24.124.148	9.569.180	1.922.912	4.034.197	2.470.563	47.408.278
Passivos financeiros							
Notas e moedas em circulação	11.995.943					-	11.995.943
Depósitos de outras instituições de crédito	13.770.848	3.031.904	746.073	7.888	99.936	11.525	17.668.174
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	19.766.055					-	19.766.055
Financiamentos externos						384.438	384.438
Outros passivos	78.722	3.494	20.658	181.770	-	186	284.830
Total	45.611.568	3.035.398	766.731	189.658	99.936	396.149	50.099.440
Posição global operacional	(40.324.290)	21.088.750	8.802.449	1.733.254	3.934.261	2.074.414	(2.691.162)

Em 31 de Dezembro de 2007 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

	Metical	USD	EUR	GBP	ZAR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro							
Moeda estrangeira		56.417		264	12.961	196	69.838
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito		5.813.359	5.328.694	2.459.412	4.175.434	84.659	17.861.558
Ouro						1.887.053	1.887.053
Activos financeiros detidos para negociação		11.945.939				-	11.945.939
Activos financeiros disponíveis para venda	4.515.000	5.352.582				-	9.867.582
Flutuação de valores reembolsável pelo Estado						-	-
Outros activos	519.568	-	718		-	-	520.286
Total	5.034.568	23.168.297	5.329.412	2.459.676	4.188.395	1.971.908	42.152.256
Passivos financeiros							
Notas e moedas em circulação	10.942.179						10.942.179
Depósitos de outras instituições de crédito	12.107.091	3.503.986	836.746	10.979	128.570	12.183	16.599.555
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	14.210.834					-	14.210.834
Financiamentos externos						363.594	363.594
Outros passivos	36.919	49.931	43.119	52.046	-	-	182.015
Total	37.297.023	3.553.917	879.865	63.025	128.570	375.777	42.298.177
Posição global operacional	(32.262.455)	19.614.380	4.449.547	2.396.651	4.059.825	1.596.131	(145.921)

Em 31 de Dezembro de 2008, o efeito nos resultados e capitais próprios do Banco de uma apreciação ou depreciação do Metical em cerca de 10% versus todas as taxas de câmbio é de 2.945.400 milhares de meticais (2007: 2.516.782 milhares de meticais) e 610.472 milhares de meticais (2007: 535.258 milhares de meticais), respectivamente.

NOTA 4 – MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica analisa-se como segue:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Moeda	2008	2007
CAD	14	16
CHF	-	177
EUR	5	-
GBP	2	264
NOK	-	1
SEK	-	2
USD	97.661	56.417
ZAR	14.338	12.961
	112.020	69.838

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre Instituições de crédito analisam-se como segue:

	2008	2007
Disponibilidades sobre instituições de crédito		
Depósitos à ordem	1.458.599	1.319.246
Aplicações sobre instituições de crédito		
Depósitos a prazo	15.936.112	16.469.629
Juros a receber	47.494	72.683
	17.442.205	17.861.558

Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações, é de 12,40% (2007: 11,50%) e de 0,03% (2007: 1,49%), respectivamente.

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

NOTA 6 – OURO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2008	2007
Ouro em moedas e barras		
No Estrangeiro	2.108.429	1.887.053

À data de 31 de Dezembro de 2008 as reservas de ouro de aproximadamente 95.189 onças (2007 – 95.189) foram avaliadas em USD 82.681.517 (2007 – USD 79.221.382), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 7 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Refere-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipuladas no acordo. Os honorários variam entre os 0,5 e 2 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como segue:

31.12.2008

	Custo de aquisição	Valor de mercado
Caixa e disponibilidades	210.394	210.303
Obrigações do Tesouro	7.661.999	8.100.544
Obrigações de outros emitentes	7.118.417	7.390.161
Outros	1.081.140	651.904
Total	16.071.949	16.352.912

31.12.2007

	Custo de aquisição	Valor de mercado
Caixa e disponibilidades	118.533	118.762
Obrigações do Tesouro	3.324.904	3.363.555
Obrigações de outros emitentes	6.912.566	7.256.373
Outros	1.178.262	1.207.249
Total	11.534.264	11.945.939

NOTA 8 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2008	2007
Instrumentos de Dívida		
Títulos não cotados		
De emissores residentes		
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4.500.000	4.500.000
Juros de Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	251.250	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	6.050.037	5.306.008
	<u>10.801.287</u>	<u>9.806.008</u>
Instrumentos capital		
Títulos não cotados		
De emissores não residentes		
Acções	54.679	46.574
De emissores residentes		
Acções	15.000	15.000
	<u>69.679</u>	<u>61.574</u>
Activos disponíveis para venda	<u>10.870.966</u>	<u>9.867.582</u>

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2008 é apresentado de seguida:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Valor Nominal	Valor de Balanço - Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	
Juros sobre Obrigações do Tesouro (8%)		251.250	251.250		
Obrigações do Tesouro dos EUA	6.332.957	6.050.037	5.774.317	342.512	-
Acções					
ao justo valor					
Afrexim bank		54.679	25.500	29.179	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA		15.000	15.000		
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534		(534)
Activos disponíveis para venda		<u>10.870.966</u>	<u>10.566.601</u>	<u>371.691</u>	<u>(534)</u>

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2007 é apresentado de seguida:

	Valor Nominal	Valor de Balanço - Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro Perpétuas do Estado moçambicano (5,8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000		
Obrigações do Tesouro dos EUA	5.791.650	5.306.008	5.774.317	52.748	-
Acções					
ao justo valor					
Afrexim bank		46.574	23.820	22.754	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA		15.000	15.000		
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534		(534)
Activos disponíveis para venda		<u>9.867.582</u>	<u>10.313.671</u>	<u>75.502</u>	<u>(534)</u>

As Obrigações do Tesouro representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique). Até 31 de Dezembro de 2007, estes títulos não tinham maturidade definida e venciam juros à taxa de 5,8%. Em 2008, os termos dos títulos foram revistos, passando a ter um prazo de um ano, tacitamente renovável e a uma taxa de juro de 8%. O justo valor destas obrigações aproxima-se do valor nominal em 31 de Dezembro de 2008.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensuradas ao custo de aquisição no montante de 15.000 milhares de meticaís em 31 de Dezembro de 2008 (2007: 15.000 milhares de meticaís)

No período em análise, não foram reconhecidas perdas de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em resultados.

NOTA 9 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis durante o exercício de 2008 foi o seguinte:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Patrimônio Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
A 31 Dezembro 2008					
Valor líquido de início do ano	1.626.506	295.128	217	212.286	2.134.137
Adições	127.316	19.669			146.985
Abates	-				-
Transferências		130.975	989	(130.975)	989
Depreciação do exercício	(29.406)	(94.882)			(124.288)
Valor líquido final	1.724.416	350.890	1.206	81.311	2.157.823
A 31 Dezembro 2008					
Custo	1.977.855	875.052	3.889	81.311	2.938.107
Depreciações acumuladas	(253.439)	(524.162)	(2.683)	-	(780.284)
Valor líquido	1.724.416	350.890	1.206	81.311	2.157.823

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Patrimônio Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
A 31 Dezembro 2007					
Valor líquido de início do ano	1.395.152	201.031	380	251.905	1.848.468
Adições	-	170.159	-	219.594	389.753
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	259.213	-	-	(259.213)	-
Depreciação do exercício	(27.859)	(76.062)	(163)		(104.084)
Valor líquido final	1.626.506	295.128	217	212.286	2.134.137
A 31 Dezembro 2007					
Custo	1.850.539	724.408	2.900	212.286	2.790.133
Depreciações acumuladas	(224.033)	(429.280)	(2.683)	-	(655.996)
Valor líquido	1.626.506	295.128	217	212.286	2.134.137

NOTA 10 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

	Software
A 31 Dezembro 2008	
Valor líquido de início do ano	7.934
Adições	17.467
Abates	
Amortização do exercício	(4.500)
Regularizações	
Valor líquido final	20.901
A 31 Dezembro 2008	
Custo	222.312
Amortizações acumuladas	(201.411)
Valor líquido	20.901

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Software
A 31 Dezembro 2007	
Valor líquido de início do ano	15.457
Adições	-
Abates	
Amortização do exercício	(8.307)
Regularizações	784
Valor líquido final	<u>7.934</u>
A 31 Dezembro 2007	
Custo	204.845
Amortizações acumuladas	(196.911)
Valor líquido	<u>7.934</u>

NOTA 11 – OUTROS ACTIVOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2008	2007
Devedores estrangeiros	17.897	18.038
Empréstimos ao pessoal	11.1 303.498	240.854
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)	44.010	68.931
Cheques em processo de liquidação	156.341	192.463
Custos com produção de notas e moedas	11.2 727.385	507.390
Economato	19.899	19.970
Outros devedores	11.3 2.813.494	2.371.624
Valor bruto de Outros activos	<u>4.082.524</u>	<u>3.419.270</u>
Perdas de imparidade	(9.543)	(9.543)
Valor líquido de Outros activos	<u>4.072.981</u>	<u>3.409.727</u>

As perdas de imparidade destina-se à rubrica dos “Outros devedores”. Não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007.

Os activos financeiros incluídos nesta rubrica, com excepção dos empréstimos ao pessoal, são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

11.1 Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT, o Banco atribui aos seus Colaboradores empréstimos à habitação e para outras finalidades.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11.2 Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Notas e moedas emitidas	59.140	61.565
Notas e moedas não emitidas	668.245	445.825
	<u>727.385</u>	<u>507.390</u>

11.3 Outros devedores

Em 2008 e 2007, o saldo dos outros devedores referem-se principalmente à posição cambial de divisas.

NOTA 12 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Notas	17.027.655	13.139.534
Moedas	425.414	381.256
Notas e Moedas no Banco	(3.134.436)	(1.975.241)
Notas e Moedas Inutilizadas	(2.322.690)	(603.370)
	<u>11.995.943</u>	<u>10.942.179</u>

As notas e moedas que se encontravam na Caixa do Banco à data de balanço foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas da antiga família e da nova família que se encontram em circulação em 31 de Dezembro 2008 e em 31 de Dezembro 2007:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Notas - Antiga Família	225.629	243.649
Moedas - Antiga Família	119.662	153.913
	<u>345.291</u>	<u>397.562</u>
Notas - Nova Família	11.354.978	10.330.292
Moedas - Nova Família	295.674	214.326
	<u>11.650.652</u>	<u>10.544.617</u>

As notas e moedas da antiga família podem ser trocadas junto do Banco até 2012.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro;
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidas as instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amodado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2008 o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a 11.995.943 milhares de Meticais (2007: 10.942.179 milhares de Meticais), ascendendo o valor dos activos externos a 42.067.611 milhares de Meticais (2007: 37.072.403 milhares de Meticais).

NOTA 13 – DEPÓSITOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

		<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos em moeda nacional:			
Estado		3.556.600	3.319.227
Instituições financeiras	13.1	7.224.485	6.761.515
Credores por recursos consignados	13.2	6.364	6.364
Outros		68.899	83.544
Depósitos em moeda estrangeira:			
Estado		6.743.932	6.246.602
Instituições financeiras	13.1	0	118.250
Credores por recursos consignados	13.3	67.553	63.712
Depósitos de caução		341	341
		<u>17.668.174</u>	<u>16.599.555</u>

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

13.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.

13.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários destes programas de financiamento.

13.3 Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 14 – BILHETES DO TESOURO EMITIDOS EM NOME DO ESTADO E INSTRUMENTOS MONETÁRIOS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		<u>2008</u>	<u>2007</u>
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado	14.1	17.453.029	13.151.733
Leilões de depósitos	14.2	-	71.000
Facilidades permanentes de depósitos		1.390.137	124.000
Juros a pagar		<u>922.889</u>	<u>864.100</u>
		<u>19.766.055</u>	<u>14.210.834</u>

14.1 Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de débito emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três ou seis meses. Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo. Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado a pedido deste, à mesma taxa de juro da praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado, por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 13,45% e 15,15%. O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a 19.200.000 milhares de Meticais.

14.2 Os Leilões de Depósitos e as Facilidades Permanentes de Depósitos representam débitos emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de quatro dias a um ano. Os Leilões de Depósitos são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações de mercado no mercado financeiro a nível local.

NOTA 15 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

O saldo desta rubrica, em referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Organizações Financeiras Internacionais	<u>384.438</u>	<u>363.594</u>

O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos obtidos do Fundo Monetário Internacional ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco. Os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.

O valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro 2008 e 2007 são:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pressupostos financeiros

Taxa desconto	12,5%
Taxa crescimento dos salários	10%
Taxa crescimento das pensões	9%
Taxa de rendimento	12,5%

Pressupostos demográficos

Tábua de mortalidade	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma
% casados	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma por velhice/antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação da primeira de entre as seguintes condições de reforma: 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis), 55 anos de idade para as mulheres ou 60 anos de idade para os homens.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos	830	798
Reformados e pensionistas	369	370
	<u>1.199</u>	<u>1.168</u>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como seguem:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos a ordem	4.671	1.452
Depósitos a prazo	629.151	187.328
Bilhetes de Tesouro	2.813.442	2.015.262
Obrigações de Tesouro	819.179	1.052.453
Obrigações privadas	607.146	285.656
Outros	37.811	7.715
	<u>4.911.400</u>	<u>3.549.866</u>

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valor actual responsabilidades serviços passados	5.918.303	5.035.190
Valor do Fundo de Pensões	(4.911.400)	(3.549.866)
(Excesso)/défice de Financiamento	<u>1.006.903</u>	<u>1.485.324</u>
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	631.800	616.402
(Activos)/responsabilidades líquidas em balanço em 31 de Dezembro	<u>1.638.703</u>	<u>2.101.726</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Responsabilidades em 1 de Janeiro	5.035.190	4.877.854
Custo do serviço corrente	225.062	155.563
Custo dos juros	647.422	620.463
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	172.383	(479.269)
Pensões pagas pelo fundo	(161.754)	(139.421)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	5.918.303	5.035.190

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	3.549.866	2.379.614
Rendimento esperado	433.624	288.738
Ganhos/(perdas) actuariais nas responsabilidades	194.848	137.133
Contribuições do Banco	850.000	850.000
Contribuições dos empregados	44.816	33.802
Pensões pagas pelo fundo	(161.754)	(139.421)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	4.911.400	3.549.866

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Desvios actuariais não reconhecidos em 1 de Janeiro	(616.402)	0
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:	(22.465)	(616.402)
Ganhos actuariais reconhecidos no exercício	7.067	0
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	(631.800)	(616.402)
<i>Dos quais:</i>		
Dentro do corredor	(503.519)	(487.785)
Fora do corredor	(128.281)	(128.617)

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Custo do serviço corrente	225.062	155.563
Custo dos juros	647.422	620.463
Rendimento esperado do fundo	(478.440)	(322.554)
Ganhos actuariais reconhecidos no exercício	(7.067)	0
Custos do exercício	386.977	453.472



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Credores estrangeiros	198.298	128.435
Credores nacionais	47.573	15.087
Contas de liquidação	1.026	-
Gastos com pessoal	-	77.377
Outros encargos a pagar	137.735	96.218
	<u>384.632</u>	<u>317.117</u>

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

NOTA 18 –CAPITAL

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique.

NOTA 19 – RESERVAS NÃO DISTRIBUÍVEIS, RESERVA ESTATUTÁRIA E ENTREGA DE LUCROS AO ESTADO

Nos termos do artigo 65º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), a aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Relativamente a 2007 o Conselho de Administração propôs a aplicação de 75% dos Resultados transitados para Outras Reservas e 25% para a Reserva legal (2006: 75% do resultado líquido do ano para Outras Reservas e 25% para a Reserva Legal).

Como referido na Nota 2.13, os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e às variações cambiais de activos monetários são transferidos para as Reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a sua distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

NOTA 20 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DE JUSTO VALOR

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Em 1 de Janeiro	87.748	122.390
Ganhos / (perdas) líquidos decorrentes de alterações de justo valor, de venda ou imparidade de títulos e variações cambiais	108.349	(34.642)
Em 31 de Dezembro	<u>196.097</u>	<u>87.748</u>



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 21 – RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Garantias e avales	175.264	175.264
Créditos documentários abertos	332.592	344.772
Transacções efectuadas em nome do Estado	365.440	384.161
	<u>873.296</u>	<u>904.197</u>

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram desreconhecidas do balanço. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções.

O Banco não prevê a ocorrência de prejuízos materialmente significativos em resultado de responsabilidades contingentes nas operações em causa, para além dos casos já provisionados nas demonstrações financeiras.

NOTA 22 – MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

Juros e rendimentos equiparados	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de depósitos a prazo	969.689	827.130
Juros de títulos disponíveis para venda	807.793	551.925
Juros de títulos detidos para negociação	568.235	573.660
Juros de depósitos à ordem	83.031	53.316
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	38.321	38.877
Outros juros	63.369	103.868
	<u>2.530.438</u>	<u>2.148.776</u>
Juros e gastos equiparados	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	2.295.429	1.827.949
Juros de aplicações de liquidez	401.286	170.511
Juros de depósitos a curto prazo	14.068	12.095
Outros juros e gastos similares	163	64
	<u>2.710.946</u>	<u>2.010.619</u>
Margem financeira	<u>(180.508)</u>	<u>138.157</u>

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2008 foi de 1.154.410 milhares de metcais (2007: 1.023.190 milhares de metcais) e de 807.793 milhares de metcais (2007: 551.925 milhares de metcais), respectivamente.

O total de gastos de juros decorrentes de passivos mensurados ao custo amortizado em 2008 foi de 2.710.946 milhares de metcais (2007: 2.010.619 milhares de metcais).

NOTA 23 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL E DO OURO

Esta rubrica analisa-se como segue:



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ganhos/(perdas) de reavaliação cambial e do ouro realizados	2.239.355	1.173.507
De operações em ouro	2.287	331.275
De operações em moeda estrangeira	2.237.068	842.232
Ganhos/(perdas) de reavaliação cambial e do ouro não realizados	(1.785.437)	(424.882)
De operações em ouro	8.554	457.337
De operações em moeda estrangeira	(1.793.991)	(882.219)
Total	<u>453.918</u>	<u>748.625</u>

NOTA 24 – OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Comissões de Cobrança	14.044	23.001
Comissões de Transferência	744	1.727
Outros Serviços	3.110	8.152
Outros Proveitos Operacionais	70.157	4.165
Outros Ganhos	24.921	-
	<u>112.976</u>	<u>37.046</u>

NOTA 25 – GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Remunerações dos órgãos de gestão	33.799	20.488
Remunerações de empregados	839.891	812.206
Custos com benefícios a empregados - Nota 16	386.977	453.472
Encargos Sociais	39.630	31.291
Outras remunerações	5.064	1.320
Outras despesas com o pessoal	4.212	2.475
	<u>1.309.573</u>	<u>1.321.252</u>

À data de 31 de Dezembro de 2008, o número de funcionários do Banco ascendia a 828 (31 de Dezembro de 2007: 813).

NOTA 26 – OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fornecimentos de terceiros	47.695	47.108
Serviços de terceiros	265.376	231.293
Custos com a produção de notas e moedas	10.265	24.322
Outros gastos	45.398	50.780
Outras perdas	-	118.123
	<u>368.734</u>	<u>471.627</u>

A rubrica outros gastos inclui comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa, no montante de 16.874 milhares de meticais e 29.134 milhares de meticais em 2008 e 2007, respectivamente.



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar do Estado eram como segue:

	Nota	2008	2007
Activos			
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	5	7.146	6.758
Activos financeiros disponíveis para venda	8	4.500.000	4.500.000
Total		4.507.146	4.506.758
Passivos			
Depósitos de outras instituições de crédito	13	10.391.294	9.649.417
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	14	18.375.918	13.151.733
Financiamentos externos	15	384.438	363.594
Total		29.151.650	23.164.744

As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco são:

	2008	2007
Benefícios de curto prazo	33.799	20.488
Benefícios pós emprego	15.640	11.786
	49.439	32.274

NOTA 28 – RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

O Banco tem diversos processos judiciais em que aparece como arguido, nomeadamente com trabalhadores e terceiros que poderão resultar em indemnizações a pagar, não havendo previsão sobre os montantes que poderão vir a ser pagos para além dos já provisionados nas Demonstrações Financeiras.

Existe ainda um processo que corre os seus trâmites no qual cidadãos exigem uma indemnização por terem sido, alegadamente, lesados pelo Banco. Não obstante a administração estar convicta de que o desfecho deste processo será desfavorável, à data das demonstrações financeiras não é possível quantificar o montante da indemnização a ser paga.

NOTA 29 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.

NOTA 30 – INTRODUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

Conforme referido na Nota 1, estas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas pelo Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”).

As políticas contabilísticas descritas na Nota 2 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, assim como na preparação do balanço de abertura de acordo com as IFRS em 1 de Janeiro de 2007 (data da transição).



I-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as IFRS, da informação comparativa para o período findo em 31 de Dezembro de 2007, o Banco ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas do Banco de Moçambique (PCBdM).

Uma explicação de como a transição para as IFRS afectou a posição financeira do Banco é apresentada de seguida.

A aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro nas demonstrações financeiras teve um impacto global positivo nos capitais próprios do Banco em 1 de Janeiro de 2007 no valor de 416.596 milhares de metcais em relação ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCBdM:

<u>Ajustamentos de transição</u>		<u>01-01-2007</u>	<u>31-12-2007</u>	
			<u>Capitais</u>	<u>Resulta dos</u>
Capitais Próprios PCBdM		2.809.465	2.674.928	290.344
Ajustamentos IFRS				
Reavaliação de Imóveis de Serviço Próprio	1	925.754	911.051	(14.703)
Pensões de reforma	2	(782.101)	(1.235.573)	(453.472)
Resultados cambiais	3	(194.048)	(27.816)	(256.499)
Titulos sob gestão externa	4	(72.168)	88.301	160.469
Titulos sob gestão interna	4	83.187	52.748	-
Fundo social	5	209.319	206.865	(2.454)
Provisões genéricas	6	271.907	1.153	(270.754)
Outros ajustamentos	7	(25.254)	(22.894)	4.413
		<u>416.596</u>	<u>(26.165)</u>	<u>(833.000)</u>
Capitais próprios IFRS		3.226.061	2.648.763	(542.656)

(1) Reavaliação de imóveis

O Banco optou por seguir a isenção opcional prevista na IFRS 1 que permite a reavaliação de activos tangíveis com referência à data de transição (01.01.2007), para os imóveis de Serviço Próprio, dando origem a uma mais valia pela diferença entre o valor de avaliação e o valor de balanço no PCBdM. As últimas avaliações disponíveis foram efectuadas com referência a 31.12.2007 pelo que foi necessário estimar qual seria o valor dos referidos imóveis à data de 01.01.2007.

A tabela seguinte reflecte o justo valor dos imóveis à data de 01.01.2007 e o valor do ajustamento em resultados transitados:

	Imóveis
A 1 Janeiro 2007 (PCBdM)	
Custo	665.572
Amortizações acumuladas	(196.174)
Valor líquido (PCBdM)	469.398
Ajustamento ao Justo valor	925.754
Valor líquido (IFRS)	1.395.152

(2) Responsabilidades com pensões – Colaboradores (IAS 19)

De acordo com a IFRS 1 o Banco procedeu ao reconhecimento em resultados transitados de abertura (1.1.2007) dos valores referentes aos desvios actuariais acumulados a essa data.



(3) Resultados cambiais

Na transição, os ganhos e perdas cambiais não realizados que de acordo com o PCBdM foram contabilizados em “flutuações de valores”, foram registados em resultados transitados. Este valor é não distribuível até que seja realizado pelo Banco.

(4) Títulos sob gestão interna e títulos sob gestão externa

De acordo com o PCBdM as mais valias potenciais obtidas em títulos são registadas por contrapartida de uma rubrica de passivo. Procedeu-se, em conformidade com a IAS 39, à segregação e categorização da carteira de títulos do Banco entre activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda. Consequentemente as mais e menos valias potenciais (que não imparidade) dos títulos categorizados como disponíveis para venda são reconhecidos em reservas, enquanto que as valias dos títulos detidos para negociação são reconhecidos em resultados.

(5) Fundo social

De acordo com o PCBdM o Banco registou uma responsabilidade denominada “Fundo social” por contrapartida de custos com pessoal. Em IFRS, o “Fundo social” foi revertido por contrapartida de Resultados transitados na medida em que não existe qualquer responsabilidade assumida pelo Banco.

(6) Provisões genéricas

De acordo com as IFRS as provisões genéricas que não cumpriam os requisitos da IAS 37, constituídas à data de transição, foram revertidas por contrapartida de resultados transitados. De acordo com o PCBdM, estas provisões foram anuladas durante o exercício de 2007.

(7) Outros ajustamentos IFRS

Os outros ajustamentos IFRS incluem um conjunto diverso de situações.

Direcção de Contabilidade

Conselho de Administração



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O crescimento económico mundial registou um abrandamento no ano de 2008, ao situar-se em 3.2% - nível mais baixo dos últimos quatro anos – menos 2.0 pp quando comparado com 2007, determinado pelo declínio da actividade económica nas economias mais desenvolvidas. A evolução da economia mundial em 2008 foi condicionada pelo impacto das crises derivadas: (i) da alta dos preços dos cereais; (ii) do agravamento do preço do petróleo e seus derivados, e (iii) da instabilidade nos mercados financeiros. Estes factores tornaram mais difíceis as condições de conjuntura na economia mundial, com destaque para os países em desenvolvimento, com especial incidência na Balança de Pagamentos, no Índice de Preços no Consumidor e nas Finanças Públicas.

A crise das hipotecas no mercado imobiliário dos EUA, despoletada em 2006, contagiou rapidamente os mercados financeiros das economias mais desenvolvidas, provocando uma crise de liquidez e de confiança de proporções alarmantes, cujo impacto na produção e no nível de emprego começaram a ser visíveis no desempenho económico mundial de 2008. Visando acalmar os mercados, restaurar a confiança dos investidores e estimular a economia, os Governos das economias mais desenvolvidas tomaram um conjunto de medidas, sendo de destacar as seguintes:

- (i) Injecção de recursos financeiros consideráveis no sistema financeiro, sob forma de empréstimos, à bancos em crise e compra de títulos tóxicos de instituições de crédito em risco de falência, sendo de realçar as injeções realizadas pelo Governo norte-americano, que totalizaram USD 700 mil milhões até Dezembro de 2008;
- (ii) Cortes sistemáticos nas taxas de juro de política dos principais Bancos Centrais, com objectivo de atenuar as condições de liquidez, tendo o *Fed* baixado a sua taxa de 4.25% em 2007 para 0.25% em Dezembro de 2008 e o Banco do Japão que, após vários anos manteve a sua taxa inalterada, reduziu de 0.5% em 2007 para 0.1% em 2008.

No continente africano a produção total cresceu no ano em análise em 5.2%, equivalente a uma desaceleração em 1pp face ao observado no ano anterior, determinado pela deterioração das condições macroeconómicas globais acima referidas. Na SADC, o enfoque vai para a África do Sul - a maior economia da região - que cresceu em 2008 a uma taxa anual de 3.1%, correspondente a 2.0 pp abaixo do observado em 2007. Tal crescimento resultou da crise financeira mundial aliada à crise energética que afectou substancialmente a produção industrial e a economia no geral, igualmente acompanhada pelo agravamento da inflação para 9.5% em Dezembro de 2008, após 8.6% em 2007, ultrapassando, assim, em 3.5 pp o limite superior da banda estabelecida pelas autoridades para a meta de inflação.

No plano interno, segundo dados preliminares do Instituto Nacional de Estatística, o PIB cresceu, em termos reais, em 6.8% em 2008, menos 60 pb comparativamente ao ano anterior, impulsionado em grande medida, pelo sector primário que cresceu em 9,3%, determinado pelos sectores da agricultura e da indústria mineira que, individualmente, cresceram em 9,4% e 13,1%, respectivamente.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A política monetária adoptada pelo Banco de Moçambique (BM) manteve-se prudente, tendo como principais objectivos a estabilidade macroeconómica e promoção do crescimento do produto. Com efeito, o BM continuou a privilegiar as intervenções nos mercados interbancários monetário e cambial, visando a regulação da liquidez no sistema, tendo dado preferência às vendas bilaterais no Mercado Cambial Interbancário, dado o seu impacto simultâneo sobre a liquidez e o nível de taxa de câmbio. Em 2008, o BM colocou no MCI USD 668 milhões, contra USD 416 milhões em 2007, sendo o excedente expressão clara da demanda no mercado, em resultado de uma maior factura de importação de combustíveis líquidos e cereais.

Dados preliminares sobre a execução orçamental indicam que as receitas arrecadadas em 2008, no montante de 38,268.3 milhões de Meticais, mantiveram a tendência ascendente em termos de percentagem do PIB (16.9%, contra 16.4% em 2007), tendo a execução das despesas públicas (incluindo empréstimos líquidos) situando-se abaixo dos valores inicialmente programados, contribuindo assim para que o défice global antes de donativos se situasse 26.9 pp abaixo do valor programado.

Como resultado do desempenho do sector real da economia e da actuação combinada das políticas fiscal-orçamental e monetária-cambial, a inflação anual, medida pelo IPC da cidade de Maputo – indicador oficial da inflação em Moçambique, situou-se em 6.19% em Dezembro de 2008 – nível mais baixo dos últimos cinco anos. A inflação de Dezembro de 2008 representa uma redução em 4.1 pp relativamente à 2007, tendo o índice de preços de produtos alimentares determinado a inflação no ano, ao registar uma variação anual de 8.6% em Dezembro de 2008.

Contrariamente à inflação anual, a inflação média anual observou uma tendência ascendente ao longo de 2008, ao situar-se em 10.33% em Dezembro, mais 2.17 pp em relação à observada em 2007.

A redução da inflação em 2008 reflectiu também a relativa estabilidade do Metical em grande parte do ano (destacando a apreciação anual face ao Rand Sul-africano), o impacto das medidas tomadas pelo Governo para amortecer o efeito do agravamento dos preços internacionais dos cereais e dos combustíveis nos primeiros nove meses do ano, a melhoria substancial do preço dos combustíveis no mercado internacional no último trimestre, conjugado com a desaceleração da inflação anual na África do Sul nos últimos meses do ano.

O Banco de Moçambique voltou a rever em baixa o coeficiente de reserva obrigatória, em linha com os restantes países da região. Esta medida enquadra-se também no objectivo estratégico de expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais e de redução dos custos de intermediação financeira e foi complementada com a redução das taxas de juro de intervenção do banco central no MMI, nomeadamente, a Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e a Facilidade Permanente de Depósito (FPD).

No mercado cambial, o Metical manteve-se relativamente estável ao longo do ano em análise, tendo, no entanto, observado na parte final do ano uma tendência de depreciação face ao Dólar americano em resultado do fortalecimento da moeda americana no mercado internacional e ao aumento sazonal da procura desta divisa, levando a que no fecho



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

do ano, o câmbio se situasse em 25.09 MT/USD, o correspondente a uma depreciação anual de 6.1%, após uma apreciação anual de 8.1% em 2007.

No que tange aos agregados monetários, o M3 - agregado monetário mais amplo - expandiu a uma taxa anual de 20.3% e a componente denominada em moeda nacional incrementou em 26.0%. A Base Monetária – variável operacional de política monetária – expandiu no ano em 7.8%, situando-se deste modo ligeiramente abaixo das previsões iniciais, sustentada, particularmente, pela expansão menos pronunciada das Notas e Moedas em Circulação (9.6%, contra 24.5% em 2007), mercê de acções concertadas de melhoria da gestão das tesourarias pelas instituições de crédito. A expansão dos agregados monetários reflectiu as operações financeiras do Estado no âmbito da execução orçamental, a entrada de fundos externos para as empresas públicas e para o sector privado da economia, sob forma de créditos e donativos e ainda o financiamento bancário interno.

A posição externa de Moçambique medida pelo saldo da conta corrente, incluindo os grandes projectos, deteriorou-se em 24.2% em 2008, elevando o défice anual para USD 975.3 milhões, como corolário, por um lado, da duplicação do défice da conta parcial de bens, decorrente do aumento mais pronunciado das importações relativamente às exportações e, por outro, do incremento da saída líquida de recursos registada na conta de rendimentos. Não obstante o agravamento da conta corrente, o País constituiu reservas internacionais num montante de USD 139.7 milhões, permitindo que o seu saldo incrementasse para USD 1,643.2 milhões, equivalente a 4.5 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, quando incorporadas as transacções dos grandes projectos e 5.6 meses quando excluídas as importações daqueles empreendimentos.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O panorama económico global em 2008, foi caracterizado pela: (i) instabilidade dos mercados financeiros internacionais; (ii) subida generalizada dos preços dos principais *commodities* nas principais praças internacionais, em particular o crescimento do preço do petróleo que atingiu o pico de USD 147 por barril¹ em Julho de 2008; (iii) recessão económica acompanhada de riscos de deflação em algumas economias avançadas e (iv) queda de confiança dos consumidores e investidores a escala global.

Perante este cenário de deterioração do ambiente macroeconómico, a produção mundial cresceu a uma taxa anual de 3.2% em 2008, o que equivale a uma redução de 2.0 pp face ao registado em 2007, prevendo-se um abrandamento ainda maior da economia mundial em 2009, para níveis abaixo de zero. Com efeito, espera-se que a produção mundial venha a crescer a uma taxa anual de -1.3%.

O cenário de agravamento contínuo das condições económicas e financeiras verificadas em 2008, levaram a que as taxas de crescimento global e de inflação fossem revistas continuamente em baixa. As últimas projecções mais actualizadas para 2009 e 2010 são apresentadas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Evolução do PIB real e Inflação nos principais blocos mundiais

Região	PIB real (%)				IPC (%) ^b			
	2007	2008	2009 ^a	2010 ^a	2007	2008	2009 ^a	2010 ^a
Economia Mundial	5.2	3.2	-1.3	1.9	n.d	n.d	n.d	n.d
Economias Avançadas	2.7	0.9	-3.8	0.0	2.2	3.4	-0.2	0.3
Econ. Emergentes e em Desenvt^o	8.3	6.1	1.6	4.0	6.4	9.3	5.7	4.7
Ásia	9.8	6.8	3.3	5.3	4.9	7.0	2.5	2.4
Europa	5.4	2.9	-3.7	0.8	6.2	8.0	4.7	4.2
América Latina	5.7	4.2	-1.5	1.6	5.4	7.9	6.6	6.2
África	6.2	5.2	2.0	3.9	6.3	10.1	9.0	6.3
África Subsahariana	6.9	5.5	1.7	3.8	7.2	11.7	10.4	7.1

Fonte: World Economic Outlook (April 2009) a – Projecções b – expresso em termos de média anual

No que se refere à evolução do nível geral de preços, as economias avançadas, emergentes e africanas observaram ao longo de 2008, fortes pressões inflacionistas, influenciadas em larga escala pelo aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional durante a primeira metade do ano, ao que se seguiu na parte final do ano a uma queda acentuada, explicada pela redução do preço do petróleo no mercado internacional, deterioração da confiança dos consumidores e aumento do desemprego, com impacto na redução da procura agregada, sobretudo nos países mais desenvolvidos.

Perante a conjuntura macroeconómica internacional desfavorável, as economias avançadas e emergentes anunciaram durante o ano uma série de planos de recuperação financeira consubstanciados em políticas orçamentais e monetárias expansionistas, com vista a neutralizar e minimizar os efeitos adversos da crise financeira e económica



¹ Praça de Londres (Reuters).

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

que caracteriza a economia global. Adicionalmente a estas medidas, os bancos centrais decidiram de forma coordenada reduzir as taxas de juro de referência para níveis muito próximos de zero, bem como a redução das taxas de reserva obrigatória com vista a reactivar e estimular a procura agregada.

As projecções mais recentes do *World Economic Outlook* sugerem uma recuperação lenta da economia mundial a partir de 2010, prevendo-se um crescimento da produção global na ordem dos 1.9%, contra os -1.3% previstos para 2009, num contexto em que se espera que os principais mercados financeiros tendam à normalidade (estabilidade).

2.1. Desempenho Macroeconómico

A. Economias Mais Desenvolvidas

Estados Unidos da América. Segundo o *Bureau of Economic Analysis (BEA)*, o PIB real cresceu a uma taxa anual de 1.1% em 2008, após situar-se em 2.0% em 2007 e 2.8% em 2006. O abrandamento da actividade económica no período em referência deveu-se, em grande parte, à queda do investimento privado (6.3%). Entretanto, o crescimento do PIB em 2008 foi impulsionado pelo aumento do nível de consumo privado (3.6%), despesa pública (7.8%) e pelas exportações (11.9%).

A inflação anual não ajustada à sazonalidade, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Urbano (CPI-U), publicado pelo *Bureau of Labor Statistics (BLS)*, desacelerou para 0.1% em Dezembro de 2008, após 4.1% apurado em Dezembro de 2007 e 2.5% observado em Dezembro de 2006. O abrandamento do nível geral de preços no período em análise deveu-se, em grande parte, à redução dos índices de preços das classes de transporte (-21.6 pp), cuidados médicos (-2.6 pp), vestuário (-0.7 pp) e habitação (-0.6 pp). Na sequência da desaceleração da actividade económica, a taxa de desemprego cresceu para 7.2% em Dezembro de 2008, após 4.9% registado em Dezembro de 2007. Os sectores que mais contribuíram para o comportamento da taxa de desemprego foram, essencialmente, os de construção e manufactura.

De acordo com o *Bureau of Economic Analysis*, o défice da balança comercial melhorou em 0.2% para USD 821.2 biliões em 2008, impulsionada pela expansão das exportações em 12.4%, para USD 1,291.3 biliões, perante um acréscimo das importações em 7.3%, para USD 2,112.5 biliões.

Perante o cenário de agudização da crise financeira, aprofundamento da recessão económica, deterioração das condições do mercado de trabalho, queda da confiança dos consumidores e investidores, declínio da produção industrial e contracção acentuada das exportações, o *Federal Open Market Committee (FOMC)* do Fed efectuou cortes sucessivos e cumulativos da taxa de juro de referência dos fundos federais em 4.0 pp, passando de 4.25% em Dezembro de 2007 para uma banda compreendida entre 0 - 0.25% em Dezembro de 2008.

Devido à forte contracção da procura mundial e dos preços das *commodities*, o Fed reviu em baixa a projecção do crescimento do PIB para uma banda compreendida entre -1.3% e -0.5% para 2009, contra a previsão anterior de -0.2% e 1.1%, avançada em Outubro



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

de 2008. No que se refere ao mercado de trabalho, o mesmo órgão avança que a taxa de desemprego deverá situar-se entre 8.5% - 8.8% no final de 2009, contra uma previsão anterior de 7.1% e 7.6%. As projecções de inflação, também foram revistas, situando-as entre 0.3% - 1.0% em 2009, contra a previsão anterior de 1.3% - 2.0%.

Zona do Euro². De acordo com a *Eurostat*, o PIB real ajustado à sazonalidade registou um crescimento anual de 0.8% em 2008, após situar-se em 2.6% em 2007 e 2.9% em 2006. A desaceleração da actividade económica no período em análise foi determinada pelo abrandamento do consumo privado e investimento privado. Em resultado da desaceleração da actividade, a taxa de desemprego ajustada à sazonalidade aumentou para 8.1% em Dezembro de 2008, após 7.2% observado em igual período de 2007.

Segundo a mesma fonte, a inflação homóloga situou-se em 1.6% em Dezembro de 2008, o que corresponde à uma redução de 1.5 pp em relação ao observado em igual período de 2007, reflexo da descida dos índices de preços das classes de transporte (-8.1 pp), educação (-8.0 pp), alimentação (-1.6 pp) e vestuário (-0.2 pp).

No que tange ao comércio externo, a balança comercial registou um défice de EUR 32.1 biliões em 2008, contra um superávit de EUR 15.8 biliões apurado em 2007, impulsionado largamente, pelo crescimento mais expressivo das importações (7.2%) para EUR 1,588.9 biliões, contra um acréscimo das exportações de apenas 3.9% para EUR 1,556.8 biliões.

Perante o cenário de recessão económica, redução moderada das pressões inflacionistas e deterioração das condições no mercado de trabalho, o Conselho do Banco Central Europeu após efectuar um aumento na taxa mínima de proposta aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosistema em 25 pb, na sessão de Julho de 2008, decidiu efectuar cortes sucessivos numa magnitude acumulada de 1.75 pb, fixando-se deste modo em 2.5% em Dezembro de 2008, após 4.0% observado em Dezembro de 2007.

Segundo as projecções do Banco Central Europeu, o PIB real irá registar um crescimento negativo a situar-se entre 3.2% e 2.2% em 2009, contra previsão anterior de -1.0% e 0.0%. A projecção de contracção anual do PIB baseia-se no pressuposto de retracção do crescimento das exportações que se espera venha situar-se entre 9.7% e 6.9% e queda do investimento entre 8.6% e 5.8%. No que respeita à inflação anual, as projecções do BCE, indicam que a mesma poderá fixar-se entre 0.1% e 0.7% em 2009, contra previsão anterior de 1.1% e 1.7%, revisão justificada, essencialmente, pela redução dos preços dos *commodities* no mercado internacional.

Japão. Dados publicados pelo *Economic and Social Research Institute*, indicam que o PIB real ajustado à sazonalidade cresceu a uma taxa anual negativa de 0.6% em 2008, contra uma variação positiva de 2.4% apurada em 2007. A desaceleração da actividade económica no período em análise deveu-se, em grande medida, à contracção do investimento público (-6.2%) e investimento privado (-3.7%) bem como ao



² Desde 01 de Janeiro de 2009, a Eslováquia passou a integrar a Zona do Euro totalizando, actualmente, 16 países.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

abrandamento do ritmo de crescimento das exportações (1.7%). A mesma fonte refere que a taxa de desemprego, ajustada à sazonalidade, atingiu 4.3% em Dezembro de 2008, o que corresponde a um aumento de 60 pb face ao observado em igual período de 2007, determinado, essencialmente, pelos cortes efectuados pelas firmas dos ramos electrónico e automobilístico, com destaque para a *Toyota Motor Corp.*, *Sony Corp.* e *Canon*.

De acordo com o *Statistics Bureau*, a inflação homóloga situou-se em 0.4% em Dezembro de 2008, o que corresponde à uma desaceleração de 30 pb face ao observado em igual período de 2007, determinada, em larga escala, pela redução dos índices de preços das classes de transporte e comunicação (-6.3%), educação e recreação (-1.4%), vestuário e calçado (-0.8%).

Informações sobre o comércio externo, publicadas pelo *Trade Statistics of Japan*, mostram que o superávit da conta parcial de bens registou uma redução anual de 80.9% para 2.1 triliões de ienes (USD 22.7 biliões) em 2008, determinada em grande medida, pela queda das exportações em 3.5% perante um aumento das importações em 8.0%.

Perante o cenário de agravamento da crise financeira e de recessão económica, deterioração das condições no mercado de trabalho, riscos crescentes de deflação e contracção acentuada das exportações, o *Policy Board of the Bank of Japan*, decidiu efectuar dois cortes na taxa de juro de referência – *Overnight Lending Rate* – numa magnitude acumulada de 40 pb, passando de 0.5% em Dezembro de 2007 para 0.1% em Dezembro de 2008.

Para 2009, perspectivas avançadas pelo *Policy Board of the Bank of Japan* apontam que o PIB real poderá crescer a uma taxa anual negativa compreendida entre 2.8% e 1.8%, contra previsão anterior de 0.3% e - 0.8%. A inflação homóloga deverá situar-se na banda compreendida entre - 1.3% e - 0.8% em 2009, contra previsão inicial de - 0.3% e 0.3%.

Reino Unido. Segundo o *National Statistics*, o PIB real cresceu a uma taxa anual de 0.7% em 2008, após 3.0% em 2007 e 2.8% observado em 2006. A desaceleração da actividade económica no período em referência deveu-se, em grande medida, à contracção dos sectores de mineração e extracção (-6.2%) e manufactureiro (-2.3%).

Segundo a mesma fonte, em Dezembro de 2008 a inflação homóloga desacelerou em 100 pb para 3.1% em relação a igual período de 2007, situando-se, deste modo, 1.1 pp acima da meta de inflação estabelecida pela autoridade monetária. A redução da inflação anual deveu-se, em parte, a descida dos índices de preços das classes de vestuário e calçado (-10.3%), comunicação (-3.4%), recreação e cultura (-1.2%).

No que se refere ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego ajustada à sazonalidade atingiu 6.3% em Dezembro de 2008, o que corresponde a um aumento de 1.1 pp face ao registado em Dezembro de 2007, facto associado ao impacto da crise financeira que afectou a procura agregada naquele país.

Relativamente às transacções comerciais, o défice da conta parcial de bens deteriorou-se em 3.5% para GBP 92.9 biliões em 2008, determinado, em parte, pelo aumento das importações em 10.7% para GBP 344.0 biliões, perante um crescimento anual das exportações em 13.7% para GBP 251.1 biliões.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Em face das condições prevalentes no mercado, o cenário de recessão económica, redução dos riscos de inflação e deterioração das condições no mercado de trabalho, o Comité de Política Monetária do *Bank of England*, decidiu efectuar quatro cortes, durante o ano de 2008, na taxa de juro de referência numa magnitude acumulada de 3.5 pp, fixando-se em 2.0% em Dezembro de 2008, após 5.5% observados em Dezembro de 2007.

De acordo com as projecções do *Bank of England*, o PIB real irá registar uma contracção anual de 3.7%³ em 2009 e prevê-se que a inflação média anual venha a situar-se em 1.4% em 2009, reflexo da desaceleração dos preços dos *commodities*.

B. Economias Emergentes

China. Dados preliminares tornados públicos pelo *National Bureau of Statistics of China* mostram que apesar de ter observado um abrandamento, a actividade económica naquele país continuou a crescer a um ritmo robusto, tendo o PIB expandido em 9.0% em 2008, após 13.0% apurado em 2007. O bom desempenho da economia, no período em análise, deveu-se em grande parte ao crescimento acelerado dos sectores primário (5.5%), secundário (9.3%) e terciário (9.5%). No que se refere ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego urbana atingiu 4.2% em Dezembro de 2008, o que corresponde a um incremento de 20 pb face ao registado em Dezembro de 2007.

De acordo com a mesma fonte, a inflação anual situou-se em 1.2% em Dezembro de 2008, o que corresponde à uma desaceleração de 5.3 pp em relação a observada em Dezembro de 2007, justificada, em grande medida, pelo decréscimo dos índices de preços das classes de vestuário (-2.2%), transporte e comunicação (-1.4%), habitação (-1.4%), educação e cultura (-0.6%).

Com vista a neutralizar os efeitos da crise financeira internacional e estimular a procura doméstica, o *People's Bank of China*, decidiu efectuar quatro cortes consecutivos na taxa de juro de referência, numa magnitude acumulada de 2.16 pp, fixando-se em 5.31% em Dezembro de 2008, após 7.47% observado em Dezembro de 2007.

De acordo com as projecções recentes do Banco Mundial, a economia chinesa poderá crescer à uma taxa anual de 6.5% em 2009, contra uma previsão anterior de 7.5%, o que corresponde à uma redução de 2.5 pp face ao registado em 2008, reflexo da deterioração das condições económicas internacionais.

Índia. A economia indiana cresceu a uma taxa anual de 7.3% em 2008, o que equivale à uma desaceleração de 2.0 pp face ao registado em 2007, reflexo do agravamento das condições económicas no mercado internacional. Por seu turno, a inflação homóloga atingiu 9.7% em Dezembro de 2008, após 5.5% observados em 2007 e 6.9% apurados em 2006.

Perante o cenário de deterioração das condições económicas internacionais e redução da procura doméstica, o *Reserve Bank of India*, decidiu rever em baixa a taxa de juro de referência numa magnitude acumulada no ano de 1.25 pp, fixando-se em 6.5% em Dezembro de 2008, após 7.75% observado em Dezembro de 2007.



³ Taxa de crescimento média anual calculada com base em projecções trimestrais.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Brasil. Dados divulgados pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* indicam que o PIB a preços de mercado cresceu a uma taxa anual de 5.1% em 2008, o que corresponde à uma desaceleração de 60 pontos base face ao registado em 2007, determinada, em grande medida, pelo abrandamento das exportações justificado pela redução da procura internacional.

Segundo a mesma fonte, a inflação homóloga atingiu 5.9% em Dezembro de 2008, após 4.5% observados em 2007 e 3.3% apurada em 2006. Relativamente ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se em 6.8% em Dezembro de 2008, após 7.4% apurada em Dezembro de 2007.

Apesar da conjuntura económica internacional desfavorável e do abrandamento das exportações, o Comité de Política Monetária do Banco Central do Brasil decidiu rever em alta a taxa de juro de referência – Taxa Selic – numa magnitude acumulada de 2.5 pp para 13.75%, em Dezembro de 2008, após 11.25% observados em Dezembro de 2007.

O quadro que se segue apresenta os níveis de taxas de juro de política no final de 2008 e 2007, bem como o número de ajustamentos efectuados (em baixa) pelos Bancos Centrais dos países de mercados desenvolvidos e emergentes ao longo do ano em análise.

Quadro 2: Evolução das Taxas de Juro de Referência

Economias	Dez-07	Número de revisões efectuadas no ano	Dez-08
Avançadas			
EUA	4.25%	7	0.25%
Japão	0.50%	2	0.10%
Zona do Euro	4.00%	4	2.50%
Reino Unido	5.50%	5	2.00%
Emergentes			
China	7.47%	4	5.31%
Índia	7.75%	5	6.50%
Brasil	11.25%	4	13.75%

Fonte: Bancos Centrais

C. África Sub-Sahariana

Devido às condições adversas da economia mundial, estimativas do *Regional Economic Outlook* apontam para um crescimento da produção na África Sub-Sahariana de 5.4% em 2008, após 6.8% em 2007, estando as projecções de inflação em redor dos 11.6% em 2008, contra 7.2% registados no ano anterior.

As recentes evidências do impacto da turbulência financeira internacional sobre as economias da África Sub-Sahariana incluem o declínio do fluxo de recursos para a África, sob forma de investimento directo, remessas de emigrantes e de ajuda externa, com provável impacto no abrandamento do nível do investimento público e privado, associado à redução das exportações em face da queda do preço das matérias primas no mercado internacional. Estes factores levarão, por seu turno, a desaceleração do crescimento do PIB e agravamento das condições do mercado de trabalho nesses países.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O quadro 3, abaixo apresenta o resumo evolutivo de alguns indicadores económicos e financeiros a nível dos países da SADC.

Quadro 3: Indicadores Regionais

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
Variação anual PIB real (%)								
2006	15,3	4,2	8,4	5,1	5,6	5,9	5,8	8,5
2007	19,8	6,0	6,8	5,4	5,0	6,6	6,3	7,3
2008*	16,0	5,3	5,1	5,3	3,1**	6,5	6,0**	6,8
Variação anual IPC (%)								
Dez-06	12,5	8,5	10,1	11,9	4,7	5,8	8,2	9,4
Dez-07	11,8	8,1	7,5	8,8	7,1	6,4	8,9	10,3
Dez-08	13,2	13,7	9,9	9,7	9,5	13,5	16,6	6,2
Variação anual da Taxa de Câmbio face ao USD (%)								
Dez-06	-0,6	9,7	9,7	9,3	10,8	10,0	31,4	8,8
Dez-07	-6,6	-0,2	0,7	-17,9	-2,1	-8,7	-12,8	-8,3
Dez-08	0,2	26,2	2,5	16,6	38,0	13,9	24,9	6,1

Nota: *previsão, **realizado

Como o quadro ilustra, na generalidade dos países da SADC, o crescimento do PIB desacelerou quando comparado com 2007, o indicador de inflação ultrapassou as previsões iniciais estabelecidas pelas autoridades monetárias, alcançando mesmo a fasquia dos dois dígitos e as moedas de cada um dos países apresentaram flutuações expressivas vis-à-vis o Dólar americano.

África do Sul. Dados preliminares publicados pelo *Statistics South Africa* indicam que o PIB real cresceu em 3.1% em 2008, correspondente a um decréscimo de 2.0 pp relativamente à 2007 a reflectir o fraco desempenho registado nos seguintes sectores: (i) o da indústria manufactureira (contribuição de apenas 0.2 pp), hotéis e restaurantes e vendas a grosso e a retalho (0.1 pp), com contribuições marginais no crescimento do PIB; (ii) o da electricidade, gás e água com uma contribuição nula; e (iii) o da indústria mineira que observou uma contribuição negativa de 0.3 pp.

Dados do *Statistics South Africa* indicam que a inflação anual, medida pelo CPI, acelerou para 9.5%, em Dezembro de 2008, situando-se deste modo, 3.5 pp acima do limite superior da banda estabelecida pelas autoridades monetárias como meta de inflação e dos 9.0% e 5.8% observados em 2007 e 2006, respectivamente. O comportamento da inflação no ano, em análise, foi determinado, essencialmente, pelo incremento do índice de preços da classe de alimentação em 17.1%.

Após manter inalterada em 12.0% desde Junho de 2008, o SARB reviu em baixa a sua taxa de juro para 11.5% em Dezembro de 2008. Este ajustamento tinha em vista acautelar os sinais de abrandamento da actividade económica num contexto de desaceleração da inflação que, após atingir o pico de 13.7% em Agosto de 2008, teve períodos de variações anuais negativas.

De acordo com informações recentes do último inquérito sobre a força de trabalho⁴ publicado pelo *Statistics South Africa*, a taxa de desemprego no país decresceu para 21.9%, após 25.5% em 2007 e 25.6% em 2006.

⁴ Os resultados do inquérito reportam-se ao mês de Dezembro de 2008.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Tanzânia. De acordo com estimativas do FMI o PIB real cresceu à uma taxa anual de 6.5% em 2008, menos 10 pb em relação a 2007. Informações do *National Bureau of Statistics* da Tanzania indicam que a inflação anual acelerou para 13.5%, em Dezembro de 2008, mais 7.1pp em relação à registada em igual período de 2007.

Malawi. Estimativas do FMI indicam que a economia malawiana cresceu à uma taxa anual de 5.1%, nível que representa um abrandamento de 1.7 pp em relação ao crescimento registado em 2007, sendo que o consumo privado (4.2 pp) e as exportações (1.1 pp) foram determinantes para o crescimento alcançado.

Segundo o *National Statistics Office*, a taxa de inflação anual situou-se em 9.9% em 2008 após fixar-se em 7.5%, em 2007. Este comportamento foi influenciado pelo incremento do preço dos bens alimentares em 8.1% comparado com os 6.7% observados em 2007.

Ao longo de 2008, o *Reserve Bank of Malawi* decidiu manter inalterada a sua taxa de juro de referência, fixada em 15.0% e a taxa de reservas obrigatórias estabelecida em 15.5%.

Zâmbia. De acordo com estimativas preliminares do FMI, a economia zambiana registou um crescimento de 6.0%, 30 pb abaixo da cifra registada em 2007. As componentes de exportações e do consumo público foram as que mais contribuíram para o crescimento do PIB, com 3.4 pp e 2.1 pp, respectivamente.

Por seu turno, a taxa de inflação anual situou-se em 16.9%, em Dezembro de 2008, contra 8.9% em 2007. A aceleração da inflação deveu-se, fundamentalmente, ao aumento do índice de preços da classe de produtos alimentares que se fixou em 20.5% decorrente da elevada depreciação do Kwacha no ano.

Botswana. Estimativas do FMI indicam que o PIB cresceu 5.3% em 2008, 70 pb abaixo do registado em 2007. A expansão do PIB foi favorecida pelo aumento do consumo privado e público com contribuições de 2.6 pp e 1.4 pp, respectivamente.

A inflação anual acelerou em 5.6 pb, para 13.7%, em Dezembro de 2008, ultrapassando o limite superior da banda de 4 - 7% estabelecido pela autoridade monetária como meta. O comportamento deste indicador foi determinado, essencialmente, pela subida dos índices de preços das classes de alimentação (24.9%) e de bebidas alcoólicas (37.9%).

Após manter inalterada em 15.5% desde Junho de 2008, o Comité de Política Monetária do *Bank of Botswana* decidiu rever em baixa a sua taxa de juro de política para 15.0%, em Dezembro de 2008, contra 14.5% em Dezembro de 2007, reflectindo as previsões do declínio da inflação no médio prazo e as perspectivas de queda da taxa de crescimento económico.

Maurícias. De acordo com o *Central Statistics Office*, a taxa de crescimento do PIB em 2008 foi de 5.3%, 10 pb inferior ao crescimento económico registado em 2007. As exportações (4.7 pp) e o consumo privado (2.2 pp) são as componentes do PIB que mais contribuíram para este desempenho.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Ainda de acordo com a mesma fonte, a inflação anual acelerou para 9.7%, em Dezembro de 2008, após situar-se em 8.8% em 2007, favorecido pela subida dos preços da classe de alimentação e bebidas alcoólicas.

Para mitigar os efeitos da crise financeira internacional, bem como permitir a recuperação da economia doméstica num cenário de fortes indicações de desaceleração da inflação no médio prazo, o *Monetary Policy Committee* do *Bank of Mauritius* fez sucessivas revisões em baixa da sua taxa de juro de referência – *Repo Rate*- desde Fevereiro de 2008, culminando com cortes acumulados de 2.75pp, fechando o ano de 2008 em 6.75%.

2.2. Preços das Mercadorias

Os preços das principais mercadorias com peso considerável na balança de pagamentos de Moçambique e no comportamento da inflação doméstica, tiveram em geral um comportamento misto, conforme ilustra o quadro 4 abaixo. Com efeito, o preço médio do petróleo, após registar subidas sucessivas nos primeiros sete meses do ano, em termos de média mensal, com um aumento acumulado de 30.8%, nos meses subsequentes tendeu a reduzir, fechando o ano a um preço menos de metade do observado em Dezembro de 2007. Comportamento similar registou o alumínio e o trigo, que encerraram o ano em queda, relativamente ao fecho de Dezembro de 2007. Quanto ao gás natural, açúcar e arroz, a tendência do preço foi de aumento ao longo do ano, culminando com um preço médio superior ao do fecho de Dezembro de 2007.

Quadro 4: Preços Internacionais de Mercadorias Seleccionadas

Produto	Unidade	Dez/06	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	var. anual (%)	Var. média anual (%)
Brent	USD/b	62.31	91.45	103.28	133.05	99.06	41.58	-54.53	34.31
Alumínio	USD/mt	2823.7	2382.8	3012.0	2967.9	2524.1	1504.4	-36.86	-2.35
Ouro	USD/onç	627.9	789.28	915.30	924.10	869.95	877.95	5.37	24.29
G. Natural	USD/mt	311.40	308.16	369.72	428.4	516.96	516.96	87.15	61.34
Açúcar	USc/libra	11.7	10.45	12.88	12.07	14.02	11.32	8.36	25.06
Trigo	USD/mt	204.31	368.62	439.72	348.55	295.55	220.14	-40.28	27.72
Arroz	USD/mt	309.29	378.0	672.64	834.60	722.00	550.75	45.70	110.65

Fonte: Reuters & FMI

Petróleo. Após atingir o valor médio de USD 133.90/barril em Julho de 2008, o preço do barril de petróleo registou quedas sucessivas durante os cinco meses subsequentes, fechando o ano, a um preço médio de USD 41.58/barril, correspondente a um decréscimo acumulado de 54.53% em relação à igual período de 2007. No entanto, em termos do preço médio anual, 2008 observou o preço de USD 97.66/barril, valor superior comparativamente à média de USD 72.71/barril registados em 2007.

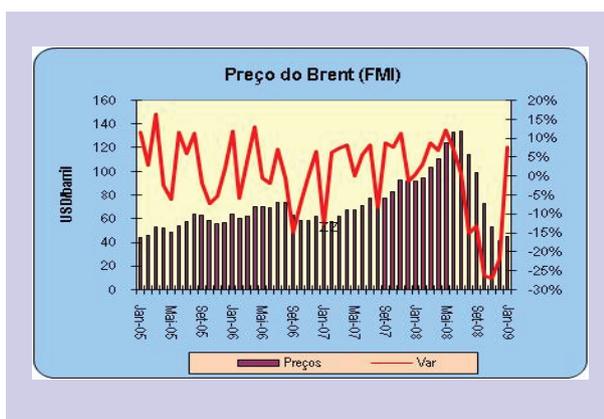


Gráfico 1

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Dos vários factores que concorreram para a redução do preço do barril do petróleo na segunda metade de 2008, destacam-se a queda da procura como efeito da recessão económica mundial, particularmente nos países mais desenvolvidos, despoletada pela crise financeira e a apreciação persistente do dólar face as principais moedas no mercado internacional.

Para o ano de 2009, as projecções da Agência Internacional de Energia apontam para uma revisão em baixa do consumo global do petróleo em 1,3 milhões de barris/dia para 84.4 milhões de barris/dia, a reflectir um cenário de recessão económica das principais economias mundiais, em 2009.

Ouro. O preço médio do Ouro reagiu no ano em consonância com o comportamento do dólar no mercado internacional. Com efeito, os primeiros seis meses do ano foram caracterizados por uma apreciação do ouro que registou uma variação anual de 42.4% até Junho de 2008, com a cotação de USD 924.1/Onça segundo a *Reuters*. Na segunda metade do ano, a cotação do Ouro começou a registar uma tendência de desaceleração, tendo culminado com uma variação anual de 5.4%, em Dezembro de 2008, equivalente a USD 877.95/Onça.

Açúcar. Após uma variação anual negativa de 10.7% em 2007, o preço internacional do açúcar registou uma subida acentuada, tendo em Setembro de 2008 atingido uma variação anual de 42.3%. Contudo, o fortalecimento do dólar americano face às principais moedas e o abrandamento da actividade económica mundial, afectaram em baixa o preço desta *commodity*, com a desaceleração da variação anual para 8.4% em Dezembro de 2008.

Cereais. Acompanhando o ritmo de aceleração observado em 2007, os preços dos cereais, nomeadamente, trigo e arroz, registaram um forte incremento nos primeiros meses do ano, atingindo variações anuais de 215% para o arroz (em Abril) e 120.85% para o trigo (em Maio). A queda da produção mundial aliada ao incremento da procura, principalmente da China e da Índia foram os principais factores apontados para estes aumentos históricos. No entanto, nos restantes meses do ano o preço dos cereais sofreu um acentuado abrandamento. Por exemplo, o trigo registou quedas sucessivas do seu preço, atingindo uma variação anual negativa de 40.9%, enquanto o arroz registou uma desaceleração anual de 45.7%, em Dezembro de 2008.



Caixa 1: A Crise Financeira Internacional e os Efeitos esperados sobre a Economia de Moçambique

1. As Origens da Crise

A turbulência dos mercados financeiros internacionais que tem assolado a economia mundial nos últimos dois anos foi originada no mercado imobiliário americano, em particular o segmento do mercado de hipoteca que desde meados de 2007 tem vindo a conhecer uma queda sem precedentes.

A partir de meados da década de 1990, assistiu-se nos E.U.A., a um súbito crescimento de preços de imóveis, acompanhado de um incremento do nível de rendimento da população e uma redução das taxas de juro dos fundos federais, facto que resultou numa enorme pressão sobre a procura de imóveis. Com os preços dos imóveis a crescerem rápida e persistentemente, gerou-se uma crença generalizada nas pessoas de que o investimento em activos fixos era uma forma segura de obter lucros na medida em que, a subida dos preços dos imóveis permitiria cobrir os custos de empréstimos e obter algum rendimento adicional, facto que culminou num aumento generalizado de clientes a solicitarem empréstimos para habitação.



Os créditos destinavam-se não apenas aos considerados bons clientes – aqueles com capacidade de pagar as suas prestações de hipoteca, mas também era extensível à clientes de baixo rendimento ou até mesmo sem qualquer rendimento e/ou activo real, portanto, clientes de elevado risco. Grande parte deste clientes de alto risco foi enquadrado no chamado segmento de clientes subprime que significa clientes com rating abaixo dos requisitos mínimos exigidos e como tal, devido ao alto risco, estavam sujeitos ao pagamento de taxas de juro de hipoteca mais elevadas (acima da média). Uma vez que não detinham rendimento, emprego e muito menos activos reais, a principal segurança neste segmento baseava-se na crença de que os preços dos imóveis continuariam a exibir uma tendência ascendente e que os proprietários de imóveis pagariam as prestações de hipotecas mediante arrendamento dos mesmos.

Assim, entre 1994 a 2006, os empréstimos do tipo subprime expandiram vertiginosamente, tendo passado de cerca de USD 35 biliões para cerca de USD 600 biliões, grande parte dos quais, concedidos sem observância das melhores práticas internacionalmente aceites. A expansão dos empréstimos de hipoteca foi acompanhada pela securitização dos mesmos, dando lugar ao aparecimento de diversos produtos financeiros estruturados que se mostraram eficazes, enquanto perdurou o boom do mercado imobiliário.

O deflagrar da crise ocorre precisamente em 2006 quando a oferta dos imóveis começou a superar a procura, gerando uma pressão para baixo nos preços dos imóveis, o que culminou em altos níveis de inadimplência por parte dos clientes subprimes e uma redução da apetência dos investidores por activos securitizados e pelos produtos financeiros estruturados, terminando, deste modo, o processo de revenda dos títulos de hipoteca e de repassagem dos riscos de crédito a outrem. A partir de então, gerou-se uma crise cujas manifestações começaram a ser notórias a vários níveis, quer nos E.U.A., quer ao nível global.

Para além da crise global dos mercados financeiros, assistiu-se, também, em 2008 a crise dos combustíveis e dos alimentos com repercussões directas sobre o nível de actividade económica e balança de pagamentos dos países em desenvolvimento, maioritariamente exportadores de produtos primários e importadores líquidos de alimentos.

2. Manifestações da crise a nível internacional

2.1. Primeira Vaga da Crise

Em geral, as manifestações da crise financeira internacional podem ser agrupadas em dois principais estágios. O primeiro estágio que se estendeu até ao III trimestre de 2008, caracterizado, grosso modo, pelos seguintes aspectos:

- Declaração de insolvência e anúncio de prejuízos avultados em alguns grandes conglomerados financeiros (Lehman Brothers, Freddie Mac & Fannie Mae, Merrill Lynch, America International Group, entre outros). Vários bancos internacionais e instituições que transaccionam instrumentos financeiros viram os seus activos subavaliados (write-down) e apresentaram prejuízos acumulados avultados;
- Agravamento da crise de confiança acompanhado por uma corrida desenfreada dos depositantes que retiravam massivamente os seus depósitos junto do sistema bancário;
- Queda das cotações de títulos/acções nos principais mercados bolsistas mundiais;
- Redução do investimento em instrumentos financeiros de alto risco a favor de aplicações em produtos alternativos (petróleo, ouro e government bonds);
- Alastramento da crise para o sector real da economia, afectando negativamente o desempenho das firmas, o que culminou numa aceleração do nível de desemprego e num abrandamento do nível geral de preços. Grande parte dos países desenvolvidos e emergentes anuncia revisões em baixa das projecções de crescimento económico; e
- Enfraquecimento do Dólar americano face às principais moedas transaccionadas nas principais praças mundiais.

Em face da conjuntura financeira internacional desfavorável, várias acções foram tomadas tendentes a minimizar os impactos nefastos da crise, sendo de destacar as seguintes:

I. Injecção de um pacote financeiro de USD 700 mil milhões pelo Governo dos E.U.A. no âmbito do Plano Paulson, inicialmente sob forma de empréstimos à bancos com dificuldades de liquidez e, mais tarde, sob forma de participação via compra de títulos tóxicos de bancos em risco de falência, com vista a reanimar o mercado imobiliário e estimular a economia;

II. A Europa e Ásia (Japão) adoptam planos similares de injecção de liquidez, tentando travar o efeito contágio; e

III. Os bancos centrais das principais economias, iniciam um conjunto de acções concertadas de cortes nas taxas de juro de política monetária com vista a atenuar a crise de liquidez e estimular o crescimento económico.

2.2. A segunda Vaga da Crise

A segunda vaga da crise é a que parte do último trimestre de 2008 até a actualidade, marcada essencialmente pelo alastramento notório da crise para o sector real e a economia global como um todo. Em geral, este período é caracterizado no âmbito internacional pelos seguintes aspectos: recessão económica nos E.U.A., Japão, Reino Unido e Zona do Euro, aumento do desemprego; desaceleração do crescimento do PIB nas economias emergentes e em desenvolvimento; revisão em baixa das taxas de crescimento do PIB para 2009 e 2010; riscos de deflação nas economias mais desenvolvidas.

Taxa de Juro de Política Monetária

País	2007	2008
E.U.A.	4,25%	0,25%
Área do Euro	4,00%	2,25%
Reino Unido	5,50%	2,00%
Japão	0,50%	0,10%



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Evolução das taxas de crescimento da Inflação e do PIB (%)

Economia		2007	2008 (Prel.)	2009 (Proj.)	2010 (Proj.)
Avançadas	PIB	2,7	1,0	-2,0	1,1
	Inflação		3,5	0,3	0,8
Emergentes e PVD's	PIB	8,3	6,3	3,3	5,0
	Inflação	n.d.	n.d.	5,8	5,0
África	PIB	6,2	5,2	3,4	4,9
	Inflação	7,1	11,9	9,5	n.d.
África Subsahariana	PIB	6,9	5,4	3,5	5,0
	Inflação	7,1	11,9	9,5	n.d.

fonte: IMF (World Economic Outlook)

Assistiu-se, igualmente, à redução dos preços internacionais das commodities; restrição no acesso ao financiamento externo, em particular nos Países em Vias de Desenvolvimento; queda das exportações dos países emergentes e dos PVD's; recuperação do USD nas principais praças internacionais.

Na sequência das acções implementadas aquando do primeiro estágio da crise e em face de uma conjuntura macroeconómica global desfavorável, os Governos das principais economias mundiais, levaram a cabo uma segunda vaga de acções tendentes à atenuar os efeitos da crise sobre as respectivas economias. Com efeito: (i) a administração Obama nos Estados Unidos da América (E.U.A) aprovou um novo pacote financeiro orçado em USD 780 biliões para restaurar a confiança nos mercados financeiros e estimular a economia americana; (ii) várias instituições financeiras europeias foram intervencionadas e/ou nacionalizadas; (iii) o Governo Japonês anunciou novos pacotes financeiros totalizando USD 10.7 biliões e uma série de medidas adicionais para estimular a economia; (iv) A Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) composta pela China, Japão, Coreia do Sul e mais 10 países do sudeste da Ásia criou um fundo de USD 120 biliões, para proteger as moedas dos países que compõem a ASEAN contra ataques especulativos; e (v) a continuidade da política de corte nas taxas de juro directora (EUA, UE, Japão, China, Inglaterra e Canadá) para níveis historicamente baixos.

3. Efeitos da Crise Financeira na Economia de Moçambique

3.1 Impactos observados Até Final de 2008

Embora nesta fase, o país não tenha sentido directamente os efeitos nefastos da crise, indirectamente foram identificadas algumas manifestações, dada a sua abertura ao exterior e dependência de relações político-económicas com os seus parceiros bilaterais ou multilaterais do resto do mundo. Estas características fizeram com que os impactos das três crises (cereais, combustíveis e financeira) fossem de difícil separação, até pela forma contínua como estas tiveram lugar.

Nesta fase, as repercussões imediatas da crise na economia nacional manifestaram-se através do aumento da factura dos combustíveis que passou de USD 385 milhões em 2007 para USD 619 milhões num contexto de alta de preço no mercado internacional, o que culminou no agravamento do preço doméstico dos combustíveis e dos seus derivados, tendo a gasolina incrementado em 26.7% e o gasóleo em 13.9%, entre Dezembro de 2007 a Junho de 2008, respectivamente.

Outro impacto registou-se na evolução do saldo das Reservas Internacionais Líquidas do País onde ocorreu uma redução dos rendimentos de activos externos. Com efeito, embora o saldo médio de activos externos aplicados no exterior tenha sido mais elevado em 2008 relativamente ao ano anterior, os rendimentos decorrentes das mesmas aplicações foi de apenas USD 76.5 milhões, portanto inferior ao apurado no ano anterior, o que é justificado, pela queda das taxas de juro em linha com os cortes expressivos efectuados nas taxas de juros de referência por parte de alguns bancos centrais.

Ao nível do sector externo, observou-se um agravamento do défice da conta corrente em 24.2% para USD 975.3 milhões, como reflexo da deterioração do défice da conta parcial de bens resultante de um aumento mais pronunciado das importações (23%) face às exportações (10%), assim como do incremento da saída líquida de recursos em 6.7% observada na conta de rendimentos.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No tocante ao sector fiscal, as receitas decorrentes do imposto sobre o comércio externo reduziram em 5.0% para 3,591.0 milhões de Meticais num contexto em que os custos das medidas fiscais adoptadas para conter os impactos da subida dos preços dos combustíveis sobre o orçamento ascenderam os 1.4 biliões de Meticais.

Tendo em vista conter os efeitos da crise e reduzir o grau de dependência do País em relação ao exterior, várias medidas de âmbito real, fiscal e financeiro foram implementadas, sendo algumas de carácter imediato e outras de médio e longo prazos, nomeadamente:

- (i) Subsídios do Governo aos transportadores e outros sectores e o pagamento diferido de alguns impostos;
- (ii) Aprovação do Plano de Produção de Alimentos visando reduzir a dependência externa avaliado em 10.9 biliões de MT para o período de 2008-2011;
- (iii) Negociação, com êxito, junto dos parceiros internacionais do pacote de financiamento externo ao Orçamento de Estado para 2009 no montante aproximado de USD 480 milhões e a negociação com o Banco Mundial da antecipação do desembolso de cerca de USD 100 milhões;
- (iv) Venda de divisas num total de USD 668 milhões no Mercado Cambial Interbancário, cerca de USD 260 milhões acima do valor de 2007;
- (v) Flexibilização e diversificação da carteira de divisas do país; e
- (vi) Reforço da supervisão das IC's e orientação para gestão cautelosa dos seus Activos Externos Líquidos.

Indicadores do Sector Financeiro

Indicador	2007	2008
RIL's (mio USD)	1.504,0	1.643,0
Meses Cob. (Incl. GP)	5,0	4,5
Rendimento (mio USD)	82,9	76,5

Entretanto, dados reportados ao final do ano de 2008, indicam que, apesar do fortalecimento da crise a nível internacional, a economia nacional evoluiu dentro dos níveis inicialmente programados. Com efeito, as variáveis do sector real mostram um crescimento robusto do PIB (próximo dos 7.0%), e ocorreu uma expansão moderada das exportações e do lado do sector financeiro, os indicadores de solvabilidade e crédito mal parado, principais sinalizadores de indícios de crise, mantiveram-se acima dos mínimos exigidos internacionalmente, indicando que, globalmente, este mantém-se robusto e sólido.

3.2. Impactos Esperados 2009-2010

Internamente, espera-se que a nova vaga tenha maior incidência sobre os sectores real e externo da economia. Efectivamente, as projecções dos vários indicadores macroeconómicos foram, na generalidade revistas em baixa, sinalizando os impactos indirectos da crise financeira global sobre a economia de Moçambique, a vários níveis ou sectores da economia.

- Assim, ao nível do sector real perspectiva-se um abrandamento da actividade económica, com o PIB a crescer à uma taxa na banda dos 5-6% em 2009, segundo estimativas do Banco de Moçambique, o que está em linha com as recentes projecções do Fundo Monetário Internacional e da agência de rating Standard & Poor. Aliado à este aspecto, espera-se um ligeiro agravamento da inflação anual e deterioração do nível de emprego em alguns sectores de actividade económica;
- No tocante ao Sector Externo, as perspectivas são de abrandamento do valor das exportações, em particular dos Grandes projectos, em virtude da redução dos preços dos principais produtos de exportação no mercado internacional; redução da procura internacional de bens de exportação e de serviços de turismo; redução do valor das importações derivada da queda dos preços no mercado internacional; provável decréscimo do fluxo de IDE e um adiamento ou atraso de alguns projectos do IDE em carteira; risco de desembolso de ajuda externa prometida para apoio a BOP e OE.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Alguns Indicadores do Sector Real

Indicadores	2006	2007	2008		2009	
			orig.	real	orig.	proj.
PIB real (%)	8,8	7,4	7,0	6,8(a)	6,7	5 - 5,5(b)
Inflação Média anual (%)	13,3	8,2		10,3	5,5	7,1
Inflação anual (%)	9,4	10,3		6,2	5,2	7,6

a)INE; b)Standard&Poor

Preços Médios de Mercadorias Seleccionadas

	2008	2009(Proj.)	2009 (Var.)
Crude (USD/bbl)	97,0	50,0	-48,5%
Gás (USD/GJ)	1.303,0	1.303,0	0,0%
Alumínio (USD/Ton)	2.577,9	1.100,0	-57,3%
Algodão (Cents USD/lb)	71,4	63,5	-11,1%
Açúcar(cents USD/lb)	12,5	10,9	-12,5%
Milho (USD/Ton)	223,3	165,0	-26,1%
Arroz (USD/Ton)	700,2	450,0	-35,7%
Trigo (USD/Ton)	325,9	250,0	-23,3%
Madeira (USD/m3)	875,7	800,0	-8,6%
Camarão (USD/Kg)	8,9	n.d.	n.d.

Fonte: FMI & Grandes Projectos

- Ao nível do sector financeiro vislumbra-se riscos de redução das Reservas Internacionais derivada de perdas cambiais, efeito taxa de juro, corrosão de algumas aplicações (títulos) no resto do mundo, aumento da procura de divisas no mercado cambial, degenerando numa maior pressão cambial e na redução do financiamento externo ao sector privado;
- No que tange ao sector fiscal os efeitos esperados da crise no curto prazo seriam a redução das receitas arrecadadas sobre o comércio externo, como corolário da queda do valor das importações; redução das receitas totais derivada de um provável abrandamento da actividade económica e um agravamento do défice orçamental.

A actual crise constitui uma oportunidade para as economias reflectirem em torno do actual paradigma macroeconómico que rege a economia global assente no mecanismo do mercado, dando azo à reformas profundas ao nível do funcionamento do sistema financeiro global com implicações para o resto da economia.

4.0. Referências Bibliográficas

- IMF, (2009). *World Economic Outlook Update*.
- GoM (2008). *Balanço do Plano Económico e Social*. Moçambique. Ministério de Planificação e Desenvolvimento.
- South African Reserve Bank. *Origins and causes of recent financial market turbulence and its implications for the CMA*. Public lecture delivered by T T Mboweni, Governor of the South African Reserve Bank in Windhoek, Namibia.
- Sites: www.bloomberg.com; www2.standardandpoors.com/portal/site/sp/en/us/page.topi.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3. Conjuntura Interna

3.1. Sector Real

3.1.1. Preços

A inflação⁵ medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor da cidade de Maputo, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – indicador oficial da inflação em Moçambique, registou uma variação homóloga de 6.19% em Dezembro de 2008 – nível mais baixo dos últimos cinco anos - o que equivale a uma desaceleração em 4.1 pp relativamente à variação observada em igual período de 2007. Comportamento diferente foi observado pela inflação média anual (média móvel dos últimos 12 meses) que, após situar-se em 8.16% em Dezembro de 2007, foi aumentando continuamente ao longo de 2008, tendo atingido em Dezembro o nível de 10.33% (mais 2.17 pp em relação à observada em igual período do ano transacto).

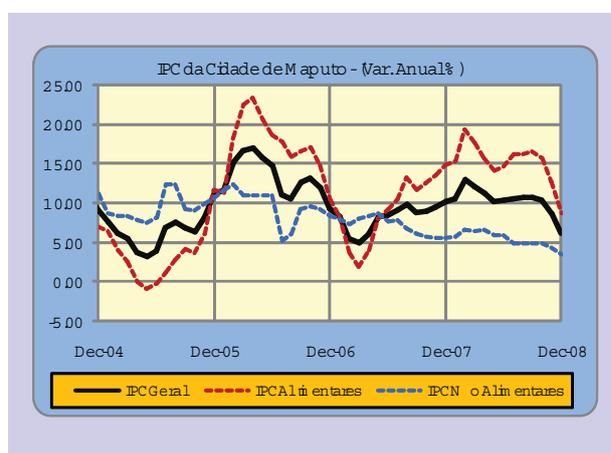


Gráfico 2

A trajetória sazonal da inflação homóloga ao longo do ano de 2008 foi marcada por quatro fases distintas:

- (i) **1ª Fase (Janeiro-Fevereiro):** este período sazonalmente é caracterizado por uma tendência altista do nível geral de preços, tendo em 2008 atingido o pico no mês de Fevereiro quando a inflação anual subiu para 13.01% (nível mais alto no ano), influenciado, por um lado, pela classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas com uma variação anual positiva de 18.7%, justificado pelo aumento, dentre outros, do preço das frutas (72.44%), dos panificados e massas (42.8%), peixes (22.35%), óleos e margarinas (19.22%), legumes e tubérculos (11.91%), frangos (11.82%), leite e seus derivados (10.36%) e, por outro lado, pelos produtos não-alimentares com uma variação igualmente positiva de 6.6%.

⁵ Tendo em vista melhorar a implementação e gestão da política monetária, o Banco de Moçambique aprovou, em meados de 2008, dois indicadores de *core inflation*, nomeadamente, o Índice de Preços que exclui frutas e vegetais e o Índice das Médias Aparadas, que passarão a ser regularmente monitorados para efeitos de avaliação do desempenho da Política Monetária.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A alta dos preços de cereais a nível externo e interno, a subida dos preços do petróleo no mercado internacional com repercussões nos preços domésticos dos combustíveis, o agravamento da inflação na vizinha África do Sul, o ajustamento para cima da tarifa dos transportes inter-provinciais, a queda intensa de chuvas que alagaram as zonas baixas de produção de hortícolas na cidade de Maputo e arredores, bem como os distúrbios ocorridos na cidade de Maputo nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 2008 em protesto contra a subida da tarifa dos transportes semi-colectivos, foram os principais factores que contribuíram para a aceleração da inflação verificada neste período.

- (ii) **2ª Fase (Março-Maio):** seguindo o seu comportamento sazonal, neste período, a inflação anual desacelerou, reduzindo para 10.09% em Maio de 2008. As classes de produtos que contribuíram para esta desaceleração foram a dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (desaceleraram em 5.1 pp para 13.58% face ao período anterior) impulsionado pelo recuo, dentre outros, dos preços das frutas (em 14.8 pp), legumes e tubérculos (em 11.8 pp), verduras (em 9.5 pp), panificados e massas (em 9.18 pp) e peixes (em 8.4 pp). Os produtos não-alimentares, também, viram os seus preços a desacelerar em 0.6 pp para 6.0%.

A maior oferta de vegetais no II trimestre contribuiu para amortecer a alta dos preços de cereais no mercado. Contudo, o contínuo agravamento do preço do petróleo no mercado internacional com reflexos no aumento dos custos de transporte e dos combustíveis lenhosos a nível doméstico, bem como a aceleração da inflação na África do Sul, fizeram com que a desaceleração da inflação fosse menos acentuada.

- (iii) **3ª Fase (Junho-Setembro):** os preços voltaram a acelerar neste período atingindo o nível 10.75% em Setembro. Os produtos alimentares e bebidas não-alcoólicas com um acréscimo de 2.5 pp para 16.05% foram os que mais contribuíram para a aceleração do IPC no período, influenciados pela subida dos preços de verduras (em 7.3 pp), legumes e tubérculos (em 6.3 pp), óleos e margarinas (em 3.6 pp) e peixes (em 2.9 pp). Todavia, serviram para amortecer o efeito da aceleração da inflação, o abrandamento dos preços dos produtos não-alimentares, em 1.1 pp para 4.9%.

Foi neste período que o preço do petróleo no mercado internacional atingiu o seu pico (Julho), que conjugado com a contínua aceleração da inflação na África do Sul contribuíram para o ligeiro aumento da inflação. As medidas fiscais-orçamentais postas em prática pelo Governo conjugadas com a estabilidade do Metical face ao Dólar americano e ao Rand, assim como a posticipação do ajustamento das tarifas administrativas de energia, água e serviços de educação e saúde, contribuíram para amortecer o efeito da inflação.

- (iv) **4ª Fase (Outubro-Dezembro):** os preços registaram uma tendência de abrandamento vertiginoso tendo atingido o seu nível mais baixo em Dezembro de 6.19%, influenciado, por um lado, pela desaceleração dos preços dos produtos alimentares e bebidas não-alcoólicas em 7.5 pp para 8.57%, impulsionado pela redução, dentre outros, dos preços de frutas (em 41.6 pp), peixes (em 16.9 pp), óleos e margarinas (em 14.3 pp), panificados e massas (em 13.17 pp) e frangos



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

(em 13.9 pp) e, por outro lado, pela desaceleração dos preços dos produtos não-alimentares em 1.5 pp para 3.4%, em resultado do recuo, dentre outros, dos preços da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (em 3.3 pp) e transportes (em 2.5 pp), como corolário da queda dos preços dos combustíveis (em 20.1 pp face ao nível observado em Setembro).

O quadro 5 mostra a desagregação da inflação homóloga pelas classes dos bens alimentares e dos não-alimentares, bem como as respectivas componentes mais voláteis, nomeadamente os preços dos cereais, frutas e vegetais, bens administrados e os preços dos combustíveis líquidos.

Quadro 5: Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo (em %)

	Peso	Dez-07		Dez-08	
		Variação (%)	Contribuição (pp)	Variação (%)	Contribuição (pp)
IPC Geral	100	10.3	10.3	6.2	6.2
Bens Alimentares	49.6	14.9	7.4	8.6	4.3
Cereais e derivados	5.93	13.5	0.8	29.2	1.7
Frutas e vegetais	17.7	8.1	1.4	8.1	1.4
Bens não Alimentares	50.4	5.6	2.8	3.4	1.7
Combustíveis líquidos	2.01	21.3	0.4	3.0	0.1
IPC Excl. Frutas e Vegetais		10.7		5.8	
IPC Excl. Cereais e Derivados		10.0		4.5	
IPC Excl. Bens Administrados		10.0		6.3	
IPC Excl. Combustíveis		9.9		6.3	
IPC -M dias Aparadas		8.6		10.3	

Fonte: INE

De acordo com os dados acima, o comportamento da inflação ao longo do ano foi determinado pela evolução dos preços dos produtos alimentares cujo índice registou uma variação anual de 8.6% em Dezembro de 2008 a reflectir, essencialmente, o comportamento ascendente dos preços dos seguintes grupos de produtos:

- **Cereais e Derivados:** com uma variação positiva de 29.2%, impulsionada pelo aumento anual dos preços do milho em grão (168%), farinhas lácteas (20.8%) e arroz (31.6%);
- **Panificados e Massas:** viram os seus preços a aumentar em 13.4% em resultado do aumento do preço das bolachas, biscoitos e pastelaria fresca (18.3%); do pão de trigo (14.1%) e das massas graúdas (12.4%);
- **Frutas:** com uma variação positiva de 14.4%, justificada pelo aumento do preço da papaia (27.7%), limão (21.8%), coco (16.9%) e banana (13.1%);
- **Legumes e Tubérculos:** os seus preços cresceram no ano em 6.5% em resultado do aumento, dentre outros, dos preços do feijão nhemba (43.4%), mandioca fresca (17.4%), tomate (16.3%), batata doce (13.8%) e feijão verde (12.8%).



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Os produtos não alimentares, embora com uma contribuição menor no IPC geral, registaram uma variação anual de 3.4% em 2008, 2.2 pp abaixo da observada no ano transacto. Os grupos de produtos que maioritariamente influenciaram esta variação foram os seguintes:

- **Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos:** com uma variação positiva de 8.8%, principalmente influenciada pelo aumento do preço da cerveja (13.5%);
- **Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção:** aumento de 5.7% em resultado do crescimento do preço dos bens e serviços para a manutenção da habitação (7.5%) e louças, vidros, cristais e outros utensílios domésticos (6.6%);
- **Carvão, lenha e outros:** incremento de 4.7%, impulsionado pelo aumento do preço da lenha (6.7%), petróleo para iluminação (6.0%) e carvão vegetal (5.5%); e
- **Transportes:** acréscimo de 3.1%, em resultado da variação positiva do preço da gasolina para veículos de transporte pessoal (10.5%), amortecida pela redução do preço do gasóleo (4.6%).

Quanto à evolução de alguns indicadores de *Core inflation*, destaca-se o Índice de Preços ao Consumidor que exclui frutas e vegetais (IPCXFRVEG) - um dos indicadores de *core inflation* aprovado pelo Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, em 2008 - reduziu em 4.9 pp face ao ano transacto, fixando-se em 5.8% em Dezembro de 2008. No respeitante a outro indicador de *core* em uso pelo Banco de Moçambique, a inflação com base nas Médias Aparadas (TM 95; 25), este registou um movimento contrário ao do IPC geral, pois incrementou em 1.7 pp em Dezembro de 2008 face ao período homólogo do ano transacto, situando-se em 10.3%.

Refira-se que os cereais e derivados mostraram-se com maior impacto no IPC de 2008, uma vez que, excluindo este grupo de produtos, o IPC homólogo passa para uma variação anual de apenas 4.5%, bem abaixo dos 6.2% registados pelo indicador geral. Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor excluindo os combustíveis líquidos (IPCXOIL) reduziu em 3.6 pp em Dezembro de 2008 face à Dezembro de 2007, tendo-se fixado em 6.3% em termos homólogos.

O quadro que se segue (Quadro 6) apresenta os produtos com maior variação positiva e negativa nos seus preços.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 6: Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual

Inflacionista			Deflacionista		
Produtos	Contrib. (pp)	Var. (%)	Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)
Arroz	1.807	31.6	Carapaus, frescos, refrigerados ou congelados	-0.383	-10.6
Pão de trigo	1.014	14.2	Frango vivo	-0.142	-4.0
Tomate	0.469	16.3	Batata-reno fresco	-0.137	-9.8
Amendoim (miolo)	0.237	7.9	Cebola	-0.108	-6.8
Peixe fresco, refrigerado ou congelado	0.236	10.6	Gás butano em garrafas	-0.047	-5.8
Coco	0.228	16.9	Ovos frescos de galinha	-0.031	-4.4
Carvão vegetal	0.210	5.5	Gasóleo para veículos de transporte pessoal	-0.022	-4.6
Óleos alimentares	0.201	13.5	Cenoura	-0.016	-5.6
Medicamentos	0.172	7.3	Penso e tampões, higiénicos	-0.011	-3.5
Cerveja	0.159	13.5	Telemóveis	-0.009	-4.3
Lenha	0.134	6.7	Leite condensado	-0.007	-6.1
Feijão Manteiga	0.115	7.5	Sumos de fruta	-0.006	-1.8
Outros	2.175		Outros	-0.051	
Sub-total	7.158		Sub-total	-0.970	

Fonte: INE

Da desagregação dos factores que influenciaram o comportamento da inflação em 2008 entre exógenos e endógenos, convém salientar os seguintes:

a) Factores Exógenos:

- **Impacto da Crise financeira internacional:** A redução dos preços das principais *commodities* no mercado internacional na segunda metade do ano em análise, em resultado da queda da procura por estes produtos nas maiores economias do mundo, contribuiu para o decréscimo dos preços domésticos na parte final do ano, tanto dos destas *commodities*, como dos de outras por estas influenciados;
- **Abrandamento da crise dos preços dos bens alimentares:** Não obstante o aumento do preço médio do arroz no mercado internacional em 45.7% para USD 550.75 ton/métricas no fecho de Dezembro de 2008, o trigo e o milho viram os seus preços decrescerem em termos anuais em 40.3 pp e 12.3 pp, para USD 368.6 ton/métricas e USD 180.3 ton/métricas, respectivamente, em Dezembro de 2008 face ao período homólogo;
- **Redução do preço internacional do petróleo:** Após o preço médio mensal registar um agravamento anual de 31.0% até Julho, mês em que se estabeleceu novo máximo histórico de USD 147/barril, o preço médio do barril de petróleo observou um forte decréscimo, tendo-se cotado em 41.58 USD/barril em Dezembro de 2008, correspondente à uma variação anual de 54.5%; e
- **Evolução favorável do nível geral de preços na RSA:** a inflação anual observou um avanço de 7.1% em Dezembro de 2007 para 13.7% em Agosto de 2008, seguindo-se depois uma desaceleração para 9.5% em Dezembro de 2008.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

b) Factores Endógenos:

- Relativa estabilidade do Metical em relação ao Dólar norte-americano durante um longo período do ano, conjugado com a apreciação do Metical face ao Rand Sul-africano;
- Medidas fiscais tomadas pelo Governo com vista à amortecer o efeito do agravamento dos preços internacionais dos cereais e combustíveis ocorrido nos primeiros nove meses do ano;
- Impacto das medidas administrativas adoptadas pelas autoridades no período da quadra festiva assegurando uma oferta adequada de bens de consumo mais procurados, evitando a especulação, característica deste período do ano; e
- Controlo dos factores de expansão monetária, traduzido na evolução da base monetária em linha com o programa delineado para o ano.

Comportamento do IPC Agregado “IPC Moçambique”

O IPC representativo do País, calculado com base na agregação dos índices de preços das três capitais regionais do país, nomeadamente Maputo, Beira e Nampula, registou uma inflação acumulada e anual de 11.82% em Dezembro de 2008, 28 pb abaixo do observado no período homólogo do ano transacto, reflectindo, essencialmente a desaceleração da inflação de Maputo em 4.1pp, para 6.19%, com maior peso no IPC agregado, contrariando a aceleração de 2.23 pp registada no IPC da Beira, para uma inflação anual de 17.02% e de 4.40 pp em Nampula, para 17.71%.

Quadro 7: IPC Agregado

	Dec-07		Dec-08		Dif.	
	Var. Anual (%)	Var.Méd. Anual (%)	Var. Anual (%)	Var.Méd. Anual (%)	Var. Anual (pp)	Var.Méd. Anual (pp)
Maputo	10.26	8.16	6.19	10.33	-4.08	2.17
Beira	14.78	10.80	17.02	17.02	2.23	6.21
Nampula	13.32	9.72	17.71	17.60	4.39	7.87
Moçambique	12.10	9.17	11.82	14.50	-0.28	5.33

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A taxa de inflação média anual do País, observou um movimento ascendente, ao acelerar 5.33 pp em 2008, quando comparado com 9.17% registados em Dezembro de 2007, reflectindo as variações positivas observadas no IPC das três capitais provinciais, nomeadamente, Maputo, Beira e Nampula em 2.17 pp, 6.21 pp e 7.87 pp, para 10.33%, 17.02% e 17.6%, respectivamente.

A classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas com uma contribuição de 9.6 pp - foi a que mais contribuiu para a variação acumulada do IPC agregado de 2008. Em termos de produtos, os que mais contribuíram para a variação positiva do IPC nacional foram: arroz (1.9 pp), tomate (1.2 pp), farinha de milho (0.8 pp), peixe fresco



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

(0.7 pp), mandioca fresca (0.7 pp), carvão vegetal (0.5 pp), pão de trigo (0.5 pp), óleo alimentar (0.4 pp), mandioca seca (0.4 pp), peixe seco (0.4 pp), feijão manteiga (0.3 pp), amendoim (0.3 pp) e outros (4.5 pp).

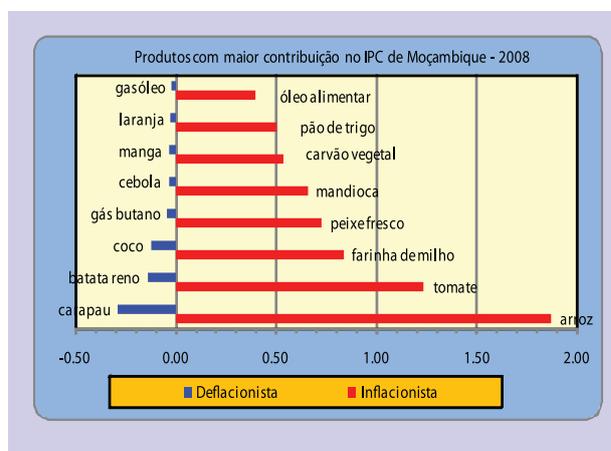


Gráfico 3

Contribuíram para amortecer o efeito da variação acima a redução do preço dos seguintes produtos: carapau fresco (-0.3 pp), batata-reno (-0.2 pp), coco (-0.1 pp), gás butano (-0.04 pp), cebola (-0.03 pp), manga (-0.03 pp), laranja (-0.02 pp), gasóleo para veículos (-0.02 pp), receptores de televisão (-0.02 pp), cenoura (-0.01 pp), aparelhagens sonoras (-0.01 pp), lâmpadas (-0.01 pp) e outros (-0.04 pp).

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 2: Metodologia de Cálculo do IPC Moçambique

O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique é a entidade responsável pela produção e disseminação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) a nível nacional. O cálculo do IPC em Moçambique teve o seu início em 1989 a nível do ex-Ministério do Plano e Finanças. Em 1995, o INE, com apoio do PNUD, iniciou com o processo de compilação do IPC, dando continuidade ao trabalho já iniciado, tendo vindo a tornar-se um processo oficial apenas em 1997. Em 1998, operaram-se mudanças significativas no IPC, como resultado da revisão do cabaz e ponderadores e de outras componentes metodológicas.

O IPC Moçambique corrente (Dezembro 2004=100) é compilado com base nos dados colectados nas cidades de Maputo, Beira e Nampula – centros urbanos mais significativos em termos populacionais e económicos a nível das regiões sul, centro e norte, respectivamente e permite aferir sobre a evolução dos preços a nível nacional.

No geral, o cálculo e metodologia usada na estimação do IPC de Moçambique encontra-se em conformidade com os princípios internacionalmente recomendados para compilação do índice de preços ao consumidor, particularmente o da Organização Internacional do Trabalho (ILO). Os procedimentos seguintes são tidos em conta na compilação do IPC:

- Periodicidade: Mensal;
- Cabaz de produtos: o IPC inclui um conjunto de produtos com maior significância no consumo das famílias residentes (é considerado significativo quando o peso do produto na despesa é maior ou igual a 1/1000 da despesa total). Actualmente o IPC de Maputo, Beira e Nampula incluem 210, 190 e 167 produtos, respectivamente;
- Recolha dos preços: os preços são colectados pelos inquiridores do INE ao longo dos dias úteis do mês, sendo que para os produtos frescos é feita numa base semanal e dos produtos não perecíveis a periodicidade é mensal. Actualmente os inquiridores recolhem preços em 31 mercados e 725 estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, alguns preços colectados numa base regular ou ocasional são também obtidos de diferentes fontes administrativas e comunicados de imprensa. A selecção dos estabelecimentos para recolha de dados é não probabilística, sendo feita segundo a distribuição geográfica da amostra e de acordo com a importância, avaliada de acordo com o volume de vendas e outras características comerciais do estabelecimento. A sazonalidade de alguns produtos na compilação dos preços, é igualmente tomada em consideração.
- Preços usados: os preços relevantes para a compilação do IPC correspondem aos preços realmente pagos nas transações pelos consumidores na aquisição de um determinado produto para consumo e são definidos segundo as quantidades específicas usadas para vender cada produto.
- Agregação: os produtos e serviços incluídos no IPC são agrupados de acordo com a “Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP)”. O IPC Moçambique é calculado com base no uso da Média Aritimética dos valores - Formula Dutot, sendo que para agregação dos índices é usada a fórmula de Laspeyres.

Quadro 1 – Pesos do IPC estruturado segundo a divisão COICOP

Divisão COICOP	Maputo	Beira	Nampula	Moçambique
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	51.85	56.71	61.41	55.48
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2.13 2	.44	2.12 2	.21
Vestuário e Calçado	4.69 4	.37	4.87 4	.65
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	13.26	12.67	11.35	12.63
Mobiliário, Artigos de Decoração, Equipamento doméstico e Manutenção corrente	5.39	4.76 5	.59	5.27
Saúde	3.28	1.91 3	.18	2.94
Transportes	10.15 7	.88	3.6 7	.91
Comunicações	2.4	1.42 0	.65	1.72
Lazer, Recreação e Cultura	2.71 2	.51	2.55 2	.64
Educação	1.01 1	.88	1.17 1	.26
Restaurantes, Hotéis, cafés e Similares	1.6 2	.29	2.42 1	.97
Bens e Serviços Diversos	1.53 1	.16	1.09 1	.32
Total	100	100	100	100

- Pesos: derivam do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF), que inclui todas as famílias residentes no país. É efectuada a média em cada cinco anos (Actualmente corresponde ao IAF 2002/03).

Tabela 2: Prazo da Publicação do IPC

IPC	Maputo	Beira	Nampula	Moçambique
Prazo (dias)	10	20-25	20-25	30

Os movimentos dos preços são regularmente monitorados pelo INE por forma a identificar a existência de outliers causados pela entrada de dados de preços e produtos errados ou mal especificados. Adicionalmente, outras fontes de dados são tomadas em consideração para uma melhor análise crítica e validação dos dados apurados. Actualmente o INE encontra-se em processo de alargamento da sua cobertura de dados de preços em outras áreas urbanas a fim de expandir a cobertura do IPC Moçambique para todas as províncias do país.

Fonte: INE, IMF.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.2. Produto Interno Bruto

De acordo com dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a actividade produtiva nacional cresceu, em termos reais, em 6.8% em 2008, nível que representa uma desaceleração na ordem de 0.6 pp comparativamente ao ano anterior.

O crescimento do produto em 2008 é atribuído ao sector primário que cresceu em 9,3%, impulsionado pela agricultura e indústria mineira, que individualmente cresceram em 9,4% e 13,1%, respectivamente, seguido pelo sector terciário com uma variação de 9%, com os serviços de transportes e comunicações e os serviços financeiros na liderança, com uma evolução de 18.3% e 12,9%, respectivamente.

Não obstante o desempenho satisfatório do ramo da construção (13%), a contribuição do sector secundário no PIB, foi afectada negativamente devido ao fraco desempenho do sector de electricidade e água que no ano decresceu em cerca de 3%, explicado, grosso modo, pela redução da produção e exportação de energia para os principais mercados, em especial a África do Sul, devido à trabalhos de manutenção na Barragem Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) e na central eléctrica APOLO na África do Sul. A queda na produção de electricidade e alta dos preços dos combustíveis líquidos condicionou o crescimento da indústria transformadora que foi somente de 3% em 2008.

O quadro 8 ilustra a evolução das taxas de crescimento dos diversos sectores de actividade.

Quadro 8: Produto Interno Bruto - Taxas de Crescimento em Volume (%)

Sectores Institucionais	2006	2007	2008
Agricultura	10.4	9.8	9.4
Pescas	7.7	6.1	4.5
Indústria de Extracção Mineral	27.8	34.6	13.1
Indústria Transformadora	3.0	1.3	2.9
Electricidade e Água	13.1	8.7	-2.6
Construção	10.4	7.3	13.0
Comércio e Serviços de Reparação	21.3	7.2	6.9
Hotéis e Restaurantes	10.1	15.2	6.1
Transporte e Comunicações	10.4	10.6	18.3
Serviços Financeiros	3.7	10.9	12.9
Aluguer de Imóveis	0.8	0.6	0.1
Administração Pública	11.2	5.1	7.4
Educação	8.3	12.8	10.6
Saúde e Acção Social	14.5	16.3	8.2
Outros Serviços	2.4	2.4	0.5
Valor Acrescentado	9.2	7.6	7.7
SIFIM	27.7	7.4	10.9
Total da Produção	8.7	7.4	6.8

Fonte: INE 2009

Conforme ilustrado no quadro acima, excluindo o sector de electricidade e água, os demais sectores registaram variações positivas, com destaque para os transportes e comunicações, construção, serviços financeiros, indústria transformadora e administração pública e SIFIM (serviços de intermediação financeira indirectamente medidos), cujas taxas de crescimento aceleraram relativamente ao observado no ano anterior.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

As taxas de crescimento dos sectores de transporte e comunicações e de serviços financeiros registaram uma tendência ascendente nos três anos consecutivos, enquanto as da agricultura, pescas, electricidade e água, comércio e serviços de reparação e aluguer de imóveis observaram uma tendência descendente.

Em termos médios, o sector da indústria de extracção mineral foi o que mais contribuiu para o PIB com 25.2% e o de aluguer de imóveis o que menos contribuiu com apenas 0.5% no mesmo período.

3.2. *Finanças Públicas*

A política orçamental adoptada em 2008 teve em vista assegurar o funcionamento das instituições do Estado e as actividades inseridas no Plano Económico e Social (PES), com ênfase para os sectores prioritários e com maior impacto na estratégia de combate à pobreza absoluta. Entre as diversas actividades levadas a cabo destaca-se a contínua descentralização da execução orçamental, a expansão do e-SISTAFE para todos os sectores e Órgãos do Estado, o alargamento da base tributária, o incremento da cobrança da receita do Estado e a tomada de medidas visando a mitigação dos efeitos da crise mundial decorrente da alta de preços do petróleo e de alimentos no mercado internacional.

Com efeito, a receita total arrecadada em 2008 totalizou 38,268.3 milhões de MT, valor que corresponde a um crescimento nominal de 15.8% relativamente ao valor observado em 2007, o que supera o programado em 2.9 pp. A receita colectada representa 16.9% do PIB projectado para 2008, mais 0.5 pp face ao observado em 2007. Contribuíram para este nível de realização, as receitas fiscais e as receitas próprias com níveis de execução acima do programado em 4.6 pp e 2.8 pp, respectivamente.

A despesa total, incluindo empréstimos líquidos às empresas públicas totalizou em 2008 o montante de 66,658 milhões de MT valor que corresponde a 29.4% do PIB – mais 0.5 pp relativamente à 2007 tendo, no entanto, sido inferior ao valor programado em 12.3 pp.

No mesmo período, a despesa pública corrente cresceu em termos nominais em 18.2%, para um total de 37,632 milhões de MT – equivalente à 16.6% do PIB e 2.4 pp abaixo do programado para o ano. A despesa de investimento também aumentou, em termos nominais (14.3%) relativamente à 2007, tendo atingido no final de 2008, o valor de 27,742 milhões de MT (12.2% do PIB) - montante financiado por donativos e créditos externos em 60.6%, valor que, entretanto, ficou aquém do programado em 25.7 pp, condicionando, deste modo, o grau de realização da despesa de investimento como um todo, que se situa em 79.3% em relação ao previsto para o ano.



II-SITUAÇÃO MACROECONÔMICA

Quadro 9: Programa de Execução Orçamental (milhões de MT)

Rubricas	Realizado 2007	Realizado 2008	Real/Prog 2008 (%)	Varição Nominal 2008 (%)	% do PIB 2007	% do PIB 2008
Receitas Totais	33059	38268	102,9	15,8	16,4	16,9
Receitas Fiscais	29081	32315	104,6	11,1	14,4	14,2
Imposto s/Rendimento	9279	11723	105,6	26,3	4,6	5,2
Impostos s/Bens e Serviços	15505	15541	105,4	0,2	7,7	6,9
Impostos s/ Comércio Externo	3782	3591	101,6	(5,0)	1,9	1,6
Outros Impostos	515	1460	97,0	183,5	0,3	0,6
Receitas Não Fiscais	1612	1171	93,8	(27,3)	0,8	0,5
Receitas Próprias	1110	1229	102,8	10,7	0,6	0,5
Receitas de Capital	606	887	75,2	46,3	0,3	0,4
Receitas Consignadas	649	2665	98,8	310,4	0,3	1,2
Despesas Totais e Empr. Líquidos	58203	66658	87,7	14,5	28,9	29,4
Despesa Corrente	31838	37632	97,6	18,2	15,8	16,6
Despesa de Investimento	24277	27742	79,3	14,3	12,1	12,2
Empréstimos Líquidos	2295	1899	76,5	(17,3)	1,1	0,8
Outras Despesas/Receitas	(207)	(616)	-	197,6	(0,1)	(0,3)
Donativos	19289	22635	80,4	17,3	9,6	10,0
Indicadores de Desempenho Fiscal					0,0	
Saldo Global, Antes Donativos	(25144)	(28390)	73,1	12,9	(12,5)	(12,5)
Saldo Global, Após Donativos	(5855)	(5754)	53,8	(1,7)	(2,9)	(2,5)
Saldo Primário Interno	(5060)	(7447)	65,7	47,2	(2,5)	(3,3)
Crédito Líquido (Interno)	382	(1998)	274,6	(623,7)	0,2	(0,9)

De acordo com os dados constantes no quadro 9, acima indicado, o saldo primário⁶ agravou-se, em termos nominais, em relação a 2007 em 47.2% para um déficit de 7,447 milhões de MT, correspondente à cerca de 3.3% do PIB.

Quadro 10: Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB (2004-2008)

Rubricas	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)
Receitas Totais	12.9	9.3	15.3	16.4	16.9
Despesas Totais	25.6	16.9	26.5	28.9	29.4
Saldo Global Antes Dos Donativos	(12.7)	(7.6)	(11.2)	(12.5)	(12.5)
Donativos	8.4	5.4	10.2	9.6	10.0
Saldo Global Após Donativos	(4.3)	(2.2)	(1.1)	(2.9)	(2.5)
Crédito Líquido ao Governo	(0.0)	0.6	(3.2)	0.2	(0.9)
Empréstimos Externos Líquidos	3.8	1.4	4.0	2.5	3.0
Saldo Primário Interno	(4.0)	(2.7)	(2.4)	(2.5)	(3.3)

Fonte: Ministério das Finanças

Como resultado do desempenho da receita e despesa total, o déficit global antes de donativos foi de 28,390 milhões de MT, valor correspondente à 12.5% do PIB, o mesmo observado em 2007, montante que representa um crescimento anual de 12.9%, porém 26.9 pp abaixo do programado. Quando incorporados os donativos, o déficit orçamental global reduz para 5,754 milhões de MT, o que corresponde à uma melhoria de 1.7%

⁶ Obtido a partir das Receitas Totais menos as Despesas Totais deduzindo os encargos com a dívida e as despesas de capital e empréstimos líquidos financiados localmente.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

em relação ao défice registado em 2007. No entanto, o défice apurado ficou abaixo do programado, facto justificado, fundamentalmente, pelos donativos para programas especiais que se situaram acima do programado em 1.5 pp.

O aumento da arrecadação aliado à entrada de fundos externos na forma de donativos no valor de 22,635 milhões de MT (10% do PIB) e de empréstimos no montante de 6,911.6 milhões de MT (3.0% do PIB), permitiu ao Estado acumular uma poupança líquida junto do sistema bancário nacional de 4,084.4 milhões de MT (óptica das contas monetárias) em 2008, após registar um desgaste em 2007. Deduzindo o contravalor dos USD 85 milhões desembolsados pelo Banco Mundial, pelo facto de tratar-se de um adiantamento a ser reflectido na execução orçamental de 2009, a poupança do Estado (óptica do Mapa Fiscal), foi no final de 2008 de 1,998.3 milhões de MT, o que corresponde à uma melhoria significativa quando comparado com o desgaste de 382 milhões de MT apurado em 2007.

3.2.1. Receitas

O valor total de receitas colectadas pelo Estado em 2008, fixou-se em 38,268 milhões de MT, dos quais, 32,315 milhões de MT (correspondente à cerca de 84.4% dos recursos captados), foram de natureza fiscal, valor que representa um crescimento nominal de 15.8% justificado, fundamentalmente, pela conjugação do efeito do crescimento da actividade económica, melhoria da eficiência da administração fiscal na cobrança da receita e alargamento da base tributária, consubstanciada na atribuição de novos NUIT's (total de 191,140 no ano), dos quais, 186,671.0 à pessoas singulares e 4,469 à pessoas colectivas. O montante colectado situou-se acima da meta indicativa em 2.9 pp, não obstante o diferimento do pagamento do IVA e direitos aduaneiros na importação dos combustíveis, no âmbito das medidas tomadas pelo Governo para mitigar os efeitos da alta dos preços dos combustíveis. Contribuíram, igualmente, para o bom desempenho das receitas, a atribuição de 191,140.0 NUIT's no ano, dos quais 186,671.0 à pessoas singulares e 4,469 à pessoas colectivas.

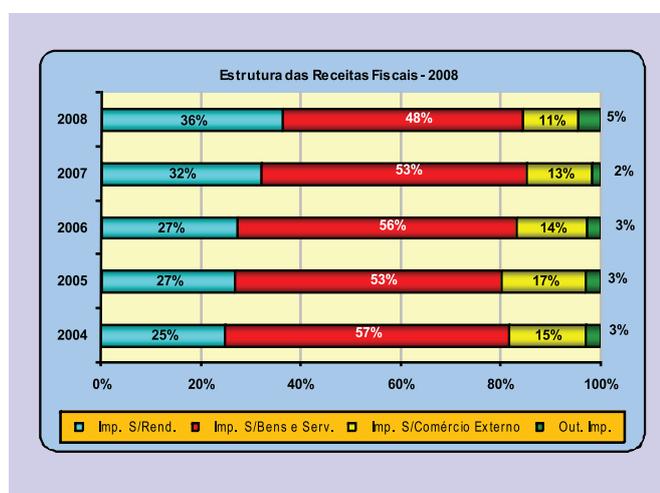


Gráfico 4

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A desagregação da receita fiscal permite constatar o seguinte:

- A cobrança do **imposto sobre os rendimentos** permitiu arrecadar 11,723 milhões de MT, crescimento nominal anual de 26.3%, acima do programado em 5.6 pp. Contribuíram para este desempenho, relativamente ao IRPC, a verificação pontual dos processos de conta e a melhoria no controlo dos pagamentos a não residentes e, relativamente ao IRPS, o tratamento tempestivo das declarações de rendimento aliado ao aumento do número de contribuintes.

No período em análise, a proporção do imposto sobre o rendimento na receita fiscal subiu em 4 pp comparativamente à igual período de 2007, para 36.0%. Com efeito, dos 5,602 milhões de MT de IRPC programados para o semestre, foi alcançado um nível de cobrança de 5,722 milhões de MT, o que representa um grau de realização acima do previsto em 2.1pp e um crescimento nominal substancial de 31.1% comparativamente à 2007 e para o IRPS o nível de cobranças alcançou 5,957.1 milhões de MT, o que representa uma taxa de realização acima do previsto em 9.3 pp. Refira-se ainda que, durante o ano de 2008 deram entrada 4,173 pedidos de reembolsos dos impostos sobre o rendimento (IR's) no valor de 123.16 milhões de MT dos quais foram pagos apenas 20.46 milhões de MT correspondentes à 1,729 pedidos.

- O valor do **imposto sobre bens e serviços** – que representa 48% da receita fiscal - fixou-se em 15,541.1 milhões de MT, 5.4 pp acima das previsões e um crescimento nominal de 0.2% face à igual período de 2007, influenciado pelos impostos que incidem sobre as operações internas cuja cobrança cresceu em 22.7% - como resultado da melhoria do controlo pontual dos faltosos, dos créditos sistemáticos e dos trabalhos de fiscalização tributária - e do imposto incidente sobre às importações que cresceu em 9.9%. A colecta do IVA (12,920.9 milhões de MT), do imposto sobre consumos específicos de produtos nacionais (1,633.1 milhões de MT) e do imposto sobre consumos específicos de produtos importados (987.1 milhões de MT), ficou acima dos valores programados para o ano em análise em 5.7 pp, 3.3 pp e 5.0 pp, respectivamente. Durante o período em análise foram recebidos 793 pedidos de reembolsos do IVA no valor de 1,113.83 milhões de MT e foram pagos 900.22 milhões de MT, correspondentes à 916 pedidos.
- **Imposto sobre o Comércio Externo** – que representa 11% do total da receita fiscal – registou um decréscimo nominal de 5.0% relativamente a 2007, tendo atingido o valor de 3,591 milhões de MT, valor superior em 1.6 pp ao programado.
- **Outros impostos**, cujo valor cobrado atingiu cerca de 1,460.3 milhões de MT, 3 pp abaixo do valor programado para 2008 (corresponde à 5% do total das receitas fiscais), cresceram em 183.5% em termos nominais. A realização desta rubrica próxima da meta deveu-se, fundamentalmente, ao sobre cumprimento do imposto sobre veículos e dos diversos outros impostos em 3 pp e 0.2 pp, respectivamente, tendo, contudo, sido amortecida pelo sub cumprimento do imposto de selo, do imposto de reconstrução nacional, licenças de pesca, taxas sobre combustíveis e *royalties* e impostos de superfície, em 0.4 pp, 32.9 pp, 15.7 pp, 2.7 pp e 23.1 pp, respectivamente. De referir que o desempenho da rubrica foi influenciado pelo



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

facto de a sua componente de maior peso, a taxa sobre os combustíveis, ter se mantido inalterada durante longo período do ano ao que se seguiu uma revisão em baixa, no quadro das medidas de mitigação do impacto do agravamento do preço do petróleo no mercado internacional no mercado doméstico, enquanto a redução verificada nas licenças de pesca, são reflexo da crise que o sector pesqueiro atravessa, que teve como consequência o agravamento dos custos das operações, fazendo com que algumas embarcações de pesca industrial e semi-industrial não entrassem para a faina.

As **receitas não fiscais**, ficaram 6.2 pp abaixo da meta, em resultado do facto da compensação para aposentação e pensão de sobrevivência e rendas de casa terem-se situado aquém das respectivas metas programadas, sendo que em relação às rendas de casa houve uma queda do nível de cobrança devido a contínua redução do parque imobiliário do Estado.

As **receitas de capital**, devido a menor entrada de dividendos e receitas de concessões e as **receitas consignadas** estiveram também abaixo do programado em 24.8 pp e 1.2 pp, respectivamente, enquanto as **receitas próprias** tiveram uma realização acima do programado em 2.8 pp, por força de trabalhos que se têm vindo a realizar junto das instituições do Estado no sentido de canalizarem as suas receitas às Direcções de Áreas Fiscais.

3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos

A desagregação da despesa pública mostra o seguinte:

Despesa Corrente

Durante o ano 2008, a despesa corrente situou-se em 37,632.4 milhões de MT (16.6% do PIB estimado para 2008), nível que corresponde à uma realização abaixo do programado em 2.4 pp, devido, fundamentalmente, ao comportamento das seguintes sub-rubricas:

- **Despesas com Pessoal** – que representam 29.8% da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – aumentaram em 19.8% em termos nominais, devido ao maior número de promoções e progressões efectuadas durante o ano, atingindo 19,273.3 milhões de MT (8.5% do PIB e 2.2 pp acima do programado);
- **Despesas em Bens e Serviços** – que detêm um peso de 12.4% do total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos – registaram um crescimento nominal de 22.1%, totalizando 8,021.8 milhões de MT e um grau de execução de 5.4 pp abaixo do programado;
- **Encargos com a dívida pública** – com um peso de 1.9% do total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – observaram um decréscimo de 1.5% em termos nominais, atingindo o valor de 1,257.3 milhões de MT (96.3% do programado). No período em análise, o sub cumprimento desta rubrica foi determinado pelo pagamento de juros da dívida interna que ficou 2.2 pp abaixo do valor programado, devido à redução das taxas de juro praticadas no sistema



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

bancário nacional, perfazendo 63.9% do total dos encargos da dívida pública, sendo que o remanescente (36.1%) é respeitante ao pagamento da dívida externa - situou-se 6.3 pp abaixo do previsto - que, no entanto, representa um crescimento de 12.1% em consequência da contracção de novos empréstimos.

- **Transferências correntes** – que representam 10.8% do total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos – incrementaram em 21.1% em termos nominais (18.6% do total das Despesas Correntes), ascendendo a 7,001.8 milhões de MT dos quais, 1,333.9 milhões de MT destinaram-se à administração pública, 276.9 milhões de MT às administrações privadas e 5,254.3 milhões de MT às famílias, sendo 4,177.1 milhões de MT na forma de pensões, despesa que registou um crescimento nominal de 25.8%. O nível de realização desta rubrica ficou 2.8 pp abaixo do valor programado.

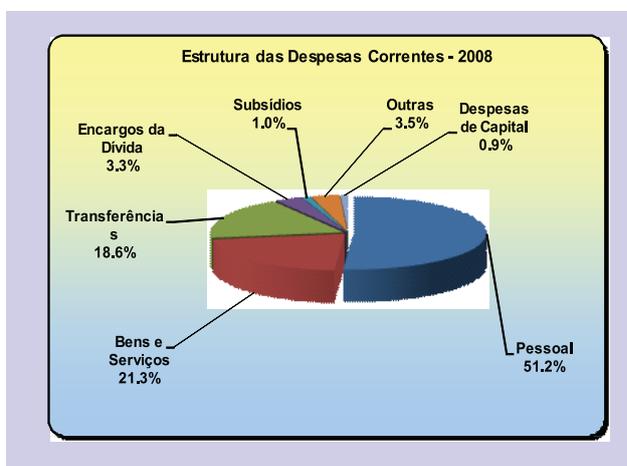


Gráfico 5

- **Despesas de Capital** – com um peso de 0.5% do total da despesa pública excluindo os empréstimos líquidos – observou um crescimento de 80.8% em termos nominais, tendo situado 56 pp acima do programado.
- **Outras despesas correntes** – com um peso de 2.0% do total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – observaram um decréscimo de 15.7% em termos nominais e anuais.

Despesas de Investimento

O programa orçamental para 2008 previa a realização de despesas de investimento no valor de 34,997 milhões de MT, dos quais, 22,621 milhões de MT seriam financiados com recursos externos e o remanescente no valor de 12,376 milhões de MT com recursos mobilizados internamente. Entretanto, a despesa de investimento efectivamente realizada situou-se em 27,742.4 milhões de MT⁷, 20.7 pp abaixo do valor previsto, reflectindo a entrada de recursos externos abaixo dos valores programados em 25.7 pp. No total das

⁷ As despesas de investimento representam no total das despesas (incluindo empréstimos líquidos) cerca de 41.6%, o que perfaz um decréscimo de 0.1pp face ao registado em 2007.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

fontes de financiamento do investimento, os recursos externos cobriram 60.6% do total, repartindo-se em donativos (21.9%), créditos externos (12.8%), programas especiais (22.9%) e outras formas de financiamento directo (2.9%), enquanto o financiamento com recursos internos cobriu 39.4%.

Segundo o relatório de execução orçamental, o nível de realização abaixo do programado do financiamento interno (88.3%), explica-se, fundamentalmente pelas seguintes razões: (i) orçamentação prematura de vários projectos ou a níveis superiores às capacidades de execução no ano; (ii) morosidade no cumprimento das condições para a obtenção do “*no objection*”, necessário para o desembolso dos fundos; e (iii) informações incompletas da utilização dos fundos que não transitam pela CUT.

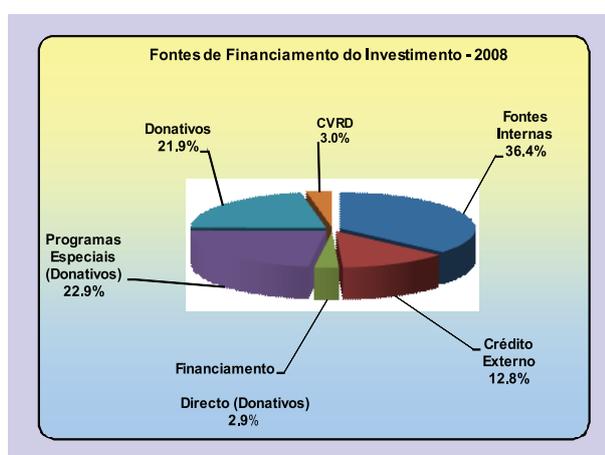


Gráfico 6

No que se refere à repartição das despesas de investimento segundo os diferentes níveis, constata-se que o nível central absorveu 79.3% do total realizado (contra 83.4% orçamentado); o provincial 14.2% (contra 12.5% orçamentado); o distrital 5.7% (contra 3.6% orçamentado) e o autárquico 0.9% (contra 0.5% orçamentado).

Empréstimos Líquidos

Os empréstimos líquidos do Tesouro Público às empresas totalizaram no período em análise o valor de 1,899 milhões de MT, determinado basicamente, pelos empréstimos externos para as empresas públicas assumidas pelo Estado no valor de 2,033.8 milhões de MT e o saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas na ordem dos 74.4 milhões de MT. Por seu turno, o Tesouro recuperou 209.1 milhões de MT referentes aos contravalores cobrados mas não gerados no período.

3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

Para a cobertura das despesas efectivadas durante o ano, o Estado recorreu às seguintes fontes de financiamento:

- **Receitas Totais:** no valor de 38, 268 milhões de MT, equivalente à 57% do total de recursos financeiros usados no ano.
- **Donativos:** no valor de 22, 635 milhões de MT, correspondente a 34% do total

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

de recursos financeiros do Orçamento. Porém, este ficou 19.6 pp abaixo do valor programado;

- **Empréstimos externos líquidos:** num total de 6,911.6 milhões de MT (10% do total de financiamento do Orçamento), correspondente à um nível de execução de 66.6% face ao valor programado e crescimento nominal anual de 27.2%. De referir que o Estado amortizou a dívida externa num valor correspondente à 752.6 milhões de MT, cerca de 16 pp abaixo do programado; e

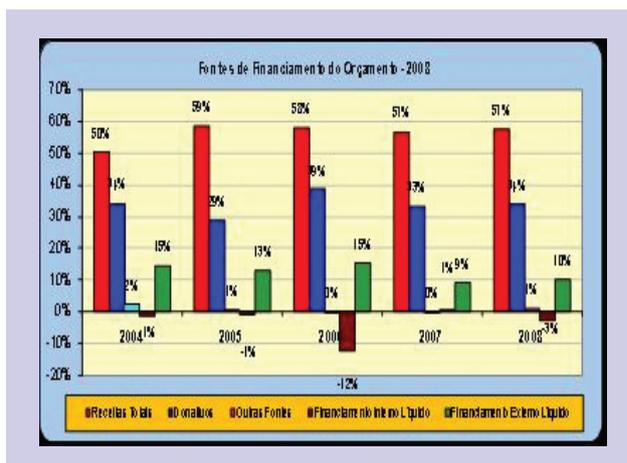


Gráfico 7

- Contrariamente às fontes acima alistadas, no ano em análise o Estado não recorreu, em termos acumulados ao **Financiamento Interno Líquido**, tendo melhorado a sua posição junto do sistema financeiro, ao constituir uma poupança líquida na ordem de 1,998.3 milhões de MT (segundo o Mapa Fiscal) correspondente à 3.0% do PIB.

3.3. Sector Monetário

3.3.1. Programa Monetário

O programa monetário para 2008 foi desenhado tendo em conta os objectivos finais da política económica do Governo que previam: (i) um crescimento real do PIB em 7%; (ii) inflação média anual de um dígito; e (iii) saldo de reservas internacionais líquidas de USD 1,589 milhões, para garantir, pelo menos, 4.2 meses de importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas internacionais brutas. Estes objectivos finais pressupunham como objectivos intermédios, uma expansão monetária não superior a 20.2%, um crescimento da Base Monetária de 10.1% e uma posição líquida do Estado junto do sistema bancário de poupança, no valor de 1.202 milhões de MT.

Para garantir o cumprimento dos objectivos acima alistados e, sobretudo, o de inflação, a política monetária deveria privilegiar as operações de mercado aberto, através das intervenções no Mercado Monetário Interbancário, para a regulação da liquidez no sistema, por via da emissão e colocação de Bilhetes de Tesouro (BT's) e a venda de divisas no Mercado Cambial Interbancário.

O Banco de Moçambique reviu em baixa o coeficiente de Reservas Obrigatórias de



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

10.15% para 9.0%, em Janeiro de 2008, no quadro de um maior alinhamento com a média dos países da região da SADC e tendo em vista o objectivo de bancarização da economia. A par desta medida, o BM reviu em baixa as principais taxas de intervenção dos mercados interbancários, o que foi justificado pela evolução passada e futura da inflação, bem como dos principais agregados monetários. Com esta medida, o Banco de Moçambique visava contribuir para a redução dos custos de intermediação financeira criando condições para a prática de taxas de juro reais consentâneas com os objectivos de incremento da actividade económica.

O Quadro 11 apresenta as principais metas (obrigatórias e indicativas) do programa monetário para 2008 e o grau de execução ao longo do ano.

Quadro 11: Principais Metas do Programa Monetário e Valores realizados em 2008

Agregados	Realizado		Metas
	Dez-07	Dez-08	Dez-08
RIL - 10 ⁶ USD	1,508	1,682	1,589
BaM - 10 ⁶ Mt	17,822	19,220	19,622
CLG sistema - Fluxo	-3,237	-1,998	-1,202
M3 - 10 ⁶ MT	67121	80,724	80,684
M2 - 10 ⁶ MT	42,737	53,888.3	52,209
Multiplicador	2.4	4.2	4.1
CE sistema - 10 ⁶ MT	31,610.9	45,039	42,376
Inflação Anual	10.26%	6.19%	Um dígito
Inflação Média Anual	8.16	10.33	Um dígito
MT/USD	-8.12%	-6.1%	-
M3	25.3%	20.3%	20.2%
M2	22.9%	26.0%	22.1%
BaM	20.9%	7.8%	10.1%

3.3.2. Base Monetária

O saldo da BaM no final de Dezembro de 2008 foi de 19,220 milhões de MT correspondente à um fluxo anual de 1,398 milhões (7.8%) – 401.6 milhões de MT abaixo da meta para Dezembro – sendo que 1,054 milhões de MT (9.6%) correspondem às NMCs fora do Banco Central e 344 milhões de MT (5%) às reservas bancárias, dos quais 237 milhões de MT estão denominados em moeda nacional e o remanescente em moeda estrangeira.

A expansão das NMCs em 2008 esteve associada à elevada procura por numerário pelos bancos comerciais junto dos balcões do BM nos meses de Junho, Novembro e Dezembro, com destaque para a última semana de Dezembro em resposta à pressão manifestada pelos clientes junto do sistema bancário para fazer face às compras da quadra festiva de natal e fim de ano. À semelhança dos anos anteriores, os períodos de maior pressão sobre as notas e moedas estiveram, igualmente, associados ao facto dos feriados terem ocorrido aos fins-de-semana prolongados, coincidindo com a semana de pagamentos de salários. Com efeito, os levantamentos líquidos de numerário mais elevados ocorreram em Junho (feriado da independência nacional) e Dezembro (feriados associados à quadra natalícia e final do ano) nos montantes de 651 milhões de MT e 1,080 milhões de MT, respectivamente. O quadro a seguir mostra a evolução das componentes da BaM.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 12: Evolução da BaM e suas Componentes - em 10⁶ MT, excepto indicação diferente

	Dez-07 Real	Dez-08 Real	Meta	Varição 2007/2008
Saldos em Milhões de MT				
BaM	17,822	19,220	19,622	7.8%
NMC	10,942	11,996	12,036	9.6%
Reservas Bancárias	6,880	7224	7,586	5.0%
Estrutura (%)				
BaM	100%	100%		
NMC	61.4%	62.4%		
Reservas Bancárias	38.6%	37.6%		

Comparativamente à tendência observada no período anterior, a estrutura da BaM não sofreu grandes alterações, tendo as NMC's aumentado ligeiramente o seu peso, para 62.4% no agregado em análise, contra os 37.6% das RB's.

Relativamente às reservas bancárias junto do BM, os principais factores que contribuíram para o aumento de liquidez no ano, foram:

- (i) Injecção líquida de 18,967 milhões de MT pelo Estado no sistema bancário, dos quais 18,264 milhões através da execução orçamental e 703 milhões de MT através de operações sobre Obrigações do Tesouro;
- (ii) Operações de leilões de depósitos no montante de 73 milhões de MT; e
- (iii) Vencimento líquido de títulos *Reverse-Repo* no valor de 41 milhões de MT, montante que corresponde ao vencimento de juros.

Como se observa no quadro acima, as Reservas Bancárias evoluíram na linha do programa, tendo-se situado abaixo da meta em 401.6 milhões de MT.

Paralelamente aos fluxos de criação de liquidez acima referenciados, as vendas de divisas no MCI voltaram, mais uma vez, a ser o principal instrumento de esterilização da liquidez excedentária, ao enxugar 16,087 milhões de MT (89.2% da liquidez excedentária retirada do sistema), mais 5,595 milhões de MT em relação ao ocorrido em 2007. A emissão líquida de BT's no valor de 1,988 milhões de MT, bem como a aplicação líquida na FPD por parte dos bancos comerciais, no montante de 1,119 milhões de MT, preencheram a quota restante para a esterilização de liquidez.

Quadro 13: Factores de Variação das Reservas Bancárias em 2008

Factores – em 10 ⁶ MT	Aumento	Factores – em 10 ⁶ MT	Redução
Estado	18,264	Vendas no MCI	16,087
Operações de OT's	703	BT's Líquidos	1,988
Depósitos Líquidos de Numerário	467	FPC	230
Operações de LD	73	Operações da FPD	1,189
Operações Repo	41	FPC	18
		Diversos	29
TOTAL	19,547		19,310



3.3.3. Mercados Interbancários

Como já foi realçado, em 2008, a política monetária continuou a ser implementada com recurso aos instrumentos disponíveis nos mercados interbancários, nomeadamente o mercado cambial e o mercado monetário, tendo-se destacado na absorção de liquidez o mercado cambial interbancário.

Quanto aos produtos

Os resultados das intervenções do Banco de Moçambique nos Mercados Interbancários em 2008 foram os seguintes:

a) No Mercado Monetário Interbancário

- A emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro totalizou o valor nominal de 30,562 milhões de MT, perante um reembolso do valor nominal de 26,248 milhões de MT, o que resulta numa emissão líquida nominal de 4,314 milhões de Meticaís, fazendo com que a carteira de BTs aumentasse para 19,200 milhões de Meticaís;

Relativamente à carteira de BTs manteve-se a estrutura registada no ano transacto, com o montante subscrito na maturidade de 364 dias a fixar-se em 10,820 milhões de MT (56.4% do total contra 77.7% em 2007), seguindo-se o prazo de 182 dias com um saldo de 6,221 milhões de MT (32.1% do total), acréscimo de 171.5% em relação ao saldo de 2007. As aplicações na maturidade de 91 aumentaram em relação a 2007 em 109.8%, para um saldo de 21,59 milhões de MT, correspondente a 11.2% da carteira total, após 6.9% no ano anterior;

- Nas operações *Repo/Reverse-Repo*, o BM colocou 6,651 milhões de MT, contra 360 milhões de MT em 2007, ano em que o BM iniciou a implementação deste instrumento;

No que concerne às operações realizadas por iniciativa das próprias IC's, os valores apurados mostram que o sistema esteve relativamente mais longo em termos de liquidez em relação à 2007, isto a medir pelo número médio de operações na FPC que reduziu significativamente, bem como pelo montante médio por operação que baixou de 137 milhões de MT por operação em 2007 para 109 milhões de MT por operação no ano em referência perante o aumento das aplicações na janela da FPD, que ascenderam ao valor de 189 milhões de MT em 248 operações, o que representa uma média por operação de 760 milhões de MT, mais 282 em relação à média observada em 2007.

As permutas de liquidez entre as IC's totalizaram o valor nominal de 54,200 milhões de MT, o equivalente à uma média de 36 milhões de MT por operação, menos 2 milhões de MT relativamente à média por operação realizada em 2007.

b) No Mercado Cambial Interbancário

No ano em análise, as intervenções do BM no Mercado Cambial Interbancário saldaram-se numa maior absorção de liquidez comparativamente ao MMI contribuindo para a estabilidade da moeda nacional em relação às moedas dos principais parceiros comerciais.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Com efeito, os resultados das operações do MCI em 2008 foram os seguintes:

- O BM realizou vendas líquidas às IC's no montante de USD 666 milhões após colocar USD 408 milhões em 2007. Do valor vendido em 2008, cerca de USD 105 milhões foram efectuados por via das vendas bilaterais e o remanescente através do leilão de divisas, contrariando à tendência dos últimos anos em que as vendas bilaterais eram residuais, como resultado da alteração introduzida na forma de actuação do Banco Central neste segmento de mercado que passou a privilegiar este tipo de vendas, por permitirem em simultâneo apoiar o MMI na esterilização de liquidez em Meticais ao mesmo tempo que concorrem para a estabilidade da taxa de câmbio no mercado através do aumento da oferta de divisas.

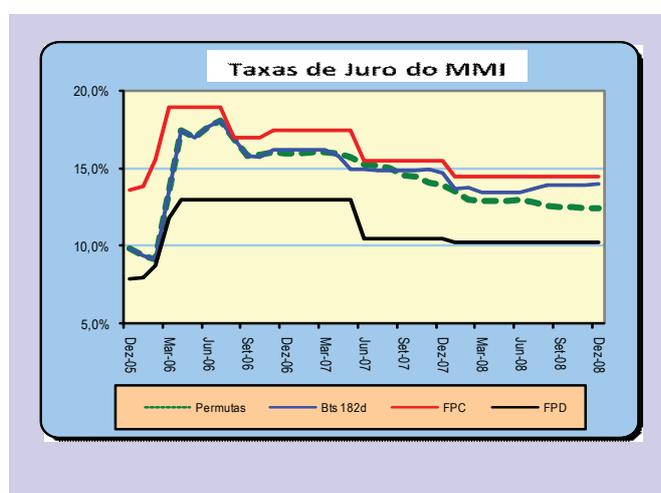


Gráfico 8

- No mesmo período as IC's transaccionaram entre si liquidez no valor de USD 388 milhões em 555 operações, contra USD 291 milhões (740 operações) no ano anterior. Em termos de média por operação, o valor transaccionado foi de USD 698 mil.

As vendas de divisas no MCI permitiram ao BM esterilizar liquidez bancária em moeda nacional em cerca de 16,086 milhões de MT, correspondente à 89.2% do total esterilizado, após representar 79.4% em 2007. O aumento do desempenho do MCI neste processo em relação a 2007, decorreu do acréscimo de 53.3% no valor absorvido através da venda de divisas contra uma queda de 28.0% na esterilização por via de emissão e colocação de BT's e Reverse Repos no MMI.

O quadro 14 apresenta em resumo o volume de operações realizadas e as respectivas taxas.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 14: Mercados Interbancários	2006		2007		2008	
Operações do BM nos Mercados Interbancários – montantes acumulados no ano						
MMI						
BTs Emitidos ¹ (10 ⁶ MT)	21,697		20,501		30,562	
BTs Reembolsados (10 ⁶ MT)	22,175		15,708		26,248	
Repos Emitidos ² (10 ⁶ MT)	n.d.		360		6,651	
Repos Reembolsados (10 ⁶ MT)	n.d.		360		6,651	
MCI	459		416		668.2	
Divisas Vendidas (USD 10 ⁶)	1.0		7.9		2.3	
Divisas Compradas (USD 10 ⁶)						
Liquidez esterilizada, em milhões de MT						
MMI (BTs e Repo)	-483		-2,706		-1,947	
MCI	-11,476		-10,493		-16,086	
MMI – Saldos em milhões de MT						
BTs	10,094		14,886		19,200	
91 dias	2,065		1,029		2,159	
182 dias	2,565		2,291		6,221	
364 dias	5,464		11,566		10,820	
MMI - Operações						
	Média (10 ⁶ MT)	Nº Operações	Média (10 ⁶ MT)	Nº Operações	Média (10 ⁶ MT)	Nº Operações
FPA/FPD	137.72	586	478	158	760	248
FPC	70.72	344	137	125	109	97
Permutas	30.0	1,261	38	1,874	36.4	1,489
MMI – Taxas de Juro %						
FPC	17.50		15.50		14.5	
BTs						
91 dias	16.00		14.75		14.05	
182 dias	16.25		14.95		14.25	
364 dias	16.50		15.04		14.49	
Permutas	15.98		13.94		12.43	
FPA/FPD	13.0		10.50		10.25	
MCI						
Taxa de Câmbio - Cotações	25.74		23.65		25.09	
Transacções (entre Bancos – MCI - mio USD)	187.1		291.1		387.6	

Caixa 3: Medidas Tomadas no Âmbito da Gestão da Política Monetária

- Aprovação do Aviso nº 01/GGBM/2008, de 18 de Janeiro, que altera o regime de Reservas Obrigatórias, com efeitos a partir do período de constituição que inicia a 7 de Abril de 2008. Esta redução foi justificada pela evolução positiva dos indicadores macroeconómicos naquele período, e enquadra-se, também, no rol de iniciativas que as autoridades têm vindo a implementar de modo a encorajar a extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais. Entre os principais traços dessa iniciativa destaca-se a redução do coeficiente de reserva obrigatória de 10.15% para 9%.
- No mesmo âmbito, o Conselho de Administração do BM decidiu em Janeiro de 2008 rever em baixa as suas taxas de juro de intervenção, nomeadamente da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 100 pb e 25 pb para 14.5% e 10.25%, respectivamente.
- No prosseguimento das reformas introduzidas nos mercados interbancários com vista à modernização do MCI, o Banco de Moçambique decidiu a partir do II semestre de 2008, reduzir gradualmente a sua intervenção por via de leilões de divisas, passando a priorizar as intervenções por via de vendas bilaterais, pelo reconhecido efeito destas na estabilização da taxa de câmbio.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.3.4. Taxas de Câmbio

As intervenções efectuadas pelo BM nos Mercados Interbancários com incidência para o Mercado Cambial, tendo em vista regular a liquidez, assegurar uma oferta regular de divisas no mercado e manter a confiança no mercado, contribuíram para que o Metical registasse durante grande parte do ano uma apreciável estabilidade. Esta tendência alterou-se na parte final do ano, quando a taxa de câmbio iniciou um novo ciclo de depreciação face ao Dólar americano, em resultado do fortalecimento da moeda americana no mercado internacional e do aumento sazonal da procura desta divisa no mercado doméstico, levando a que no fecho do ano, o câmbio se situasse em 25.09 MT/USD, o correspondente à uma depreciação anual de 6.1%, após uma apreciação anual de 8.1% em 2007.

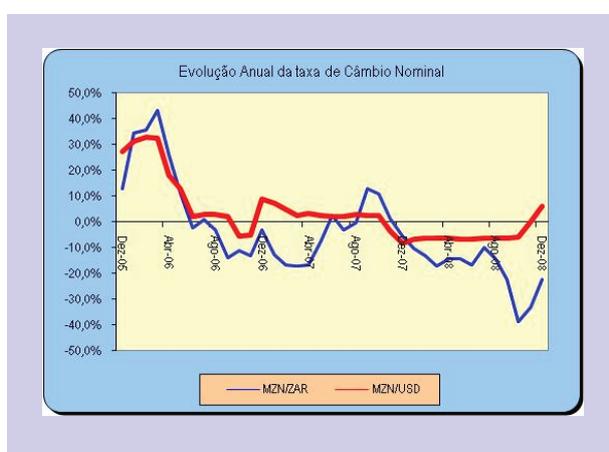


Gráfico 9

A taxa de câmbio de valorimetria⁸ situou-se no último dia do ano em 25.50 MT/USD, nível que também representa uma depreciação anual de 7.05%, contra uma apreciação anual de 8.28% no ano anterior.

Do cruzamento da taxa de câmbio do Metical com o Dólar americano e deste último com o Rand e o Euro na praça de Londres, no último dia de Dezembro resultaram câmbios de 2.68 MT/ZAR e 35.3 MT/EUR, que equivalem a ganhos nominais do Metical de 23.0% no ano, em relação ao rand sul-africano e perdas nominais de 1.55% face ao Euro.

No que concerne ao *spread* entre as taxas de câmbio praticadas nos diferentes segmentos de mercado, verificou-se um aumento em 2008, tendo o diferencial entre as taxas de câmbio de valorimetria e as taxas de câmbio do MCI (cotações) se situado em 2.7% em Dezembro de 2008 face a 0.7% observado em Dezembro de 2007, decorrente de uma depreciação mais acentuada nos diferentes segmentos de mercado em relação às taxas do mercado primário.

Comparando a taxa de câmbio média mensal de valorimetria e a do mercado paralelo nota-se uma redução do diferencial de 2.8 pp para 0.2% em Dezembro de 2008 – nível mais baixo dos últimos três anos, o que também é justificado pela depreciação mais rápida da taxa de câmbio dos restantes segmentos de mercado que compõem a taxa de valorimetria em relação a do paralelo (variação anual de 5.6%).

⁸ Compilada a partir de um algoritmo instituído pelo Aviso nº 3/GGBM/2005, de 20 de Maio.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.3.5. Massa Monetária

O saldo do M3 – agregado composto pelas notas e moedas do Metical fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em MT e moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das Instituições Monetárias – situou-se em 80,724 milhões de MT no final de Dezembro de 2008, correspondente a uma expansão de 13,624 milhões de MT (20.3%). Desagregando o M3 pelas suas componentes, constata-se que os depósitos foram o agregado que mais expandiu no ano (12,988 milhões MT), dos quais 76.9% do M3 (10,478 milhões de MT) são em MN, perante um ligeiro aumento das NMC's em 636 milhões de MT, conforme o ilustrado no quadro 15.

Quadro 15: Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10⁶ MT)

	Dez-07	Dez-08	Variação Anual	
			Nominal	%
NMC	8950.4	9,587	636	7.1%
Depósitos MN	33823.2	44,302	10,478	31.0%
M2	42773.6	53,888	11,115	26.0%
Depósitos em ME	24325.86	26,835	2,510	10.3%
ME – USD	1021.24	1,052	31	3.0%
M3	67,099	80,724	13,624	20.3%
Impacto Cambial	-2195.66	1,768.0		
M3 sem Impacto Cambial	69295.11	78,960.24		
Depósitos ME% M3	36.25	33.24		

Depósitos Totais

	Saldo- mio MT		Estrutura (%)		Variação	
	Dec-07	Dec-08	Dec-07	Dec-08	Nominal	%
Meticais	33,823	44,302	58.2	62.3	10,478	31.0
<i>Empresas</i>	14,551	20,617	25.0	29.0	6,066	41.7
<i>Admin. Est.e Locais</i>	791	1,106	1.4	1.6	315	39.9
<i>Outros Sect. Residentes</i>	18,481	22,578	31.8	31.7	4,097	22.2
Moeda Estrangeira	24,326	26,835	41.8	37.7	2,510	10.3
<i>Empresas</i>	15,255	17,211	26.2	24.2	1,956	12.8
<i>Admin. Est.e Locais</i>	24	196	0.0	0.3	172	711.4
<i>Outros Sect. Residentes</i>	9,047	9,428	15.6	13.3	382	4.2
Depósitos a Ordem (DO)	37,414	44,281	64.3	62.2	6,867	18.4
Depósitos a Prazo (DP)	20,735	26,856	35.7	37.8	6,121	29.5

A partir do quadro acima, pode se constatar o seguinte:

- Aumento dos depósitos denominados em MN (Moeda Nacional) na ordem dos 10,478 milhões de MT (31%), dos quais 6,066 milhões de MT em contas de empresas não financeiras e 4,097 milhões de MT em outros sectores residentes. Com este forte acréscimo, o peso deste agregado no M3 aumentou em 4.5 pp para 54.9%;
- Aumento dos depósitos denominados em moeda estrangeira em 2,510 milhões de MT (USD 31 milhões), no qual as empresas não financeiras foram responsáveis pelo incremento de 1,956 milhões MT (cerca de 78% do total); e
- Redução do peso dos depósitos a ordem no total de depósitos, passando de cerca de 64.3% no final de 2007, para 62.2% em Dezembro de 2008, mercê do aumento mais expressivo dos depósitos a prazo (29.5%), contra um acréscimo de depósitos a ordem em 18.4%.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Durante o ano em análise, as principais fontes de criação monetária foram as seguintes:

- Injecção de liquidez pelo Estado por via da compensação de cheques e transferências por via do STF no âmbito da execução orçamental, num montante total de 18,264 milhões de MT;
- Entrada de fundos externos na forma de empréstimos e donativos, valores que contribuíram para o aumento dos depósitos da economia denominados em moeda estrangeira. Com efeito, o sector privado, excluindo os grandes projectos, obteve um financiamento líquido no valor de USD 71.6 milhões⁹ e as empresas públicas beneficiaram-se de desembolsos diversos que no ano totalizaram 383.6 milhões; e
- Incremento do crédito interno à economia num fluxo anual de 14,161 milhões de MT.

Tendo em conta que o M3 integra depósitos em ME, a sua variação não só incorpora o efeito quantidade mas também a variação cambial. Assim, como resultado da depreciação anual do Metical¹⁰ em relação ao dólar norte americano de 7.1%, o impacto cambial sobre a variação anual do M3 foi negativo em 1,768 milhões de MT, o que faz com que excluído esse impacto, a expansão do M3 reduza para 17.7% no ano.

3.3.6. Endividamento do Sector Privado

A nível Interno

O saldo do endividamento do sector privado no final de 2008 junto do sistema bancário situou-se em 45,039 milhões de MT, valor que representa uma expansão anual de 14,161 milhões de MT, correspondente a um incremento anual de 45.9%, ou seja 29.3 pp acima da expansão verificada em 2007, tornando-se este no maior incremento dos últimos anos.

O forte crescimento do crédito à economia reflectiu a expansão da componente denominada em ME em 6,585 milhões de MT (aumento de 87.4%), montante equivalente à um acréscimo líquido de USD 554 milhões, bem como da componente em MN no valor de 7,576 milhões de MT (32.5%). Assim, o peso relativo do crédito em MN no total do endividamento, observou uma queda de 7.0 pp em Dezembro de 2008, comparativamente ao ano anterior, passando para 68.7% após a expansão de 4.9 pp verificada em Dezembro de 2007.

⁹ Os grandes projectos receberam do exterior um financiamento no valor de USD 235.7 milhões, tendo no mesmo período reembolsado USD 522.5 milhões, o que resulta numa saída líquida de fundos no valor de USD 266.8 milhões, mas porque estes mantêm os seus depósitos fora do país, assume-se que este fluxo negativo não teve reflexos nos depósitos da economia junto do sistema bancário nacional.

¹⁰ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticais.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Como resultado da depreciação anual do Metical face ao Dólar americano, o impacto cambial sobre a variação do CE foi positivo em 237 milhões de MT. Deste modo, expurgando o efeito desta depreciação, o CE registou uma expansão de 42.8% no ano.

Quadro 16: Comportamento do Crédito à Economia

	Saldos em 10 ⁶ MT		Variação				
	Dez-07	Dez-08	Nominal	%			
Moeda Nacional	23,345	30,922	7576	32.5			
Moeda Estrangeira	7,532	14,117	6585	87.4			
ME - USD	316	554	237	75.1			
Impacto Cambial	-759	930					
CE c/ Impacto Cambial	30,878	45,039	14161	45.9			
Saneamentos	4,687	4763	76	1.6			
Total c/ saneamentos	35,565	49,801	14237	40.0			
Beneficiários do Crédito							
	Saldos em MT		Em% do Total		Variação		
	Dec-07	Dec-08	Dec-07	Dec-08	Nominal	%	% do Total
Total	30,878	45,039	100	100	14,161	45.9	100.0
Sector Privado	28,055	43,991	90.9	97.7	15,936	56.8	112.5
Sector Público não Financeiro	2,823	1,007	9.1	2.2	-1,816	-64.3	-12.8
Outros	0	41	0.0	0.1	41	n.c.	0.3
Meticais	23,345	30,922	75.6	68.7	7576	32.5	53.5
Sector Privado	1,354	30,232	69.2	67.1	8878	41.6	62.7
Sector Público não Financeiro	1,992	649	6.4	1.4	-1343	-67.4	-9.5
Outros	0	41	0.0	0.1	41	n.c.	0.3
ME	7,532	14,117	24.4	31.3	6585	87.4	46.5
Sector Privado	6,701	13,759	21.7	30.5	7058	105.3	49.8
Sector Público não Financeiro	831	358	2.7	0.8	-473	-56.9	-3.3
Outros	0	0	0.0	0.0	0	n.c.	0.0

O fluxo de crédito concedido em 2008, tanto em MN como em ME teve como principal beneficiário o sector privado, no seu conjunto, que beneficiou de um total de 15,935 milhões, equivalente à um acréscimo de 56.8% em relação ao saldo de 2007, variação que levou a que o seu peso no saldo total aumentasse de 90.9% para 97.7%. No ano, o fluxo do crédito ao sector público não financeiro registou uma variação acumulada negativa de 1,816 milhões de MT concorrendo para que o seu saldo no total reduzisse em 6.9 pp, para 2.2% do total.

Relativamente ao fluxo acima, os sectores que mais se beneficiaram foram os seguintes:

- **Particulares:** com um fluxo acumulado de 3,957.2 milhões de MT, correspondente ao crescimento do saldo em 34.3%;
- **Comércio:** com um acréscimo acumulado no ano de 3,307.9 milhões de MT (aumento de 28.7%);
- **Outros Sectores:** com um fluxo acumulado de 1,217.7 milhões de MT (10.6%);
- **Transportes e comunicações:** com um fluxo anual de 977.8 milhões de MT (8.5%).



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

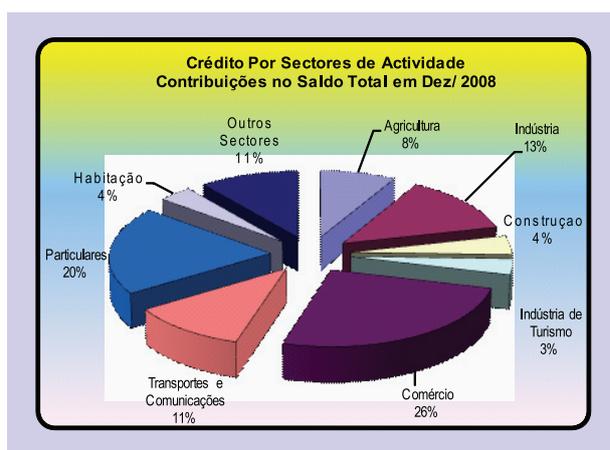


Gráfico 10

Relativamente ao saldo do crédito concedido pelo sistema bancário à economia, a sua repartição por sectores de actividade, mostra que o comércio com 25.6% continua a ser o sector mais endividado, seguido de particulares (19.9%), indústria (13.2%) e outros sectores (10.6%). A agricultura e Construção registaram, no período em análise, um decréscimo do seu peso no *stock* total de 1.4 pp e 1.5 pp, respectivamente, face ao verificado no período homólogo, significando que no ano em análise as taxas de crescimento do crédito à estes sectores ficaram aquém dos restantes.

Financiamento Externo

Adicionalmente ao financiamento do sistema bancário nacional, os agentes económicos residentes, particularmente as empresas, recorreram ao endividamento externo, no valor líquido, excluindo os grandes projectos, de USD 71.6 milhões (1,826.3 milhões de MT), o que corresponde à uma redução de USD 143 milhões (3,645.9 milhões de MT) face ao fluxo registado em Dezembro de 2007.

Em termos absolutos, o valor do endividamento líquido acima, resultou da contratação de novos empréstimos no valor de USD 167.8 milhões (4,277.9 milhões de MT), contra reembolsos acumulados no ano de USD 96.1 milhões (2,461.6 milhões de MT), dos quais USD 78.7 milhões em capital e USD 17.4 milhões em juros. No que se refere aos novos desembolsos, estes tiveram como maiores beneficiários e destinatários o sector da agro-indústria, com USD 68.5 milhões (41%), indústria, com USD 42.9 milhões (26%) e serviços de telecomunicações, com USD 23.1 milhões (14%).

Relativamente aos grandes projectos, estes efectuaram no ano pagamentos líquidos no total de USD 286.8 milhões (7,313 milhões de MT) o que corresponde à uma expansão de USD 193.5 milhões face ao montante registado em Dezembro de 2007, tendo em conta que receberam do exterior USD 235.7 milhões (6,009.7 milhões de MT) e amortizaram USD 522.5 milhões (13,322.7 milhões de MT) dos quais USD 342.3 milhões representam capital e o remanescente juros (USD 180.1 milhões).

Agregando o crédito interno (privado e público não financeiro) e externo, o endividamento anual do sector privado (excluindo os grandes projectos) situou-se, em Dezembro de 2008, em 15,987.1 milhões de MT, contra 9,499.8 milhões de MT, registados em igual período de 2007, o que corresponde à um acréscimo de 68.3%.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 17: Financiamento ao Sector Privado (Fluxos)

Fluxos excluindo G. Projectos	2007	2008
Financiamento Externo Líquido	5,111.6	1,826.3
Financiamento Sistema Bancário	4,388.2	14,160.8
Total	9,499.8	15,987.1

3.3.7. Taxas de Juro a Retalho

No mercado a retalho, as taxas de juro médias nominais para a maturidade de um ano, tanto para as operações activas como para as passivas mantiveram ao longo do ano a tendência de queda observada ao longo de 2007.

Com efeito, a taxa de juro média activa (empréstimos) reduziu em termos acumulados em 50 pb, para 21.66% em Dezembro de 2008, enquanto a taxa de juro das operações passivas (depósitos), para o mesmo período, situou-se em 11.64%, o que representa uma baixa de 102 pb face à Dezembro de 2007, elevando, deste modo, o *spread* entre as duas taxas de 9.5% em 2007 para 10.02% em 2008.

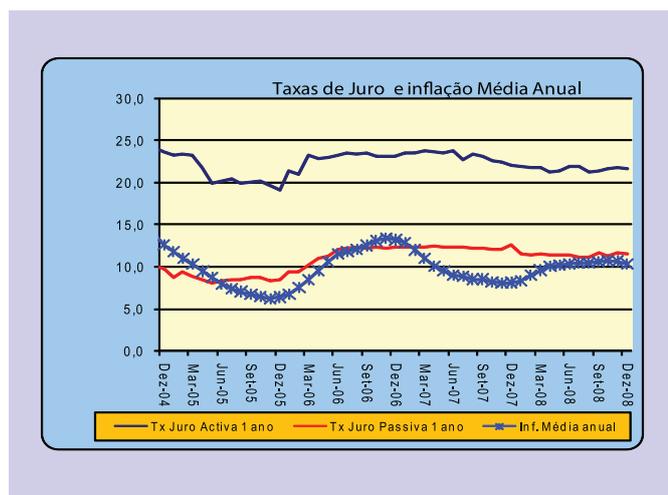


Gráfico 11

A *prime rate* foi a que registou maior queda, ao passar de 18.85% em Dezembro de 2007 para 17.99% em Dezembro do ano em análise, em termos médios.

A aceleração da inflação média móvel de 12 meses em 2008 fez com que a taxa de juro real reduzisse significativamente, mantendo-se, no entanto, positiva ao longo de todo o ano. Deste modo, a taxa de juro dos empréstimos para o prazo de um ano decresceu em 267 pb para 11.33%, enquanto a dos depósitos com a mesma maturidade caiu em 319 pb situando-se em 1.31%.

As taxas de juro nominais das operações em moeda estrangeira também reduziram, tendo a das operações activas passado de 9.2% em Dezembro de 2007 para 8.3% no final do período em análise e a taxa de juro nominal dos depósitos declinou em 12 pb, fixando-se em 2.82%. Com esta evolução, o *spread* entre as taxas activas e passivas, observou um acréscimo em 34 pb para 5.54%.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

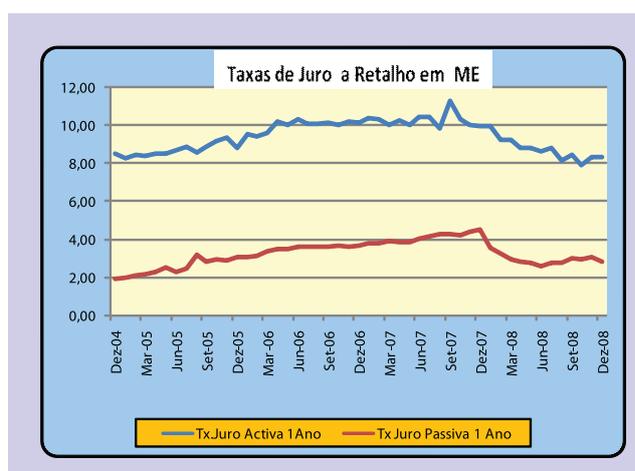


Gráfico 12

Sistema Nacional de Pagamentos (SNP)

No ano de 2008, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) foi caracterizado por um conjunto de acções levadas a cabo pelo BM e seus parceiros do sistema financeiro com vista a aumentar a segurança e estabilidade e melhorar a eficiência nos Subsistemas de: (i) Compensação de cheques, TEI's e outros títulos compensáveis; (ii) Liquidação da compensação da Rede Ponto 24; (iii) Liquidação da compensação da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM); (iv) Liquidação da compensação da Rede VISA; e (v) Transferência Electrónica de Fundos do Estado (STF).

Outras realizações que merecem destaque no ano em análise relativamente à este subsistema são:

- Elaboração de um conjunto de normativos com vista a implementação do Subsistema de Liquidação de Transferências em Tempo Real (MTR), designadamente o Regulamento do MTR, Manual de Operações do MTR e Contrato de Participação.
- No âmbito do Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado, foram aprovadas as regras que regem a movimentação das Contas Únicas do Tesouro em Moeda Estrangeira (CUT-ME), através do Diploma Ministerial nº 62/2008 de 16 de Julho.
- Lançamento do projecto conjunto com a Associação Moçambicana de Bancos, visando a harmonização da tabela de taxas e comissões. Teve, igualmente, início a elaboração de um estudo que tem por fim o estabelecimento de uma Sociedade Interbancária de Serviços em Moçambique para assegurar a interoperabilidade das diferentes redes de pagamento electrónicas existentes e o processamento de todas as transacções de retalho através de um *switch* doméstico único.

Para além de aspectos normativos de estrutura acima referidos, o Quadro 18 ilustra a evolução e a dinâmica observada pelos diferentes subsistemas de pagamentos alternativos ao numerário operados no SNP gerido pelo Banco de Moçambique, no geral constituídos por: (a) compensação electrónica, feita pela via de cheques e ordens de transferência; e (b) banca electrónica, composta por ATM e POS.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 18: Evolução dos Subsistemas do SNP (em Milhões de MT)

	2006	2007	2008	% do Total Dez/2006	% do Total Dez/2007	% do Total Dez/2008
1. Compensação Electrónica						
Cheques						
Volume	1.423.661	1.748.060	1.846.746	80,7	97,4	91,9
Valor	88.420,13	136.054,00	164.657,00	68,2	73,5	69,3
Ordens de Transferência						
Volume	341.445	105.412	161.820	19,3	2,6	8,1
Valor	40.682,05	49.065,00	72.947,00	31,8	26,5	30,7
2. Banca Electrónica						
Número de Redes	5	5	5			
Número de ATM's	382	431	514			
Número de POS	3.248	3.645	4.103			
2.1. Transacções Efectuadas						
ATM-Cartão de Débito						
Volume	20.810.310	25.222.386	29.950.071	97,3	97,4	97,5
Valor	20.788	27.468	36.269	91,4	84,9	96,6
ATM-Cartão de Crédito						
Volume	586.437	664.806	753.232	2,7	2,6	2,5
Valor	1.950	4.896	1.282	8,6	15,1	3,4
POS-Cartão de Débito						
Volume	1.320.901	1.843.536	2.550.749	68,2	71,1	68,8
Valor	1.723	2.418	3.647	55,4	57,1	59,8
POS-Cartão de Crédito						
Volume	616.896	750.888	1.157.926	31,8	28,9	31,2
Valor	1.388	1.816	2.447	44,6	42,9	40,2
2.2. Volume de Cartões	935.680	1.072.071	1.291.894	100,0	100,0	100
Sendo: de Débito	889.054	1.021.763	1.237.197	95,0	95,3	95,8
Dos quais Visa		936.716	1.189.704			
De Crédito	46.626	50.308	54.697	5,0	4,7	4,2
Dos quais Visa	46.626	50.308	54.697			
3. Quantidade de Contas	1.004.730	1.237.548	1.395.440	100,0	100,0	100
Em moeda nacional (MN)	958.848	1.161.840	1.321.263	95,4	93,9	94,7
Em moeda estrangeira (ME)	42.882	75.708	74.177	4,6	6,1	5,3
4. STF						
Volume	102.231	134.266	340.553			
Valor	39.622	48.578	54.124			

Fonte: DEP

Ao longo de 2008 a evolução destes instrumentos foi caracterizada pelo aumento do volume das operações realizadas, bem como dos montantes transaccionados pelos utentes do sistema bancário. A informação contida no quadro 18, mostra a seguinte evolução:

- Comparativamente à Dezembro de 2007, o volume e o valor acumulado de cheques usados registou um aumento de 5,6% e 21,0%, respectivamente, bem como o volume e o valor das ordens de transferência incrementaram em 53,5% e 48,7%, respectivamente. A evolução das transacções recorrendo ao uso de cheques espelha a maior preferência pela utilização deste instrumento de pagamentos para a liquidação de transacções realizadas internamente entre diferentes agentes económicos;
- O número de ATM's instaladas e em funcionamento cresceu em 19,3%, para um total de 514 unidades. No mesmo período, o número de POS incrementou em 12,6%, para um total de 4.103 unidades a nível nacional;
- Até Dezembro de 2008, foram efectuadas 30 703 303 transacções em ATM's contra as 25 887 192 transacções realizadas em igual período de 2007, o que representa um crescimento de 19%. Nos POS's o volume total de transacções efectuadas foi de 3 708 675, representando um crescimento de 43% relativamente ao período homólogo do ano anterior;
- O volume de cartões electrónicos emitidos internamente aumentou em 20,5%, passando para um total de cerca de 1 292 mil, dos quais 95,8% são de débito e o remanescente de crédito;



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 19: Valor Médio por Transacção e por instrumento de Pagamento

Instrumento	Valor (MT)	Volume	Valor médio (MT)
Transferências STF	54.123.730.000	340.553	158.929
Cartões (Deb.+Cred.)	43.644.495.000	34.411.978	1.268
TEI's	72.947.184.760	161.820	450.792
Cheques	164.787.735.014	5.441.339	30.284
Total	334.965.769.069	40.355.690	8.300.336

- Em termos líquidos, o número de contas de particulares cresceu em 12,8%, em 2008, o que correspondente a abertura de 157 892 novas contas, para um total de 1 395 440 das quais 94.7% são em MN e apenas 5.3% em ME. O número de contas empresariais incrementou em 5.4% para 11 154; e
- Através do cartão de débito foram realizadas em POS e ATM 32.5 milhões de operações num valor total de 39 916 milhões de MT, o que equivale a um valor médio de 1 228 MT por movimento, contra uma média de 1 104 MT em 2007. Nos cartões de crédito a média por operação foi de 1 951 MT num total de 1.9 milhões de movimentos efectuados no ano, contra a média de 4 741 MT dos 1.4 milhões de operações efectuadas em 2007.
- Em média, as transacções por cartões (em ATM's e POS's) foram inferiores que o recurso às transferências via CEL e STF, conforme ilustra o quadro abaixo.

Os gráficos que se seguem mostram o peso dos instrumentos de pagamentos sobre os meios totais de pagamentos, em 2008, em termos de valor e volume transaccionados. Com efeito, constata-se que em termos de valor transaccionado, as operações com cheques foram responsáveis por 49.0% dos pagamentos totais efectuados no país, seguido das ordens de transferências, com um peso de 31.0% e as operações com cartões de débito e de crédito e as transferências de fundos pelo Estado (STF) com um peso equivalente à 10.0% cada.

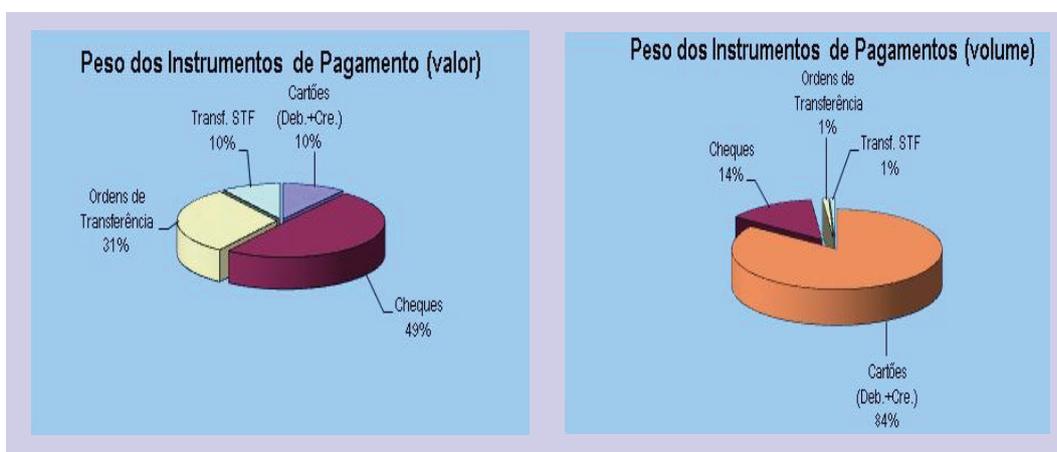


Gráfico 13

Gráfico 14

Por seu turno, em termos de volume transaccionado, as operações com cartões de crédito e de débito foram as mais preponderantes, totalizando 84.0% dos meios totais de pagamentos no ano, seguido das operações com cheques com uma participação de 14.0% e as transferências do Estado e as Ordens de Transferências com uma participação de apenas 1.0% cada.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Outros indicadores da evolução do Sistema Financeiro indicam que em 2008:

- O número total de pessoas por ATM's situou-se em 36 239;
- O número médio de contas por agência foi de 4 551 unidades;
- A cobertura média de cada agência foi de 2,328 Km², contra 2,565Km², em 2007;
- Cada balcão cobria 60.8 mil habitantes, contra 74 mil habitantes em 2007.

3.4. Sector Externo

O desempenho do sector externo da economia moçambicana foi ao longo do ano de 2007, marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Crise de alimentos, de combustível e a crise financeira internacional com impacto sobre a Balança das Transacções Correntes e as Reservas Internacionais Líquidas; e
- Evolução desfavorável dos termos de trocas, traduzida no agravamento significativo dos preços dos bens importados, contra uma redução de grande parte dos preços internacionais dos bens de exportação nacionais.

3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

No dia 31 de Dezembro de 2008, o saldo das Reservas Internacionais Líquidas do Banco de Moçambique situou-se em USD 1,643.2 milhões, montante que representa uma constituição de USD 139.7 milhões comparativamente ao saldo registado no final de 2007. Não obstante o aumento do saldo de reservas, os meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, pelas reservas internacionais brutas, reduziu para 4.5 após 4.9 meses em Dezembro de 2007 em resultado do forte acréscimo que se regista no nível de importações que o país vem realizando de ano para ano. Excluindo os grandes projectos, as reservas internacionais brutas cobriram 5.6 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

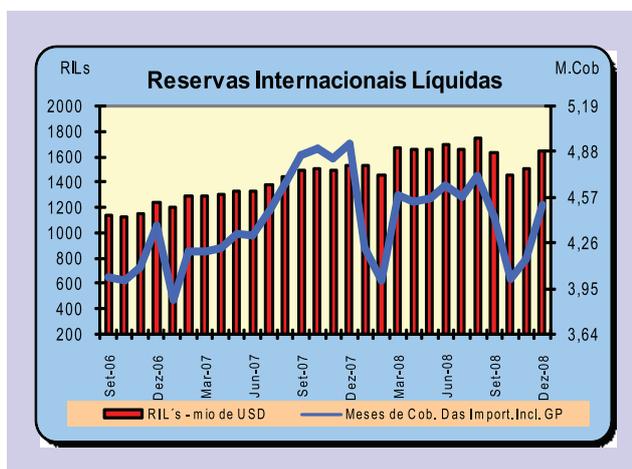


Gráfico 15

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Todavia, a constituição de 2008 foi inferior à de 2007 em USD 132.7 milhões, facto que se deveu, entre outros motivos, ao aumento do volume de venda de divisas no Mercado Cambial Interbancário para fazer face à crise dos preços internacionais de alimentos e dos combustíveis e a necessidade de manter-se a confiança dos intervenientes do mercado cambial, num contexto de agravamento da crise financeira.

Com efeito, apenas na componente de combustíveis, a factura paga pelo país atingiu a cifra de USD 574 milhões em 2008 (valor FOB)¹¹ contra USD 370,2 milhões em 2007, facto que contribuiu para que as vendas do BM no Mercado Cambial Interbancário fossem cerca de USD 260 milhões a mais em relação ao montante vendido em 2007, como anteriormente referido.

Dentre os vários factores que concorreram para a constituição das RIL's destacam-se os seguintes:

Do lado das entradas:

- Desembolsos de fundos de ajuda externa para o financiamento directo ao Orçamento do Estado e apoio a BOP no montante de USD 549.3 milhões (dos quais USD 371.4 milhões correspondem à donativos para o apoio directo ao Orçamento do Estado e Balança de Pagamentos), um acréscimo de USD 136.8 milhões em relação aos desembolsos registados em 2007;
- Diversas entradas de recursos em Moeda Estrangeira para as contas do Tesouro destinadas aos projectos de investimentos, perfazendo um total de USD 395.3 milhões, mais USD 183.7 milhões comparativamente ao realizado em 2007;
- Rendimentos líquidos de aplicação no exterior no valor de USD 64.2 milhões, o que no entanto, representa um decréscimo de 17.1% (USD 13.3 milhões) em relação ao valor registado em 2007, em reflexo do impacto da crise financeira internacional sobre a carteira de aplicações do BM, que em termos médios até conheceu um incremento face ao ano anterior;
- Transferência de rendimentos de mineiros no valor de USD 60.3 milhões, mesmo assim, USD 0.6 milhões aquém do registado no exercício económico de 2007; e
- Compras de divisas efectuadas pelo BM fora do Mercado Cambial Interbancário no valor total de USD 4.6 milhões, sendo de destacar as aquisições efectuadas junto do Estado e do IDA.

Do lado das Saídas:

- Venda líquida de divisas efectuada pelo BM no MCI no montante global de USD 665.9 milhões, mais USD 257.5 milhões acima do realizado em 2007;



¹¹ Incluindo o valor de frete e seguro o valor total da factura efectivamente pago é de cerca de USD 619 milhões

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Diversos pagamentos efectuados à favor do Estado no valor de USD 119.6 milhões;
- Perdas líquidas decorrentes de operações cambiais no montante de USD 56.5 milhões;
- Pagamento de juros e amortização do capital da dívida externa no valor de USD 47.6 milhões;
- Transferências líquidas efectuadas pelos bancos comerciais para os seus correspondentes no exterior no valor de USD 38.2 milhões; e
- Diversas saídas líquidas que perfazem USD 6.2 milhões.

3.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER), calculado com base num cabaz de três moedas dos principais parceiros comerciais do país, ponderadas pelos pesos relativos¹² exibiu em termos de média móvel de doze meses uma apreciação efectiva real de 17.6% em 2008, após uma apreciação real de 3.4% registado em 2007.



Gráfico 16

Em termos agregados, o comportamento do ITCER, no ano reflectiu em simultâneo (i) a apreciação efectiva nominal do Metical comparativamente ao conjunto de moedas dos principais parceiros em 15.4%, determinada essencialmente pelos ganhos nominais do Metical face ao dólar e ZAR em 6.3% e 24.6% respectivamente, atenuadas pela depreciação nominal de 0.7% em relação ao EURO; e (ii) o diferencial entre a inflação moçambicana e a dos parceiros, que embora tenha reduzido em relação à 2007, foi desfavorável, fixando-se em 1.9%.

A desaceleração do diferencial de inflação resultou do efeito conjugado da queda acentuada da inflação anual doméstica de 10.3% em 2007 para 6.2% em 2008, perante uma redução tímida da inflação anual dos parceiros em 20 pp para 6.5%, fortemente



¹² Nomeadamente o Rand sul-africano com 54.3%, o Euro com 39.3% e o Dólar norte-americano com 6.4%.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

influenciado pelo comportamento deste indicador na Zona do Euro e nos E.U.A., onde o nível geral de preços abrandou de forma significativa na parte final do ano, em decorrência dos impactos da crise financeira e expectativas de recessão económica naqueles países que amorteceu o agravamento da inflação sul-africana em 2008 face à 2007.

Ao nível bilateral, a análise da taxa de câmbio bilateral mostra em termos de variação média móvel o seguinte:

- Apreciação real do Metical em relação ao Rand em 23.3%, reflectindo ganhos nominais do Metical em 24.6%, que, no entanto, foram amortecidos pelo diferencial de preços a favor de Moçambique que se situou em 1.0%. De salientar que o IPC doméstico desacelerou em 4.1 pp em 2008 face à 2007, perante a desaceleração em apenas 90 pb da inflação sul-africana;
- Relativamente à moeda europeia, o Metical registou uma apreciação efectiva real de 6.1%, decorrente de um diferencial de preços desfavorável à economia nacional em 6.8%, que no, entanto, foi atenuada pela depreciação anual nominal de 0.68%; e
- Apreciação real de 12.8% face ao Dólar americano, justificado pela apreciação nominal do Metical face ao USD em 6.3% e o diferencial de preços desfavorável para Moçambique em 6.2%.

Quadro 20: Taxa de Câmbio Real Bilateral

País	Taxa Câmbio nominal (média móvel) (*)	Diferencial Preços (%)	TC Real (bilateral) em %
RSA	24.6	-1.0	23.3
UE	0.68	6.8	6.1
E.U.A.	6.3	6.2	12.8

(*) Cotação ao Certo

Da análise dos câmbios bilaterais acima, observa-se que o agravamento do ITCER, resultou essencialmente da apreciação efectiva nominal do Metical face ao ZAR e USD e do aumento do diferencial de inflação entre Moçambique e Zona do Euro e Estados Unidos de América.



3.4.3. Balança de Pagamentos

Em 2008, a posição externa do país medida pelo saldo da conta corrente, deteriorou em 24.2% tendo o défice aumentado para USD 975.3 milhões, reflectindo a duplicação do défice da conta parcial de bens, decorrente do maior aumento das importações (mais 23%) relativamente às exportações (mais 10%) e, também, do incremento da saída líquida de recursos em 6.7% verificada na conta de rendimentos. O impacto das variações acima sobre a conta corrente foi atenuada pela melhoria ocorrida na conta parcial de serviços, cujo défice reduziu comparativamente ao exercício transacto em 1%, passando para USD 393.7 milhões e pelo aumento da entrada de transferências unilaterais em 41.9% para USD 854.3 milhões.

O défice estrutural da conta corrente continua a reflectir, essencialmente: (i) a baixa elasticidade da procura de exportações em relação às importações; e (ii) a estrutura produtiva rígida que condiciona a participação do país em mercados internacionais altamente competitivos.

No que concerne à conta de capital, esta deteriorou em 1%, tendo o respectivo saldo positivo passado para USD 419.9 milhões, reflectindo, essencialmente, a queda em 2.5% para USD 253.6 milhões dos donativos governamentais para projectos de investimentos, não obstante o aumento de USD 11.2 milhões registado nas transferências de Organizações Humanitárias para desenvolvimento de projectos sócio-económicos.

Seguindo a tendência de 2007, registou-se uma entrada líquida de recursos financeiros para Moçambique no valor de USD 755 milhões em 2008, mais USD 308 milhões que em 2007, reflectindo o aumento líquido de passivos com o exterior, essencialmente na forma de fluxo de IDE em Moçambique e empréstimos líquidos da Administração Central, conjugada com a baixa constituição de activos externos. Excluindo as transacções financeiras das grandes empresas de IDE, a conta financeira apresenta a mesma tendência, tendo registado uma entrada líquida de recursos financeiros para o país no valor de USD 982 milhões em 2008, explicada tanto pelo aumento do IDE e empréstimos líquidos da Administração Pública, como pela redução dos activos externos.

A. Conta Corrente

Em linha com a tendência dos últimos anos, em 2008 o saldo da conta corrente situou-se em USD 975.3 milhões, o que representa uma deterioração de 24.2% quando comparado com 2007. Em termos de proporção do PIB, o défice situou-se em 10% do PIB, menos 0.3 pp em relação à 2007. Expurgando o efeito das transferências correntes consubstanciadas em donativos canalizados ao Governo, em 2008 o défice agravou-se em 31.9% comparativamente à 2007, passando o saldo para USD 1,829.6 milhões, correspondente à 18.8% do PIB.

Excluindo o impacto dos grandes projectos, o défice da conta corrente foi de USD 1,258.6 milhões – 12.9% do PIB menos 1.9 pp em relação a 2007 – correspondente à um agravamento de 5% face ao observado em 2007, explicado pelo aumento do défice nas contas parciais de bens e serviços em 21.9% e 16.6%, respectivamente, não obstante o aumento da entrada líquida de rendimentos em USD 55.3 milhões e de transferências correntes em USD 273.9 milhões.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O país acumulou um défice de USD 2,149.1 milhões na conta corrente, excluindo o valor dos grandes projectos e as transferências correntes, o que representa um acréscimo de 18.4%, relativamente ao verificado em 2007 e 22.1% do PIB. O quadro que se segue apresenta a evolução das principais componentes da conta corrente ao longo dos últimos cinco anos.

Quadro 21. Evolução da Conta Corrente (USD milhões)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Var. 07/06 (%)	Var. 08/07 (%)
Conta Corrente	-607.4	-760.6	-773.2	-785.3	-975.3	1.7	24.2
Conta Corrente em% do PIB	-10.7%	-11.6%	-10.7%	-9.7%	-10.0%	-1pp	-0.3pp
Bens	-345.8	-497.1	-267.7	-399.0	-804.6	49.0	101.6
Exportações	1503.9	1745.3	2381.1	2412.1	2653.3	1.3	10.0
Importações	1849.7	2242.3	2648.8	2811.1	3457.8	6.1	23.0
Serviços	-275.8	-306.6	-371.8	-396.8	-392.8	6.7	-0.8
Receitas	255.6	341.9	386.3	458.7	555.0	18.7	21.0
Despesas	531.4	648.6	758.1	855.6	948.6	12.9	-10.9
Rendimentos	-299.5	-359.8	-634.5	-591.6	-631.3	-6.7	6.7
Investimentos Directo	-167.6	-284.0	-471.3	-549.5	-541.6	16.6	-1.4
Remunerações	46.0	40.4	50.4	49.2	62.6	-2.4%	27.3%
Juros	-184.0	-131.2	-241.4	-132.7	-166.4	-45.0%	25.4%
Outros	6.1	14.8	27.9	41.4	14.0	48.6%	-66.3%
Transferências	313.8	402.9	500.7	602.2	854.3	20.3%	41.9%

A.1. Conta de Bens

No período em análise, o valor do comércio externo, incluindo os grandes projectos, realizado pelo país e o resto do mundo aumentou, em 17% para um total de USD 6,111.1 milhões, determinado pelo acréscimo simultâneo das exportações e importações sem os grandes projectos em USD 233.5 milhões (mais 41.1%) e USD 588.2 milhões (mais 26.9%), respectivamente, como se pode observar no gráfico 17.

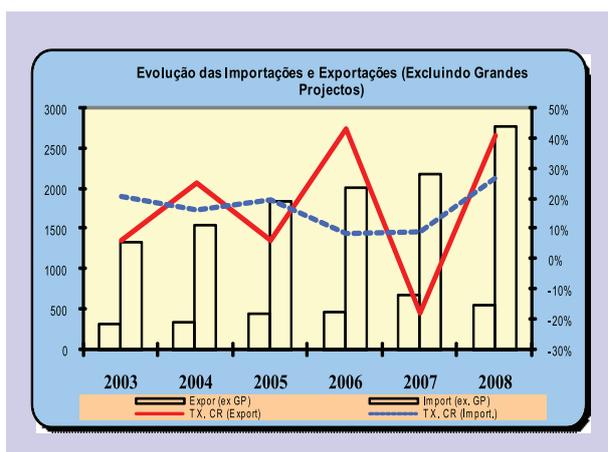


Gráfico 17

Excluindo as transacções realizadas pelos grandes projectos, o valor do comércio externo de bens no período em análise passou para USD 3,575 milhões, o que representa um acréscimo de 29.8% comparativamente ao ano de 2007.

O gráfico 18 mostra que o grau de abertura da economia moçambicana tem registado ao longo dos últimos seis anos uma tendência crescente, e em 2008 foi de 63%, reflectindo uma elevada liberalização do comércio.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

As exportações totais de bens cresceram em 10% para USD 2,653.3, impulsionadas pelas exportações de sectores que não fazem parte da categoria dos grandes projectos (aumentaram em 41.1%) perante uma relativa estagnação das exportações realizadas pelos grandes projectos (aumento em apenas 0.4%). Como resultado, o peso das exportações dos grandes projectos no total reduziu para 69.8% contra 76.4% observado em 2007.

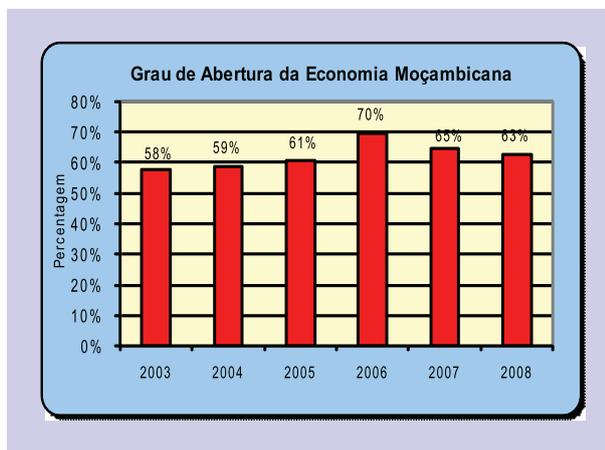


Gráfico 18

O aumento mais pronunciado das importações relativamente às exportações foi determinante para o aumento do défice da conta parcial de bens em cerca 49% relativamente ao valor apurado em 2007, para um saldo de USD 804.6 milhões em 2008. Com efeito, a taxa de cobertura das importações totais pelas exportações reduziu em 9.1 pp, fixando-se em 76.7% comparativamente ao exercício económico de 2007. Retirando o efeito dos grandes projectos, a taxa de cobertura das importações reduz-se para 28.9% contra 26% registados em 2007.

De modo geral, a evolução das exportações em 2008 reflectiu principalmente o impacto da subida dos preços médios internacionais dos principais produtos de exportação. Em termos de principais produtos, observou-se o seguinte:

Exportações

No sentido de aumento:

- **Algodão:** o valor obtido com a venda da fibra de algodão cresceu em 14.3%, derivado do aumento do preço médio internacional em 43% (atingiu uma média de USD 1,430 por tonelada na campanha 2007/2008, contra USD 1,000 na campanha anterior), apesar da queda da produção¹³ total de algodão caroço (69.505 toneladas na campanha 2007/08, contra 72.175 toneladas na campanha 2006/07).
- **Açúcar:** em 2008, as receitas geradas atingiram USD 71.3 milhões, o que representa um aumento em 15.5% comparativamente à 2007, justificado pelo acréscimo tanto da quantidade exportada em 43.8% para 134,797 toneladas¹⁴ como do preço médio praticado no mercado internacional (livre e preferencial).

¹³ Esta redução deveu-se às chuvas excessivas registadas no início de 2008.

¹⁴ Dado que os mercados preferenciais solicitaram quantidades adicionais, 80% do volume das exportações de açúcar tiveram como destino esses mercados, cujo preço médio (USD 509 por tonelada) é mais elevado que o praticado no mercado internacional livre (USD 373 por tonelada).

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- **Castanha de Caju:** as receitas obtidas aumentaram em 16.1% para USD 12.5 milhões, devido à subida do preço médio praticado no mercado internacional em 43% (aumentou em USD 217.6 por tonelada na campanha 2006/2007 para USD 723.3 por tonelada na campanha 2007/2008) e da quantidade exportada em 26.3% (aumentou para 30,522 toneladas).
- **Amêndoa de Caju:** as vendas da amêndoa de caju ao resto do mundo incrementaram em 23.3% para USD 10.9 milhões, devido ao crescimento da castanha adquirida pela indústria de caju em 18.3% (24,000 toneladas em 2008 contra 20,280 toneladas em 2007) e à subida do preço em 36.5% para USD 5.3 por quilograma.
- **Tabaco:** as vendas de tabaco aumentaram em USD 80.3 milhões comparativamente ao registado em 2007, tendo atingido USD 132.1 milhões, devido ao crescimento da produção e, conseqüentemente, da quantidade exportada de tabaco processado (tendo como destino a União Europeia) e do não processado (com destino ao Malawi) e a subida do preço médio no mercado internacional em 31.1% para USD 3.5 por quilograma.
- **Reexportações de Combustíveis¹⁵:** apesar da redução da quantidade reexportada em 28.7%, para 28,740.2 toneladas métricas para os países do *interland*, as receitas cresceram em 13.6%, para USD 32.6 milhões, devido ao acréscimo do preço médio do crude no mercado internacional em cerca de 37%, para USD 94 por tonelada métrica ao longo do ano.
- **Bunkers:** o valor das vendas de combustíveis às transportadoras aéreas e marítimas estrangeiras cresceu em 32.8%, para USD 27.8 milhões, como reflexo da subida dos preços médios de combustíveis.
- **Gás:** a venda de gás para a África de Sul cresceu em 26% devido ao efeito da subida da quantidade exportada em 12% (aumentou para GJ 112 476 975 como resultado da expansão da produção em 11% que passou para GJ 116 662 806), o que foi reforçado pelo crescimento do respectivo preço médio internacional em 61.3%, ao atingir USD 473 por mil metros cúbicos.
- **Ilmenite:** a receita obtida com a exportação deste produto aumentou em USD 23.1 milhões, como reflexo do aumento da utilização da capacidade produtiva de um dos grandes projectos implantado no país, o qual iniciou as exportações no quarto trimestre de 2007.

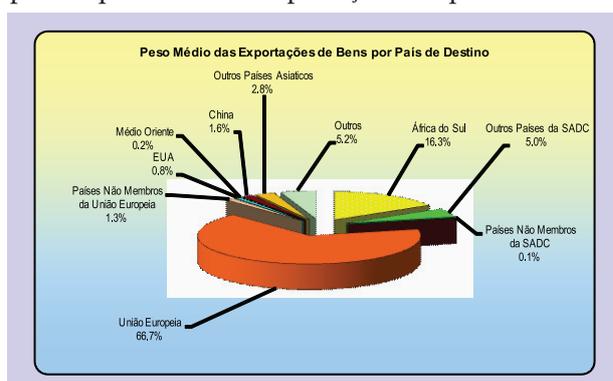


Gráfico 19

15 As reexportações de combustíveis são compostas essencialmente por diesel e gasolina.

No sentido de redução

- **Energia Eléctrica:** redução das receitas em 7.7%, devido à queda da quantidade exportada em 10%, para 10 805 756 Mwh, decorrente do decréscimo da quantidade exportada para o Zimbabué e dos trabalhos de manutenção levados à efeito pela África do Sul na estação Apollo, no primeiro semestre de 2008, apesar da subida do preço médio em 2.5%.
- **Alumínio:** as receitas obtidas com a exportação de lingotes de alumínio, que representam 55% do total das exportações, reduziram em 1.9%, para USD 1,156.6 milhões, devido ao efeito conjugado de queda da produção e do preço de alumínio no mercado internacional em 2.3% (o preço médio reduziu para USD 2,578 por tonelada em 2008).
- **Camarão:** as receitas geradas pela exportação de camarão reduziram em 27.6%, para USD 45 milhões, devido à queda da quantidade exportada, condicionada pela crise que afecta a indústria pesqueira nos últimos anos (elevados custos operacionais¹⁶), preços internacionais desfavoráveis (queda de 22%, para uma média de USD 8,9 por quilograma em 2008).
- **Madeira:** o volume de vendas de madeira ao mercado internacional reduziu em 20.1% para USD 25.5 milhões, por razões relacionadas com a fraca capacidade de exploração e escoamento resultante das difíceis condições de transitabilidade de algumas vias de acesso. Todavia, o preço médio internacional da madeira¹⁷ serrada cresceu em 10%.

Em termos de destinos, os produtos moçambicanos tiveram como principais destinos a Europa, com um peso de 66.7%, (com destaque para a venda de alumínio, cujo peso foi de 55% do total das exportações), a África do Sul (16.3%) e Outros países da SADC (5%) – Gráfico 17.

Importações

As importações totalizaram USD 3,457.8 milhões correspondente à um aumento de 23%, tendo concorrido para tal o aumento da factura de combustíveis, cereais, automóveis e diversa maquinaria.

O valor das importações sem grandes projectos situou-se em USD 2,772.5 milhões, o que representa um crescimento de 26.9% comparativamente à 2007. As categorias de produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações em 2008 foram os seguintes:

¹⁶ Destaque para a subida do preço dos combustíveis e redução dos níveis de rendimentos médios da frota, o que se traduziu na redução do nível de capturas.

¹⁷ Após a introdução do decreto que proíbe a exportação de certas espécies de madeira em toros, em média a madeira serrada, nos últimos anos, constitui 2/3 do total da madeira exportada.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- **Bens de consumo:** (i) os *cereais*, cujo valor aumentou em 3.3% comparativamente à 2007, para USD 181.9 milhões, justificado essencialmente pelo efeito do preço registado; e (ii) os *automóveis* com um crescimento anual de 23.5%, situando-se em USD 243.3 milhões reflectindo o aumento das quantidades procuradas pelos sectores público e privado.
- **Matérias-primas e Bens intermédios:** (i) *Combustíveis*, com um crescimento de 55.2%, relativamente à 2007 para um montante de USD 574.4 milhões justificado pelo efeito combinado do aumento das quantidades e do preço do crude no mercado internacional e (ii) *energia eléctrica* (atingiu USD 111 milhões) mais 2.8% em relação a 2007 associado ao aumento do preço médio em 6%, não obstante a redução das quantidades fornecidas aos grandes projectos em 4.5%, comparativamente ao ano transacto.
- **Bens de capital:** aumento do valor em USD 380.3 milhões, reflectindo as compras efectuadas pelos sectores de construção, industrial e energético.

O quadro 22 apresenta a evolução das importações e as respectivas componentes ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 22. Evolução das Importações de Bens (USD milhões)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Var (%) 07/06	Var (%) 08/07
Importações Totais de Bens	1.849,7	2.242,3	2648.8	2811.1	3457.8	6.1	23.0
Outros Sectores	1.556,8	1.858,0	2011.5	2184.3	2772.5	8.6	26.9
Principais Bens de Consumo	285,0	328,7	393.7	422.1	473.5	7.2	12.2
Cereais	131,4	156,9	163.2	176	181.9	7.8	3.3
Açúcar	17,8	9,0	4.3	1.1	2.7	-74.4	143.9
Cervejas	1,3	1,8	1.2	1.4	1.2	16.7	-13.4
Medicamentos	27,3	24,3	35.7	46.6	44.4	30.5	-4.8
Automóveis	107,3	136,6	189.2	197	243.3	4.1	23.5
Outros	727,7	906,6	865.8	903.8	1129.9	4.4	25.0
Principais Matérias-Primas e Bens Intermédios	266,9	309,5	390.5	478.1	685.4	2.4	43.4
Combustíveis	198,3	237,0	314.4	370.2	574.4	17.7	55.2
Energia Eléctrica	68,6	72,5	76.1	107.9	111.0	41.8	2.9
Principais Bens de Capital	277,2	313,2	361.5	380.3	483.7	5.2	27.2
Grandes Projectos	292,9	384,3	637.4	626.8	685.3	-1.7	9.3

O crescimento mais acelerado das importações realizadas pelos outros sectores em 26.9% contra 9.3% dos grandes projectos, conduziu a redução do peso das importações destes últimos no total das importações em 2.5 pp para 19.8%.

Quanto à origem, 37% dos bens importados pelo país provêm da África do Sul, seguindo-se da União Europeia com um peso de 23.6% do valor total.



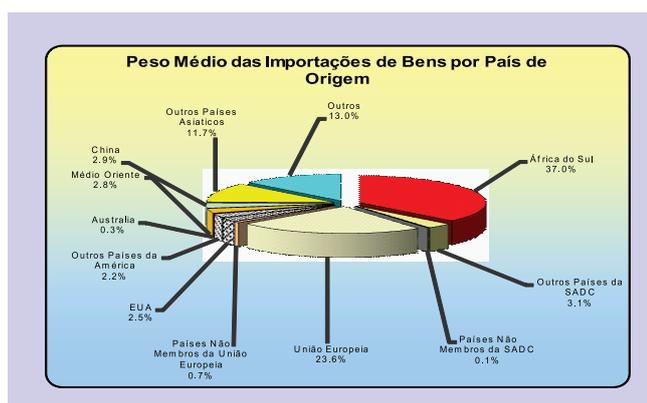


Gráfico 20

A.2. Conta de Serviços

No exercício económico de 2008, o défice da conta parcial de serviços registou uma queda de USD 3.2 milhões para USD 393.7 milhões, menos 1% comparativamente à 2007, devido, fundamentalmente, à redução do défice das rubricas de serviços financeiros em USD 9 milhões (-58.3%), serviços de construção em USD 26.7 milhões (-62.3%) e serviços empresariais em USD 17.3 milhões (-11.5%), apesar do aumento do défice na rubrica de transportes em USD 36.6 milhões (22%). Expurgando as transacções dos grandes projectos, o défice agrava-se em 16.6%, para USD 238.4 milhões, basicamente, devido a deterioração dos serviços de transporte em 21.5% para USD 193.5 milhões.

Quadro 23. Evolução do Saldo da Conta de Serviços (USD milhões)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Var (%) 07/06	Var (%) 08/07
Conta de Serviços	-275.8	-306.6	-371.8	-396.8	-393.7	6.7	-0.8
Transporte	-110.7	-140.6	-168.1	-166.2	-202.7	-1.1	22.0
Viagens	-38.9	-46.4	-39.8	-16.6	-18.3	-58.3	10.5
Construção	-41.1	-56.5	-68.8	-42.9	-16.2	-37.6	-62.3
Outros	-85.1	-63.1	-95	-171.1	-156.4	80.1	-8.6

As melhorias registadas nas rubricas que compõem a conta parcial de serviços reflectiram os seguintes factores:

- **Serviços de construção:** redução do défice em 62.3%, em resultado da queda das despesas de serviços de construção solicitadas pelas grandes empresas de investimento directo estrangeiro em 96% para USD 1.2 milhão.
- **Serviços Financeiros:** queda do défice em 58.3%, para USD 6.3 milhões, influenciado pelo decréscimo das despesas provenientes da prestação de serviços de intermediação financeira por parte das entidades estrangeiras às grandes empresas.
- **Serviços Empresariais e Técnicos:** melhoria do défice em 11.5%, para USD 133 milhões, justificada pela melhoria dos recebimentos de serviços de intermediação comercial e assistência técnica (consultoria técnica e estudos/pesquisas de desenvolvimento), prestada pelas companhias residentes.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Contrariamente à tendência das rubricas descritas acima, as rubricas de serviços de transportes e de viagens registaram um agravamento dos respectivos défices. Com efeito, o saldo dos serviços de transportes deteriorou em 22% para USD 202.7 milhões, justificado pelo crescimento das despesas incorridas pelos residentes em 22.4% (para USD 360.6 milhões), reflectindo o aumento dos custos de frete de mercadorias, em consonância com o crescimento das importações de bens. Relativamente às viagens, o défice incrementou em 10.2%, resultante do aumento das despesas de turismo em 15,7%, para USD 208.3 milhões, associado às viagens dos residentes para o resto do mundo, por razões de saúde e estudo.

A.3. Conta de Rendimentos

Em 2008, a conta parcial de rendimentos registou um défice de USD 631.3 milhões, correspondente à uma deterioração de 6.7% em relação a 2007, determinada pela diminuição dos retornos de aplicações em títulos e depósitos de aplicação no exterior, combinada com o aumento do pagamento de juros de dívida externa privada dos grandes projectos.

Excluindo as grandes empresas de IDE, a conta parcial de rendimentos registou um superávit de USD 59.7 milhões, superior em USD 55.3 milhões relativamente ao registado em 2007, a reflectir o aumento das transferências para o país, de parte das remunerações de mineiros moçambicanos na África do Sul e redução do pagamento de juros de dívida externa pública e privada.

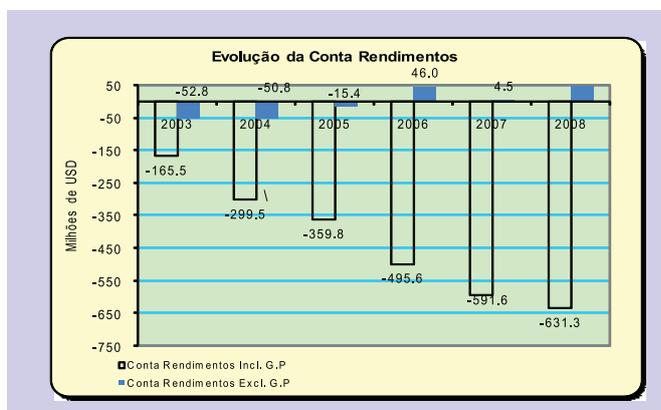


Gráfico 21

As rubricas que contribuíram para o aumento do défice da conta de rendimentos foram, essencialmente, as seguintes:

- **Rendimento de investimento de carteira:** os rendimentos dos investimentos em títulos no estrangeiro reduziram significativamente ao passar de USD 41.8 milhões em 2007, para USD 14.1 milhões em 2008, não obstante o valor do *stock* de activos prevalecte no período em alusão ter sido relativamente maior¹⁸. Com efeito, as aplicações em títulos no estrangeiro geraram prejuízos decorrentes da sua fraca valorização durante o ano, a espelhar a baixa apetência por este produto, aliada ao agravamento da crise financeira no mercado internacional;

18 No início de 2008, a carteira de activos sob a forma de obrigações de tesouro e gestão externa contratada era de USD 223.4 milhões e USD 519.2 milhões respectivamente, contra USD 154.5 milhões e USD 501.1 milhões em princípios de 2007.

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- **Outro investimento** cujo défice cresceu em 25.3%, influenciado pelo aumento em USD 80 milhões dos juros de dívida privada sobretudo dos grandes projectos, num cenário de redução dos vencimentos dos juros de dívida externa pública. O grande peso dos juros de dívida externa privada dos grandes projectos sobre o saldo da rubrica, torna-se notório quando estes são excluídos da análise, pois, verifica-se uma inversão do saldo negativo (USD -56.2 milhões), para USD 21.8 milhões.

Contrariamente à tendência acima, a rubrica de rendimento de investimento directo registou, no ano em análise, uma ligeira melhoria do saldo negativo em 1.4%, relativamente à 2007, determinado pela redução em USD 11.7 milhões dos dividendos pagos pelas empresas de investimento directo estrangeiro (IDE). Efectivamente, os grandes projectos pagaram em 2008, USD 370.2 milhões (menos USD 108.9 milhões), enquanto as outras empresas de IDE repatriaram USD 46.1 milhões (mais USD 1.9 milhões), com ênfase para as do sector financeiro com USD 18.2 milhões, seguidas das do sector dos transportes e armazenagem com USD 3.9 milhões.

A rubrica de rendimento de empregados aumentou em 27.4%, como reflexo de um excesso de entradas (com destaque para as de mineiros) sobre as saídas. Com efeito, apesar da depreciação do Rand sul africano em relação ao dólar americano e da tendência de redução do número de trabalhadores mineiros recrutados, as entradas por conta dos mineiros aumentaram de USD 61 milhões em 2007, para USD 68 milhões em 2008, determinado pelo incremento do volume e valor das remessas daqueles trabalhadores para o sustento das suas famílias, bem como para o pagamento de pensões, indemnizações e outro tipo de assistência social. Quando excluída a componente dos grandes projectos, esta rubrica apresenta a mesma tendência, porém, o pagamento a trabalhadores não residentes aumenta em USD 4.6 milhões.

A.4. Conta de Transferências Correntes

O influxo de recursos sob a forma de transferências correntes unilaterais totalizou USD 854.3 milhões, representando um aumento de 41.9%, comparativamente à 2007, determinado pelos aumentos registados nos donativos para programas especiais, espécie e donativos para programas, em USD 120.9 milhões, USD 70.6 milhões e USD 59.2 milhões, respectivamente.

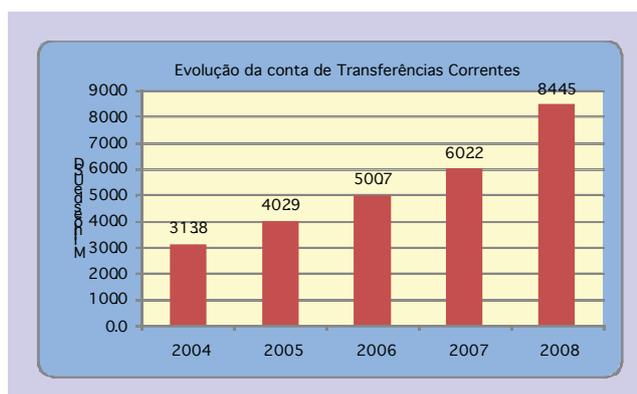


Gráfico 22

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Em termos sectoriais, do total de fundos recebidos no ano em análise, 89.9% destinou-se ao financiamento das actividades da Administração Central, através do apoio directo ao Orçamento do Estado no montante de USD 768.2 milhões, na forma de donativos o que representa um crescimento de 49.2% em relação à 2007. O montante acima foi repartido em: (i) USD 371.4 milhões para programas, o que representa um crescimento de 19% comparativamente ao ano anterior; (ii) USD 274.6 milhões alocados para programas especiais (mais 90.8%); (iii) USD 32.8 milhões consignados à importação de medicamentos (decrécimo de 0.2%); e (iv) USD 99.4 milhões na forma de donativos em espécie, mais USD 70.6 milhões comparativamente à 2007.

Em relação aos outros sectores, estes receberam no seu conjunto, fundos no valor total de USD 86.1 milhões contra USD 87.4 milhões registados em 2007, resultante do efeito combinado da transferência de USD 3.7 milhões por parte de trabalhadores residentes para o exterior, perante um aprovisionamento de USD 89.9 milhões por parte de algumas ONG's que operam no país para o reforço das suas posições financeiras no valor de USD 89.9 milhões.

B. Conta Capital e Financeira¹⁹

A conta capital e financeira registou uma entrada líquida de recursos para Moçambique no valor de USD 1 174.6 milhões em 2008, mais USD 312.9 milhões comparativamente à 2007, reflectindo a entrada líquida de passivos com o exterior, essencialmente na forma de IDE, empréstimos líquidos da Administração Pública e entrada de transferências de capital.

Quadro 24: Evolução da Conta Capital e Financeira (USD milhões)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Var. 07/06	Var. 08/07
Conta Capital e Financeira	290.2	282.6	-1167	861.8	1174.6	-174%	36.3%
<i>Conta Capital e Financeira como% do PIB</i>	<i>5.1%</i>	<i>4.3%</i>	<i>16.2%</i>	<i>10.7%</i>	<i>12.1%</i>	<i>-5.5pp</i>	<i>1.4pp</i>
Conta Capital	263.1	187.9	334.5	415.1	419.9	24.1%	1.2%
Sector Público	197.8	80.8	167.9	260.1	253.6	54.9%	-2.5%
Donativos para Investimento	197.8	80.8	167.9	260.1	253.6	54.9%	-2.5%
Outros Sectores	65.3	107.1	166.6	155.1	166.3	-6.9%	7.3%
Conta Financeira	27.1	94.7	-1502	446.7	754.7	-	69.0%
Investimento Directo no Exterior	0.0	0.0	-0.4	0.3	0.0	129.7%	-
Investimento Directo no País	244.7	107.9	153.7	427.4	587.1	175.0%	114.7%
Investimento de Carteira	-25.5	-	-	-3.20	-7.8	178.1%	37.4%
Outros Investimentos (líquido)	-192.1	88.5	123.8	38.2	175.5	-	145.1%
Instrumentos Derivados Financ.	0.0	0.0	0.0	-16	0.0	102.5%	359.6%

19 Excluindo o efeito do financiamento excepcional.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Excluindo os grandes projectos, a conta capital e financeira registou uma entrada líquida de recursos para o país no valor de USD 1 401.9 milhões em 2008, mais USD 259.5 milhões que em 2007, reflectindo a entrada líquida de fundos, essencialmente na forma de IDE, empréstimos líquidos da Administração Pública, desgaste dos activos externos líquidos e entrada de transferências de capital.

B.1. Conta Capital

Durante o período em análise, o excedente líquido das transferências de capital cresceu em 1.2%, passando de USD 415.1 milhões em 2007 para USD 419.9 milhões, reflectindo essencialmente, o aumento de USD 11.2 milhões registado nas transferências de Organizações Humanitárias para desenvolvimento de projectos socio-económicos, não obstante a queda em 2.5% para USD 253.6 milhões dos donativos governamentais para projectos de investimentos.

B.2. Conta Financeira

Durante o ano de 2008, a conta financeira registou uma entrada líquida de capitais no montante de USD 755 milhões, mais USD 308.0 milhões comparativamente ao registado no exercício económico de 2007.

A entrada de fundos, correspondente ao aumento líquido de passivos externos com o resto do mundo, durante o período em análise, resultou essencialmente da significativa entrada de fundos na forma de investimento directo em Moçambique e de empréstimos canalizados à Administração Central, conjugada com a baixa constituição de activos externos. Sem as operações dos Grandes Projectos, que correspondem à uma saída líquida de USD 227.3 milhões, a entrada líquida de recursos financeiros para Moçambique aumentou para USD 892 milhões em 2008, contra USD 727.3 milhões apurada em 2007.

No concernente ao Investimento Directo Estrangeiro, no ano, o fluxo total saldou-se no montante total de USD 587 milhões, mais USD 160 milhões em relação à 2007, superando deste modo os fluxos anuais dos últimos seis anos, determinado não só pelos grandes projectos, mas também pelas empresas não pertencentes a esta categoria. De 2007 para 2008, as empresas não pertencentes a categoria dos grandes projectos aumentaram a sua participação de 48% para 50%.

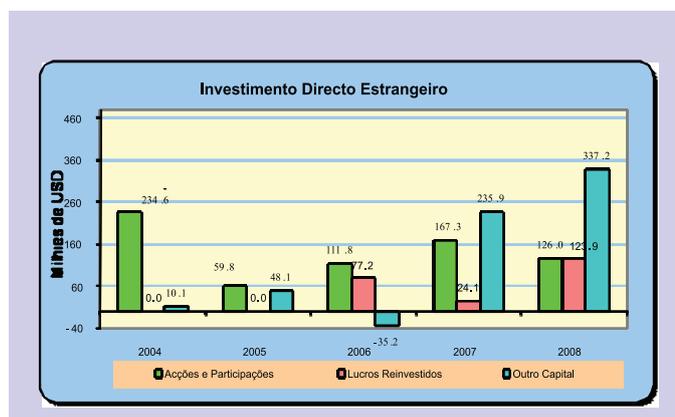


Gráfico 23



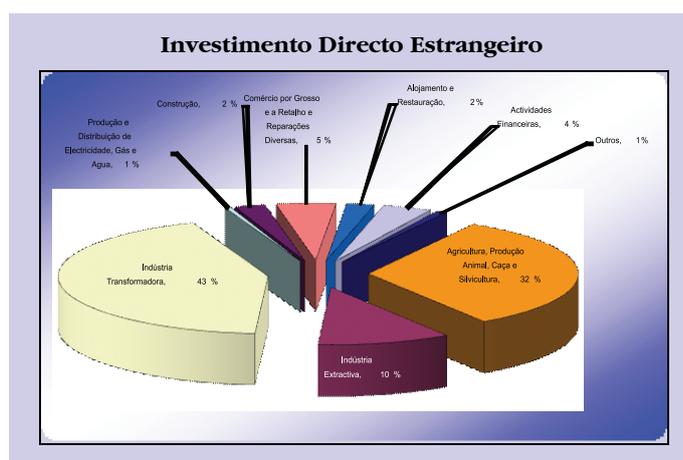


Gráfico 24

Com efeito, excluindo as grandes empresas, o IDE passou de USD 207.2 milhões em 2007 para USD 291.6 milhões no período em análise, com destaque para as empresas dos seguintes sectores: Agricultura e produção animal; Indústria transformadora; Transportes e armazenagens; Comércio por Grosso e Retalho, Indústria extractiva e financeiro.

Desagregando os componentes do IDE por principais formas de investimento, constata-se que este resultou da realização de investimentos sob as diferentes formas, designadamente, acções e participações, lucros reinvestidos e outro capital, como segue:

- o **Participações:** realização de IDE sob a forma de participações num montante de USD 126.0 milhões, correspondente à uma redução de USD 41.3 milhões quando comparado com o realizado em 2007. Os grandes projectos contribuíram com USD 35.6 milhões (menos USD 3.7 milhões), todos do sector da indústria extractiva.

As outras empresas realizaram USD 90.4 milhões (menos USD 37.6 milhões), destacando-se as da indústria transformadora com USD 36.5 milhões, agricultura e produção animal com USD 29.1 milhões, indústria extractiva (USD 20 milhões), comércio a grosso e a retalho (USD 16.8 milhões) e sector financeiro com USD 10.9 milhões.

- o **Lucros Reinvestidos:** as grandes empresas de IDE reinvestiram USD 121.3 milhões no período em análise, mais USD 97.2 milhões relativamente à 2007, sobretudo da indústria transformadora.
- o **Outro Capital:** o outro capital de IDE, que agrega activos e passivos sob a forma de créditos comerciais e empréstimos com investidores directos, registou um fluxo líquido positivo de USD 337.2 milhões, correspondente ao aumento líquido de passivos com investidores directos em USD 101.3 milhões. As grandes empresas de IDE reduziram os passivos sob a forma de suprimentos e créditos comerciais com investidores directos, num montante de USD 18.1 milhões e as outras empresas em USD 198.6 milhões, com destaque para os sectores da indústria extractiva com USD 45.4 milhões, da agricultura e produção animal (USD 65.3 milhões), dos transportes, armazenagens e comunicações com USD 21.5 milhões.

No que se refere aos sectores beneficiários, destaca-se a indústria, que à semelhança dos últimos anos continua a liderar, tendo em 2008 a indústria transformadora absorvido

II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

USD 126 milhões e a extractiva com USD 30 milhões, seguida pela agricultura (USD 94 milhões); comércio (USD 13 milhões); sector financeiro com USD 11 milhões; construção (USD 7 milhões), alojamento e restaurantes (USD 6 milhões); produção e distribuição de electricidade, gás e água (USD 1 milhão) e outros sectores (USD 2 milhões).

Em termos de País de origem, destaca-se a África do Sul que, pelo terceiro ano consecutivo, ocupa a primeira posição com um total de IDE realizado em 2007 de USD 176.2 milhões, seguido da Suíça, Brasil, Holanda, Maurícias, Áustria, Índia, França, Macau e Tanzânia.

C. Financiamento da Balança de Pagamentos

Em 2008, as operações comerciais e financeiras realizadas pelo país e o resto do mundo resultaram num saldo global superavitário de USD 159.1 milhões, superior em USD 22.7 milhões ao registado em 2007, determinado pela entrada líquida de capitais na conta financeira no valor de USD 754.7 milhões (mais USD 229.5 milhões) e na conta de capital no montante de USD 411.9 milhões (menos USD 3.3 milhões) que, no seu todo, permitiu financiar o défice da conta corrente, o qual atingiu o défice de USD 984.2 milhões (mais USD 198.9 milhões).

Quadro 25: Evolução das Fontes de Financiamento da Balança de Pagamentos (USD milhões)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Var 07/06 (%)	Var. 08/07 (%)
Conta de Financiamento	183,0	181,6	1798.8	-136.4	-159.1	-107.6	16.7
<i>Activos de Reserva</i>	-169,1	129,9	-29.4	-285.2	-179.0	-	-37.2
Ouro Monetário	-18,6	-20,0	-11.5	-18.7	-3.5	62.7	-81.5
ME	-150,4	150,1	-17.8	-266.5	-175.5	-	-34.1
Outros activos	0,0	-0,1	-0.1	0.0	0.0	-100.0	-
<i>Utilização do Crédito e Empréstimos</i>							
Do FMI	-11,9	-40,4	-147.2	5.6	0.4	-93.0	-
Financiamento Excepcional	363,9	92,1	1975.4	143.1	19.5	-92.8	-86.4
Operações de Reescalonamento							
da Dívida	48,8	86,7	32.0	16.3	17.9	-49.1	10.0
Capital	38,7	63,4	19.8	8.0	10.9	-59.6	36.1
Juros	10,2	23,3	12.1	8.3	7.0	-31.4	-15.2
Operações de Perdão da Dívida	315,1	5,4	1943.5	126.8	1.6	-93.5	-98.8
Capital	274,9	3,3	1943.4	66.2	1.1	-96.6	-98.3
Juros	40,2	2,1	0.0	60.6	0.5	-	-

O financiamento excepcional que no ano totalizou o montante de USD 19.5 milhões foi inferior ao registado em 2007 em USD 123.6 milhões. De referir que, em 2007, a Roménia havia perdoado 90% da dívida externa estimada em EUR 108.4 milhões, coadjuvado pelas operações de reescalonamento que totalizaram USD 16.3 milhões, contra os USD 17.9 milhões de operações de reescalonamento da dívida e USD 1.6 milhões de operações da dívida em 2008.

Os organismos que contribuíram para as operações de reescalonamento da dívida externa no período foram a OCDE e OPEC, com USD 10.9 milhões e USD 7.0 milhões, respectivamente. Em termos de países há que salientar Portugal e Argélia que anunciaram a reestruturação de USD 8.3 milhões e USD 5.4 milhões, respectivamente.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

As operações financeiras realizadas entre o país e o resto do mundo, permitiram ao país através da Autoridade Monetária, a constituição de activos de reserva no valor de USD 179 milhões, para financiar os desequilíbrios futuros da balança de pagamentos, contra USD 285.2 milhões em 2007 e USD 29.4 milhões em 2006.

3.4.4. Dívida Externa

Desembolsos de Empréstimos Externos

Em 2008, o recurso do País à poupança externa para financiar os programas de investimento reduziu em 56% para USD 639.7 milhões, a reflectir, essencialmente, a redução em USD 770.1 milhões das responsabilidades externas assumidas pelo sector privado, particularmente pelos Grandes projectos. Com efeito, retirando as operações destes empreendimentos, o fluxo total do endividamento externo do país reduziu de USD 578.8 milhões em 2007 para USD 551.3 milhões.

Quadro 26: Desembolsos de Empréstimos Externos (em USD milhões)

Descrição	Incluindo Grandes Projectos			Excluindo Grandes Projectos		
	2007	2008	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Total de Desembolsos	1437.3	639.7	-55.5	578.8	551.3	-4.7
Administração Central	322.3	383.6	19.0	322.3	383.6	19.0
Desembolsos para Programas	100.4	178.4	77.7	100.4	178.4	77.7
Desembolsos para Projectos	154.8	138.4	-10.6	154.8	138.4	-10.6
Desembolsos para Empresas Públicas	67.1	66.7	-0.6	67.1	66.7	-0.6
Outros Desembolsos	0.0	0.0	-	0.0	0.0	-
Outros Sectores	1115.0	256.1	-77.0	256.5	167.8	-34.6
Agro-Industrial	84.0	68.5	-18.5	84.0	68.5	-18.5
Construção	7.8	0.0	-100.0	7.8	0.0	-
Energético	57.6	0.0	-100.0	57.6	0.0	-
Financeiro	52.0	2.7	-94.9	52.0	2.7	-
Industrial	6.7	42.9	639.7	6.7	42.9	639.7
Pesqueiro	9.9	0.0	-100.0	9.9	0.0	-100.0
Serviços Ferro-Portuários	0.0	13.5	100.0	0.0	13.5	100.0
Serviços de Telecomunicações	27.8	23.1	-16.6	27.8	23.1	-16.6
Serviços Gerais	8.8	13.9	57.1	8.8	13.9	57.1
Hotelaria e Turismo	1.8	3.2	75.6	1.8	3.2	75.6
Outros	0.1	0.0	-100.0	0.1	0.0	-100.0
Grandes Projectos	858.5	88.4	-89.7	-	-	-

Analisando os dados do quadro acima verifica-se que a Administração Central, foi o sector que registou o crescimento mais expressivo no nível de endividamento externo, comparativamente à 2007, a avaliar pelos fundos direccionados para os diferentes propósitos, como segue:

- Desembolso para programas, com um aumento de USD 78 milhões em relação a 2007, para USD 178.4 milhões, tendo USD 147.3 milhões sido canalizados para áreas de redução da pobreza absoluta e suportados pela Agência de Desenvolvimento Internacional (IDA), mais USD 77.5 milhões do que em 2007.
- Desembolsos para projectos que diminuíram em USD 16.3 milhões para USD 138.4 milhões, sendo de destacar os seguintes:
 - Desenvolvimento dos municípios, reforma do sector de comunicações,



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

reestruturação de estradas e pontes, reabilitação dos portos e caminhos-de-ferro, *capacity building* para o ensino superior, saneamento do meio e desenvolvimento do vale do Zambeze, projectos que contaram com o financiamento externo do IDA no valor de USD 90.1 milhões.

- Reabilitação da barragem de Massingir, sistema de irrigação de pequena escala, desenvolvimento da pesca artesanal, apoio ao sector de educação na Fase III, saneamento urbano nas províncias de Nampula e Niassa, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento/Fundo Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD) que, no período em análise, desembolsaram cerca de USD 18.3 milhões.
 - Projectos de extensão da Faculdade de Ciências da Universidade Eduardo Mondlane e reestruturação das rodovias da Cidade de Maputo que contaram com o desembolso do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA) com USD 10.2 milhões.
 - Extensão do ensino superior em universidades públicas, reabilitação do regadio de Chokwé e desenvolvimento de estradas de Maputo, todos apoiados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) no montante de USD 7.3 milhões.
- c) Desembolsos recebidos pela Administração Central e repassados às empresas públicas que reduziram em USD 0.4 milhões para USD 66.7 milhões, direccionados para os seguintes sectores de actividade económica:
- Comunicações e energético que receberam fundos avaliados em USD 20.9 milhões provenientes de bancos comerciais estrangeiros (*Nordea Bank e Exim Bank*), no âmbito do processo de reestruturação do sistema de telecomunicações a nível nacional e electrificação rural da Alta Zambézia;
 - Portos e Caminhos-de-Ferro e saneamento, com desembolsos da ordem de USD 31.4 milhões, com destaque para USD 27.3 milhões destinados à reestruturação dos portos de Maputo e Beira, financiados pelo Grupo Banco Mundial;
 - Águas, Financeiro e Energético com créditos de USD 4.4 milhões, desembolsados pelo Grupo BAD/FAD no âmbito dos projectos de saneamento urbano, alargamento do sistema financeiro para as zonas rurais e acesso às fontes de energia para toda a população.

A estrutura do endividamento de outros sectores no período em análise, comparativamente a 2007, pode ser resumida como se segue:

- a) Responsabilidades Externas dos Grandes Projectos: queda de 22 p.p de peso para 35% no total do endividamento do sector privado, devido à não contratação de maior volume de responsabilidades externas.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- b) Desembolsos Externos para Outros Sectores deduzidos os grandes projectos: com uma contribuição de 66% no volume de créditos contraídos pelo sector privado, o que representa um agravamento de 43 p.p em relação ao peso observado em 2007, com realce para os sectores:
- Industrial: crédito externos avaliados em USD 42.9 milhões, direccionados à indústria de processamento de cereais, face à conjuntura caracterizada pela alta de preços de produtos alimentares, com maior incidência para os cereais.
 - Ferro-Portuário: com um fluxo de endividamento da ordem de USD 13.5 milhões para projectos de reestruturação dos portos e aeroportos nacionais.
- c) Hotelaria e Turismo: desembolsos externos de USD 3.2 milhões para o processo de promoção das várias oportunidades de lazer e entretenimento existentes em Moçambique, o que é consentâneo com a tendência de incremento das receitas de turismo nos últimos três anos.

Amortização dos Empréstimos Externos

Até Dezembro de 2008, o esforço realizado pela economia para o pagamento das responsabilidades para com o resto do mundo totalizou USD 634.7 milhões, comparativamente à 2007, representando um decréscimo de 52%. Todavia, expurgando a contribuição dos grandes projectos, o serviço de dívida externa reduz em 21% para USD 203.7 milhões, em relação ao ano anterior.

Retirando da análise o financiamento excepcional, o serviço da dívida melhora em 47,3%, contrariamente ao que ocorre quando se exclui os Grandes Projectos, pois o cenário ilustra um agravamento de 59%, mostrando o peso da redução de amortização da dívida pelos Grandes Projectos.

Quadro 27: Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD milhões)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Var 07/06 (%)	Var 08/07. (%)
Total de Reembolsos	715.9	480.0	2,757.40	1,311.5	634.7	-52.4	-51.6
Adm inistração Central	421.5	159.3	2,036.90	190.7	69.1	-90.6	-63.8
Organismos Multilaterais	40.9	50.8	45.6	35.8	36.6	-21.5	2.4
Organismos Bilaterais	16,7	16.4	16	11.8	13.0	-26.3	9.9
Grupo OC DE	11,8	10.5	9.5	10.1	10.9	6.3	8.0
Grupo OPE C	0,0	0.0	0.0	0.0	0.0	-	-
Grupo Países do Leste	4,7	4.9	5.3	0.2	0.5	-96.2	139.0
Grupo Outros Países	0,2	0.9	1.3	1.5	1.6	15.4	4.9
Financiamento Excepcional	363.9	92.1	1,975.40	143.1	19.5	-92.8	-86.4
Sector Privado	294.4	320.7	720.5	1,120.8	565.6	55.6	-49.5
Dos quais Grandes Projectos	218.2	206.6	642.6	1,052.50	431.0	63.8	-59.1

Relativamente ao sector público, o montante de serviço da dívida externa vencida atingiu os USD 69.1 milhões contra USD 190.7 milhões registados em 2007. Todavia, do valor total vencido, somente USD 49.6 milhões foram efectivamente pagos com recursos



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

públicos, dos quais USD 36.6 milhões destinaram-se aos organismos multilaterais e o remanescente para a liquidação do serviço da dívida bilateral, pelo que, 28.2% (USD 19.5 milhões) do serviço da dívida externa pública foi liquidada com recurso ao financiamento excepcional.

No que concerne ao serviço da dívida externa privada vencida, registou-se um agravamento em 97% para USD 134.6 milhões do serviço da dívida externa excluindo os grandes projectos, cenário que melhora três vezes quando se incluem aqueles empreendimentos de IDE, facto associado ao seu peso (77%) e a redução registada por estes na estrutura do endividamento total do sector privado.

Saliente-se os pagamentos efectuados pelos sub sectores de Agro-indústria (USD 76.7 milhões), serviços de telecomunicações (USD 18.3 milhões) e Industrial (USD 17.4 milhões), respectivamente.

Em relação aos indicadores de sustentabilidade da dívida externa do país, mercê do aumento das exportações e da redução do valor do serviço de dívida dos grandes projectos em 2008 comparativamente à 2007, o rácio do serviço da dívida em relação às exportações de bens e serviços, excluindo o financiamento excepcional, passou de cerca de 40.7% em 2007 para 19.8% em 2008. No cenário em que se exclui o impacto dos grandes projectos e do financiamento excepcional, o rácio do serviço da dívida em relação às exportações de bens e serviços agravou de 11.3% para 13.6%, o que reflecte o peso dos empreendimentos financiados pelo investimento directo estrangeiro.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 4: Análise dos Determinantes, Sustentabilidade e Competitividade da Conta Corrente de Moçambique no Período 1997 a 2007

O Banco de Moçambique, na qualidade de autoridade monetária e cambial do país, elegeu para discussão em sessão aberta no seu XXXIII Conselho Consultivo, realizado em Janeiro de 2009, o tema “Como Melhorar a Posição das Contas Externas de Moçambique” com vista à fornecer um conjunto de informações indispensáveis para auscultação das percepções e sensibilidades dos diversos participantes sobre os principais determinantes e sustentabilidade do défice, bem como sobre o nível de competitividade do país no mercado internacional e, mais importante ainda, criar as condições para a promoção de um debate estruturado, construtivo e eficaz que servisse para se delinear, em conjunto, propostas de acções que concorram para a redução do défice externo do país.

Para o referido encontro, o BM preparou o documento intitulado “Análise dos Determinantes, Sustentabilidade e Competitividade da Conta Corrente de Moçambique no período de 1997 a 2007”. A escolha desta temática, resultou do facto de, nos últimos anos, apesar do ambiente macroeconómico cada vez mais favorável que se regista no país, consubstanciado numa inflação moderada e estável, crescimento anual do Produto Interno Bruto (média anual de 8% últimos 4 anos) e uma tendência de depreciação efectiva real da taxa de câmbio, compatível com a necessidade de promoção das exportações, a posição externa do país, medida pelo saldo da conta corrente, mostra uma situação de défice persistente com tendência de agravamento ao longo do tempo, o que não apenas levanta questões sobre os seus determinantes e sustentabilidade, mas também sobre a competitividade externa do País, num ambiente em que se caminha a passos largos para a integração regional ao nível da SADC.

Otrossim, a preocupação das autoridades em relação à necessidade de melhoria da posição externa do país não é recente. As diferentes políticas e estratégias de desenvolvimento implementadas no País, em várias etapas, sempre incorporaram medidas de estímulo à poupança interna para financiar o investimento e, assim, concorrer para o rápido crescimento do produto e das exportações e, deste modo, reduzir paulatinamente, a dependência do país à produção e poupança externa. Por exemplo, as reformas económicas e financeiras iniciadas no país em 1987, tinham como enfoque o restabelecimento do equilíbrio interno e externo, através da correcção e liberalização da taxa de câmbio, associada à implementação de políticas monetária e fiscal restritivas para conter a procura interna. O reconhecimento por parte das autoridades do país que a redução do défice fiscal e externo passa pelo aumento da poupança interna, como condição básica para gerar capacidade produtiva interna para incrementar as exportações e/ou substituir as importações, justifica a sua eleição como um dos principais objectivos do processo de reforma em curso no país, particularmente a nível do sector financeiro.

Foi nesta esteira que o Banco de Moçambique, levou para debate com os diferentes actores da vida económica, social e política do país, no seu XXXI Conselho Consultivo, realizado em Janeiro de 2007, a estratégia de bancarização da economia, visando o alargamento dos serviços financeiros para as zonas rurais e com potencial produtivo, e no XXXII Conselho Consultivo realizado no ano seguinte, o documento intitulado Custos de Intermediação Financeira versus Rentabilidade das Instituições de Crédito com vista a alertar para a prática de preços e taxas adequadas à necessidade de promover o acesso da população aos serviços oferecidos pelo sistema bancário e, desta forma, aumentar o potencial de poupança da economia.

Tendo em conta os avanços alcançados no processo de bancarização do país e o estágio da evolução da concertação entre o Banco de Moçambique e o sistema financeiro nacional relacionada com os custos de intermediação financeira, a necessidade de aumento da poupança interna no país, voltou a constituir matéria de análise, no sentido desta servir para a redução da persistente dependência externa do país, que resulta do baixo índice de poupança interna, contra um elevado nível de investimento interno e, sobretudo, de consumo.

Da análise efectuada, com base (i) na evolução da conta corrente de Moçambique; (ii) nas metodologias aplicadas em estudos similares; e (iii) na comparação de Moçambique com outros países no quadro da avaliação de desempenho em vários domínios com impacto sobre a sua competitividade externa, feita por organismos externos, as principais constatações e conclusões distribuídas pelas áreas de especialidade consideradas no estudo acima referido apresentado no XXXIII Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, são as seguintes:



Relativamente à análise da dinâmica e determinantes da conta corrente:

- O País apresenta um défice estrutural e sistemático que conduz a um cenário de dependência ao financiamento externo, tanto das despesas do Estado como das importações do País. Contudo, a expansão do défice da conta corrente é, fundamentalmente, explicada pelo padrão da conta parcial de bens e serviços (os bens representam um peso médio de 85% desta, contra 15% dos serviços);
- Os grandes projectos contribuíram para a expansão do défice em períodos anteriores a 2002, tendo invertido esta tendência desde 2003, e têm vindo a amortecer o défice da conta corrente total em percentagem do PIB numa média anual de 4 pp nos últimos 5 anos;
- O desempenho da conta corrente, excluindo grandes projectos, é resultado da baixa taxa de crescimento das exportações num contexto de rápido aumento das importações;
- Existe uma certa compatibilidade entre a estrutura do PIB e exportações no que se refere ao forte domínio de serviços e de bens agrícolas. No entanto, a análise indicia que o impacto dos grandes projectos na estrutura do PIB é diminuto, não obstante o seu grande peso nas exportações totais do país;
- As importações que o país tem vindo a fazer, não têm permitido consolidar e alargar a base produtiva, mas sim, expandir o padrão de consumo que a médio e longo prazo poderá tornar o défice comercial insustentável. O forte domínio dos serviços na estrutura do PIB parece estar a justificar o padrão dinâmico das importações do país, onde se nota uma forte predominância dos bens de consumo final e intermédio, facto que contribui para o aumento da dependência à produção externa para o abastecimento do mercado local;
- O comportamento acima mencionado, é ainda mais preocupante, se se considerar que sem os grandes projectos, em termos absolutos, entre 2002 e 2008, o país importou bens e serviços num valor médio anual de cerca de USD 2 375 milhões, contra exportações anuais de bens e serviços de cerca de USD 907 milhões. O actual padrão das exportações assente em produtos primários e semi-processados aliado à uma estrutura de produção frágil, limitam o aproveitamento, por parte dos sectores produtivos, dos ganhos proporcionados pela estabilidade macroeconómica, perpetuando a dependência do país à poupança externa.
- Existe uma relação entre o défice fiscal do país e o défice da conta parcial de bens com ou sem grandes projectos, confirmando deste modo, a hipótese dos défices gémeos. Outras variáveis que explicam os movimentos na conta de bens incluindo os grandes projectos numa relação directa, são a taxa de câmbio efectiva real, o grau de abertura ao exterior e o crescimento real do produto, de tal modo que um aumento destas, contribui para o agravamento do seu défice. Os termos de troca apresentam uma relação negativa com o défice comercial, confirmando a ocorrência do efeito Harberger-Laursen-Meltzer.

Relativamente à sustentabilidade do défice da conta corrente:

- A conta corrente apresenta níveis de insustentabilidade, tanto no curto como no longo prazo. A taxa de cobertura das importações pelas exportações tende a reduzir-se quando excluída a contribuição dos grandes projectos, o que é confirmado pelo método de Husted. A balança básica, excluindo grandes projectos, mostra que os capitais de longo prazo financiam uma menor proporção do défice da conta corrente antes de donativos.
- Contrariamente ao ponto acima referenciado, quando incluídos os grandes projectos, o défice da conta corrente tende a ser sustentável no médio prazo. Contudo, dado o elevado grau de concentração das exportações e a limitada interligação dos megaprojectos com os restantes sectores da economia, a referida sustentabilidade mostra-se bastante sensível à choques que possam ocorrer com os mesmos no longo prazo.
- O peso relativamente maior dos bens de consumo, acompanhado pelo aumento da taxa de endividamento externo da economia, indicia que parte dos recursos externos obtidos (incluindo donativos) não está a ser aplicada na ampliação da capacidade produtiva interna.



II-SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No concernente à competitividade:

- A análise dos indicadores de competitividade externa mostra que a economia observou ganhos reais de competitividade medidos pela taxa de câmbio efectiva real que teve uma tendência de depreciação no período em análise. A perda contínua da quota de mercado do País, junto dos seus principais parceiros, contraria a tendência de ganhos de competitividade que se observam ao nível da taxa de câmbio e termos de troca, situação que se altera quando se inclui o contributo dos grandes projectos. Entretanto, a perda da quota decorre de um maior crescimento das importações totais dos países em relação às exportações de Moçambique para os mesmos.
- A nível da SADC e incluindo os grandes projectos, Moçambique posiciona-se em 11º lugar no que se refere ao défice da conta corrente medido em percentagem do PIB, e em 10º no que diz respeito ao Índice de Avaliação Institucional e de Políticas do País (CPIA), compilado pelo Banco Mundial, posição idêntica quanto ao indicador de Ambiente de Negócios (Banco Mundial). Os Índices de Competitividade Global do World Economic Forum e o Índice de Diversificação das Exportações do African Economic Outlook, colocam Moçambique em 9º lugar, sendo que na avaliação do Business International Monitor, o País está na 8ª posição. Moçambique apresenta-se como uma das economias menos competitivas, reflectindo a sua base de exportação assente em produtos primários e semi-processados, baixa produtividade e qualificação da mão-de-obra.
- As diferentes análises efectuadas por organismos internacionais mostram que Moçambique é uma das economias que apresenta um quadro macroeconómico estável consubstanciada por uma inflação controlada, crescimento assinalável do PIB e políticas estruturais sólidas. No entanto, constrangimentos relacionados com os elevados custos para a abertura de negócios, contratação de mão-de-obra, entre outros, influenciam negativamente o ambiente de negócios.

Em suma, a análise efectuada mostrou que, a posição externa de Moçambique é dual, dado o facto de quando incluída a contribuição dos grandes projectos a conta corrente mostra sinais de sustentabilidade no curto e médio prazos, para além do sector externo mostrar sinais de reacção às medidas de política económica que têm vindo a ser introduzidas, bem como às mudanças que se verificam no mercado internacional, o que contrasta com a dinâmica dos restantes sectores da economia que se apresentam com uma estrutura mais rígida às alterações dos preços, aos estímulos de taxa de câmbio e uma fraca ligação com os grandes projectos.

Efectivamente, a implantação dos grandes projectos teve um impacto significativo no desempenho das contas externas do País, mercê do elevado volume de exportações e um efeito positivo sobre o crescimento do PIB, à medida que foram entrando em funcionamento, levando a que a sua contribuição neste último indicador se situasse em cerca de 9% nos últimos anos. No entanto, o facto dos megaprojectos usufruírem de elevados benefícios fiscais, aliado à possibilidade destes colocarem as suas receitas fora do sistema financeiro nacional, não tem contribuído para o aumento da poupança doméstica, pública e privada, que seria relevante para reduzir a dependência do país à poupança externa. Adicionalmente, nota-se que o elevado crescimento das exportações deste segmento não tem também propiciado a expansão dos outros sectores da economia dada a sua fraca ligação com os mesmos, donde resulta um baixo efeito multiplicador sobre o PIB e o rendimento nacional.

Convém mencionar que as autoridades moçambicanas têm vindo, nos últimos tempos, a introduzir reformas no quadro legal em vigor, por exemplo a revisão da lei cambial e os recentes dispositivos aprovados para as áreas de exploração mineira e petróleo, que permitirão uma maior contribuição dos futuros projectos para as contas fiscais do país, concorrendo, deste modo, para o incremento da poupança interna e redução da dependência externa.

(*)A presente caixa apresenta um breve resumo (sumário executivo) do estudo “Análise dos Determinantes, Sustentabilidade e Competitividade da Conta Corrente de Moçambique no período de 1997 a 2007” elaborado pelo Banco de Moçambique e apresentado no seu XXXIII Conselho Consultivo. Esta versão foi actualizada com dados de 2008, como forma de ajustá-la ao ano a que o Relatório Anual faz referência.



Sector Bancário Moçambicano

Caracterização e Distribuição das Agências

O sistema bancário continua sendo palco de muitas transformações acompanhando assim a tendência internacional. As transformações consubstanciam-se no desenvolvimento de novos produtos financeiros, investimento em infraestrutura tecnológica, modernização e expansão dos canais de distribuição (ATMs, abertura de mais agências) com vista a responder à enorme e crescente procura pelos serviços bancários.

Os incentivos fiscais atractivos, o elevado nível de rendibilidade, o quadro regulamentar favorável ao investimento, o potencial para crescimento da actividade económica são alguns dos elementos que tem atraído mais investidores para o sector bancário, facto evidenciado pelo crescente número de pedidos de licenciamento para o exercício da actividade financeira e das licenças concedidas.

Em 2008, operavam em Moçambique 21 instituições de crédito sendo 14 bancos dos quais 3 são de microfinanças, 5 cooperativas, 1 microbanco e 1 instituição de locação financeira. No decurso de 2008, dois novos bancos iniciaram sua actividade: o Mozabanco e o Banco Terra. Apesar de haver alterações na estrutura de capital de alguns bancos a maior parte do capital no sistema bancário continua largamente de origem estrangeira sendo que a presença de capitais nacionais é notória em apenas bancos pequenos e em microbancos e cooperativas (alguns dos quais em processo de licenciamento). Em Dezembro de 2008, os capitais nacionais representavam 26,7 por cento sendo o remanescente, capitais estrangeiros. Portugal e África do Sul representam em conjunto 44,4 por cento dos capitais totais e 60,6 por cento dos capitais estrangeiros.

A presença de bancos de capitais estrangeiros tem trazido enormes vantagens para o sistema bancário em termos de gestão, transferência de tecnologia, conhecimentos, bem como observância de padrões elevados de actividade bancária definidos nos países de origem. Esse processo de integração tem fortalecido o sistema bancário e, ao mesmo tempo, expondo a dinâmicas do mercado global.

Em 2008 a rede de agências bancárias continuou a crescer de forma significativa passando de 276 em Dezembro de 2007 para 343 em Dezembro de 2008 (Quadro 28). Essa expansão ocorreu não só nos centros urbanos mas também nos distritos que anteriormente não possuíam qualquer agência bancária (ex. Namialo, Malema, Alto-Molócuè, Inharrime, Bárue, Magude, Caia). O aumento do número de agências bancárias, principalmente nos distritos, revela por um lado, que as instituições de crédito tem respondido positivamente ao apelo do Governo de Moçambique, de expandir os serviços financeiros às zonas rurais, e, por outro, à necessidade de abranger maior número da população, de alargar a base de clientes e captar poupanças.



Quadro 28: Distribuição Geográfica das agências bancárias

Província	2008	2007	2006	Var. 07-08	Var. %
Cidade de Maputo	146	121	105	25	20,7
Província de Maputo	32	27	18	5	18,5
Sofala	32	26	23	6	23,1
Nampula	32	22	17	10	45,5
Gaza	19	17	14	2	11,8
Inhambane	21	16	13	5	31,3
Manica	16	14	12	2	14,3
Tete	17	11	8	6	54,5
Zambézia	14	10	10	4	40,0
Cabo Delgado	8	8	7	0	0,0
Niassa	6	4	4	4	50,0
Total	343	276	231	67	24,3

O número de empregados no sistema continuou a aumentar reflectindo o processo de expansão da rede de agências a nível nacional. Em Dezembro de 2008 o sector bancário empregava cerca de 5.793 empregados o que corresponde a um aumento de 17,8 % face a Dezembro de 2007.

Concentração na Indústria Bancária

O sistema bancário continua com altos níveis de concentração. Os quatro maiores bancos representavam no final de 2008, 88,9 % do activo líquido, 88,6 % do crédito, 91,1 % dos depósitos e 75,8 % dos fundos próprios totais do sistema. Estas cifras estão muito próximo das do ano anterior. No entanto, as cooperativas registaram no mesmo período 1,02 % para o activo, 1,08 %, crédito, 0,5 %, depósitos e 2,5 %, fundos próprios, cifras inferiores às do ano anterior excepto a dos depósitos que cresceram 0,02 pp. Em geral, o peso das cooperativas no sistema bancário vem diminuindo ano após ano, devido à forte concorrência prevalecente no mercado, principalmente no segmento de micro-crédito.

A evolução do índice de herfindhal – Hirschman (IHH)²⁰ revela igualmente a existência de elevados níveis de concentração em todos mercados relevantes. Além de serem elevados, o gráfico 26 revela que os níveis de concentração aumentaram ligeiramente face a Dezembro de 2007. O IHH para crédito fixou-se em 0,272 (0,253 em Dezembro de 2007), para os depósitos, 0,252 (0,251 em Dezembro de 2007) e 0,244 (0,238 em Dezembro de 2007) (Gráfico 25). Esta variação reflecte a dinâmica do mercado e a competição que existe entre as instituições, em que os grandes procuram consolidar as suas posições e os pequenos e os novos entrantes procuram conquistar algum espaço.

20 O Índice de Herfindahl – Hirschman é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 0,10 indicam ausência de concentração, valores superiores 0,18 indicam elevada concentração e valores entre 0,10 e 0,18 indicam concentração razoável.



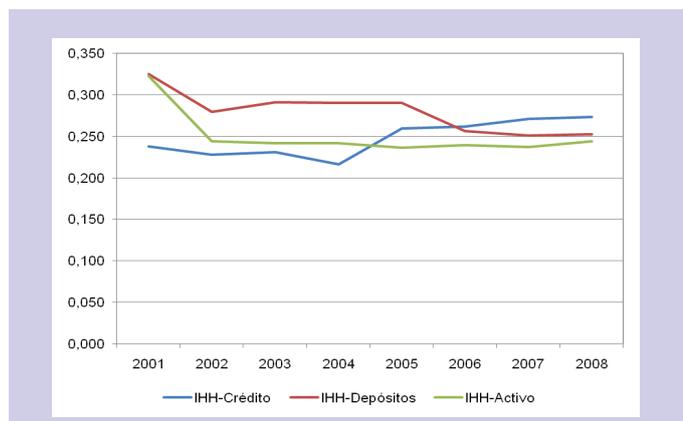


Gráfico 25: Índice de Herfindhal – Hirschman no sistema bancário

A desigualdade na distribuição das quotas de mercado entre as instituições medida pelo Índice de Gini²¹, continuou a aumentar. Em Dezembro de 2008 o índice de Gini fixou-se em 78,95 pontos índices face aos 76,3 e 75,61 pontos índices registados em Dezembro de 2007 e de Dezembro de 2006, respectivamente.

Desempenho do Sistema Bancário

Estrutura Patrimonial

Activos

Em 2007, a actividade do sistema bancário, avaliada pelo activo total em base consolidada, continuou a apresentar um ritmo de crescimento significativo, aumentando 25,6 por cento, continuando o crédito a clientes a apresentar o principal contributo para esta expansão (gráfico 26) e em menor grau, os activos financeiros nomeadante, títulos de dívida pública.

O crédito a clientes, principal componente do activo, continuou a evidenciar um crescimento significativo, aumentando em 11 784 971 milhares de Meticais, o que representa um crescimento de 38,7 por cento face a Dezembro de 2007. Esta evolução reflectiu o dinamismo que se assiste no mercado doméstico em que se destaca a significativa aceleração dos empréstimos concedidos a particulares.



²¹ O índice de Gini é uma estimativa do grau de desigualdade entre os bancos quanto à quotas de mercado. O índice varia de 0-100, sendo zero para perfeita igualdade, e 100, perfeita desigualdade.

III-SISTEMA FINANCEIRO

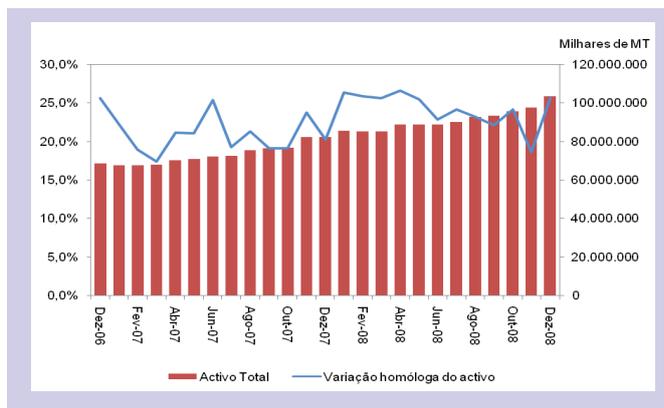


Gráfico 26: Evolução do activo

Esta evolução permitiu aumentar a importância da carteira de crédito a clientes na estrutura do activo passando de 36,9 por cento em Dezembro de 2007, para 40,8 por cento em Dezembro de 2008 (Gráfico 27). As aplicações em outras instituições de crédito que em Dezembro de 2007 representavam 22,7 % do activo total, em Dezembro de 2008 diminuíram para 16,4 por cento. Esta diminuição decorre do aumento expressivo da carteira de crédito.

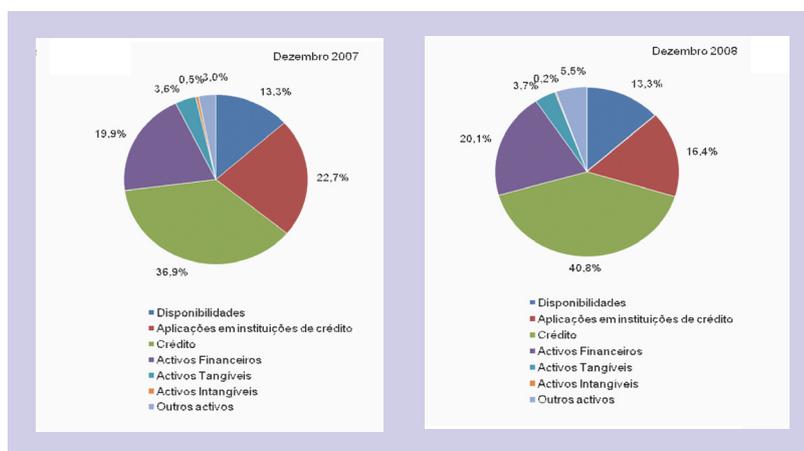


Gráfico 27: Estrutura do activo (2007) **Gráfico 28: Estrutura do activo (2008)**

Apesar de no último trimestre de 2008 registar uma ligeira subida, o peso do crédito em moeda estrangeira na carteira total e no activo total continua com tendência decrescente (gráfico 29). Esta tendência reflecte em parte, o regime de provisionamento para crédito em moeda estrangeira introduzido pelo Aviso 5/GGBM/2005, 20 de Maio conjugado com o crescimento acelerado na carteira de crédito e no activo total. Entretanto, em termos absolutos, o crédito em moeda estrangeira apresentou em 2008, uma trajectória ascendente crescendo 60,4 por cento (gráfico 29).



III-SISTEMA FINANCEIRO

Embora com um menor contributo para o aumento do activo total, os activos financeiros²², maioritariamente representados pelos activos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente títulos de dívida pública moçambicana, cresceram 26.9 %, reforçando sua posição na estrutura do activo, que passou de 19.9 % em Dezembro de 2007 para 20,1 em Dezembro de 2008. Contrariamente à tendência dos activos disponíveis para venda, os investimentos detidos até a maturidade representavam apenas 6.1 % dos activos financeiros e ao longo de 2008 apresentaram uma trajectória tendencialmente decrescente, influenciada significativamente pelos títulos de dívida pública moçambicana.

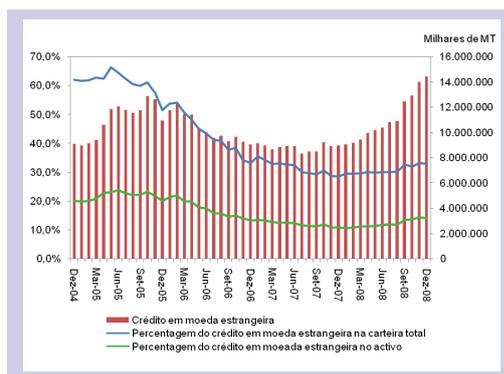


Gráfico 29: Evolução do crédito em moeda estrangeira

Ao contrário do que se registou em 2007, as aplicações em instituições de crédito diminuíram 9.2 %, reduzindo assim o contributo no activo total de 22.7 % para 16.4 %. Esta evolução decorreu da diminuição registada nas aplicações (depósitos a prazo) em outras instituições de crédito no estrangeiro²³ em 66.9 % face a Dezembro de 2007. Por sua vez, a diminuição acentuada verificada nos depósitos a prazos em outras instituições no estrangeiro agravou-se quando em Julho de 2008, um dos grandes bancos alterou a classificação previamente atribuída aos mesmos. Saliente-se que os depósitos a prazo em outras instituições de crédito representavam até Junho de 2008, maior parte das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro e ao longo 2008 apresentou uma trajectória tendencialmente decrescente, contrariando assim a tendência dos anos anteriores.

Passivo

A semelhança de outros anos, os depósitos continuam sendo o maior passivo das instituições bancárias apresentando uma taxa de variação de 24.8 no final de 2008 (Gráfico 30). Esta evolução reflecte por um lado, a expansão da rede de agências bancárias e por outro, das estratégias mais concorrenciais de captação de poupanças que se têm evidenciado pelas campanhas publicitárias. Embora os depósitos a ordem continuem com maior peso na estrutura dos depósitos, o contributo dos depósitos a prazo quer para evolução dos depósitos totais como na estrutura dos depósitos, têm evoluído favoravelmente (Gráfico 31). Em finais de 2007, os depósitos a prazo cresceram



22 Os activos financeiros compreendem os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluindo derivados de negociação (líquido de passivos financeiros detidos para negociação), os activos financeiros disponíveis para venda, os investimentos detidos até à maturidade, os investimentos em filiais e os derivados de cobertura.

23 Exclui bancos centrais e organizações internacionais

III-SISTEMA FINANCEIRO

34,2 por cento passando a representar 33.0 % dos depósitos totais (30,6 por cento em Dezembro de 2007) (Gráfico31). No mesmo período, os depósitos a ordem cresceram 19.9 % e ainda assim, o peso relativo na estrutura dos depósitos diminuiu de 68.8 % para 66.1 %.

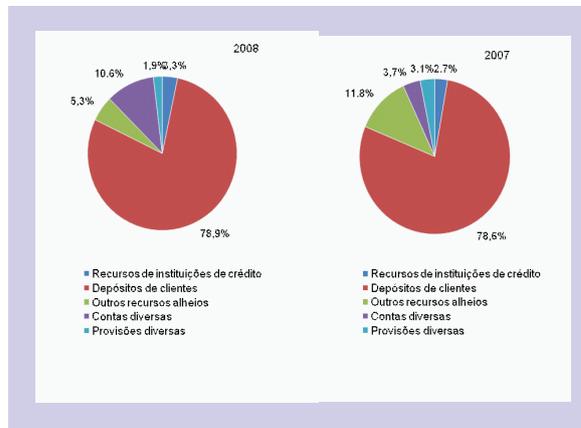


Gráfico 30: Estrutura do passivo

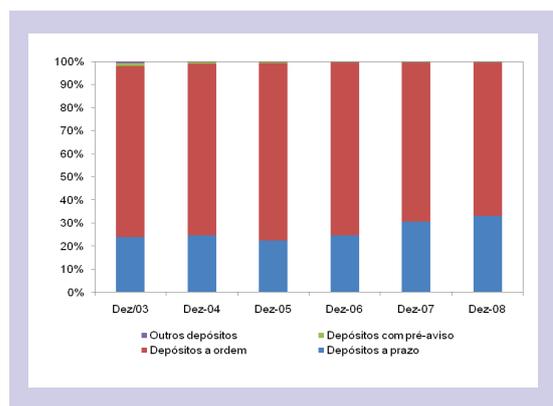


Gráfico 31: Estrutura de depósitos de clientes

Os outros recursos alheios diminuíram 44.1% em 2008. Esta diminuição resultou fundamentalmente da diminuição da rubrica outros recursos de clientes em 49.3%, que, por sua vez, foi influenciada pelo facto de deixar de incluir neste grupo de contas os recursos consignados e diminuição das operações de venda com acordo de recompra. Estas rubricas passaram a estar incluídas no grupo de contas designadas “contas diversas” pelo que se nota em 2008, um crescimento substancial desta rubrica aumentando seu contributo na estrutura do passivo de 3,7 em Dezembro de 2007 para 10,6 em Dezembro de 2008 (Gráfico 30). Refira-se que, as operações de venda com acordo de recompra e os recursos consignados representavam em 2007, 61.6 % dos outros recursos alheios.

A rubrica de capital e reservas manteve a tendência de aceleração evidenciada nos últimos anos, registando um crescimento de 37.7 % em 2008. Este crescimento decorre dos aumentos de capital efectuados por algumas instituições, das reservas legais e de outras reservas.



Solvabilidade

A entrada em vigor das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs) no sistema bancário trouxe alterações na computação dos fundos próprios. A alteração regulamentar incidiu principalmente na inclusão de novos elementos (positivos e negativos) elegíveis para a determinação de fundos próprios o que por sua vez alterou a composição dos elementos associados aos fundos próprios de base e complementares para efeitos de solvabilidade. Entretanto, o regime prudencial para determinação dos requisitos de capital manteve-se inalterado, devendo as instituições de crédito manter a todo momento, um rácio de solvabilidade não inferior a 8 por cento.

Em 2008 o rácio de solvabilidade do sistema bancário, avaliado em base consolidada, registou uma diminuição, situando-se em 13.9 % (14.2 % em Dezembro de 2007) (Gráfico 32). A evolução do rácio traduziu o aumento significativo dos requisitos de fundos próprios, de cerca de 34.1 %, apenas parcialmente compensado pelo aumento dos fundos próprios totais em 31.2 %. No mesmo período, o rácio de solvabilidade calculado com base nos fundos próprios de base (TIER I) apresentou um acréscimo de 12.1 % para 12.4 %.

O aumento dos fundos próprios totais reflectiu os contributos positivos dos aumentos de capital em 698 986 milhares de Meticaís (+24,9 por cento face a Dezembro de 2007), da evolução positiva das reservas provenientes da não distribuição de resultados em 1 408 450 milhares de Meticaís (+56,9 % que Dezembro de 2007) e em menor grau, aumentos nos resultados transitados de exercícios anteriores em 211 066 milhares de Meticaís (+231,4 % face a Dezembro de 2007).

Em relação aos activos ponderados pelo risco, o aumento observado esteve em linha com a expansão de crédito concedido ao sector privado não financeiro. É de salientar a aceleração verificada no crédito a particulares para consumo e outros fins, uma vez que estes empréstimos estão sujeitos a requisitos de capital mais elevados que outros empréstimos, por estes não estarem associados, em geral, a garantias reais.

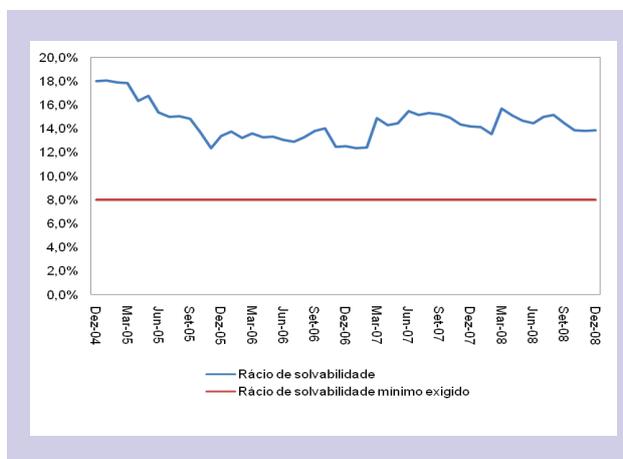


Gráfico 32: Rácio de Solvabilidade

III-SISTEMA FINANCEIRO

A distribuição das instituições quanto ao rácio de solvabilidade, revela que apenas duas instituições não cumpriram com o requisito mínimo do rácio de solvabilidade (Gráfico 32). Nos anos anteriores, estas instituições encontravam-se na mesma situação, ainda que uma delas de forma esporádica regista-se valores acima do mínimo exigido. Nota-se todavia, que a maioria das instituições no sistema bancário apresenta rácio de solvabilidade acima de 25 % (Gráfico 33).

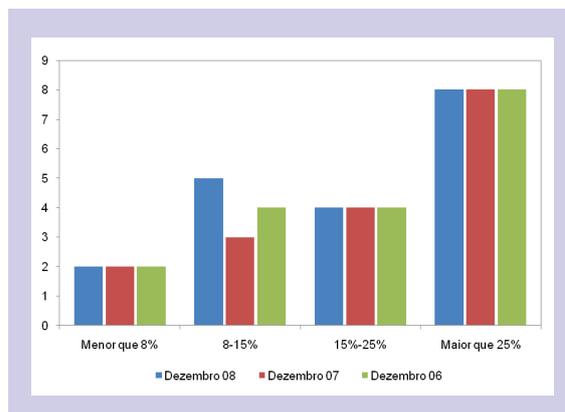


Gráfico 33: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade

O gráfico 34 apresenta a distribuição de instituições de crédito em função do peso no activo total do sistema. Apesar de a maioria das instituições (42,1 % que corresponde a 8 instituições) registar rácio de solvabilidade acima de 25 %, o peso destas instituições no activo total é de apenas 7,0 % (6,7 por cento em Dezembro de 2007). As instituições de crédito que registaram rácio de solvabilidade entre 8 % e 15 % (26,3 % das instituições) representavam 82,4 % do activo total do sistema e as instituições de crédito com rácio inferior a 8 % (10,5 % das instituições), apenas 0,1 % (Gráfico 34). Os três maiores bancos encontram-se na categoria das instituições que apresentam rácio de solvabilidade entre 8 % e 15 % e o quarto na categoria de 15 % a 25 %.

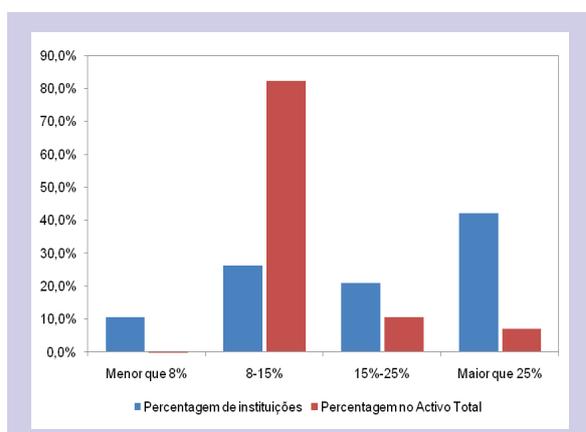


Gráfico 34: Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade



III-SISTEMA FINANCEIRO

Em geral, o sistema bancário continuou a apresentar níveis de capitalização satisfatórios. A existência de maior número de instituições com rácio de solvabilidade acima de 8 por cento e o comportamento relativamente estável do rácio de solvabilidade do sistema em base consolidada é sinal de que o sistema bancário continua sólido e estável. Há no entanto, instituições que operaram na tangente do rácio de solvabilidade que, pelo facto, vêm sendo instadas a incrementar seus fundos próprios para níveis adequados, que permitam de forma permanente, fazer face a choques adversos de natureza e magnitude incertos. Saliente-se porém, que a persistência de perturbações nos mercados financeiros internacionais, poderá condicionar ainda que em menor grau, a evolução dos fundos próprios totais em algumas instituições na medida em que a contracção de empréstimos subordinados no mercado internacional poderá ser mais restritiva. Nestas circunstâncias o aumento poderá ser efectuado através da não distribuição de resultados, facto que algumas instituições têm vindo a anunciar por ocasião da apresentação dos resultados de 2008.

Rendibilidade

Apesar do comportamento desfavorável no mercado financeiro internacional, em 2008, os resultados líquidos do sistema bancário, em base consolidada, apresentaram um crescimento de apenas 13.4 %, mantendo assim a tendência de desaceleração iniciada em Outubro de 2006. Este abrandamento nas taxas de crescimento, foi fortemente influenciado pela desaceleração da margem financeira que cresceu 6.4 % em Dezembro de 2008 (27.2 % em Dezembro de 2007), passando a representar apenas 58,8 % do produto bancário (70.2 % em 2007). A diminuição no ritmo de crescimento da margem financeira pode estar associada entre outros, ao estreitamento do diferencial das taxas de juro dos créditos e depósitos, que por sua vez tem permitido a diversificação das fontes de rendibilidade evidenciado pelo aumento do contributo das comissões e dos lucros em operações cambiais na estrutura do produto bancário (gráfico 34 e gráfico 35).

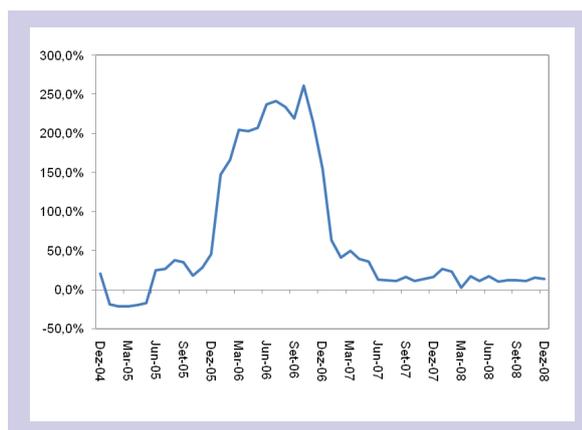


Gráfico 35: Variação homóloga dos resultados



III-SISTEMA FINANCEIRO

Os juros de crédito a clientes cresceram 29.7 % aumentando assim, seu contributo na estrutura de juros e proveitos equiparados em 10.8 % (Gráfico 36). Os juros provenientes de activos financeiros, representados maioritariamente por activos financeiros disponíveis para venda, diminuíram 18.7 %, diminuindo igualmente o contributo nos proveitos de 23.2 % em Dezembro de 2007, para 17.0 % em Dezembro de 2008 (Gráfico 36). O remanescente dos juros e proveitos equiparados resultou de vários outros activos com menor representatividade no balanço.

O rendimento de serviços e comissões (líquidos) registou um crescimento de 73.8 % que se reflectiu num aumento substancial no contributo para o produto bancário, passando de 15.3 % em Dezembro de 2007, para 20.9 % em Dezembro de 2008. Esta evolução foi fortemente influenciada pelas comissões associadas a prestação de serviços bancários tradicionais (anuidades de cartões, transferência de valores), operações por conta de terceiro, e de outros ganhos e rendimentos operacionais. Esta última categoria, foi determinante dado que decorre da adopção das normas internacionais de relato financeiro e não era incluído no cômputo das comissões no plano de contas anterior.

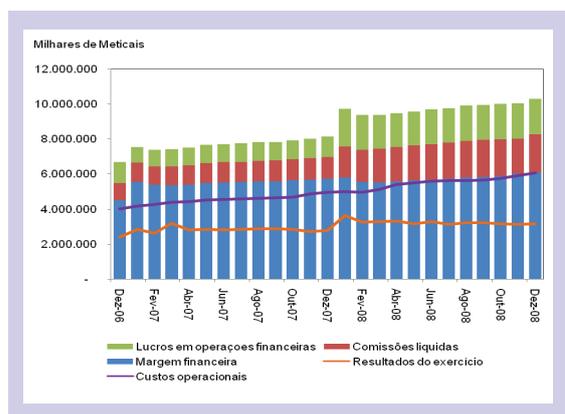


Gráfico 36: Composição dos resultados

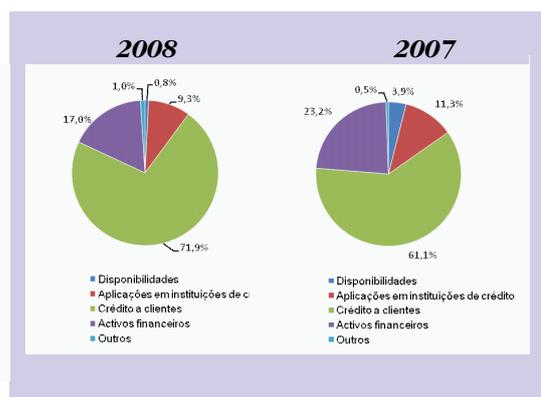


Gráfico 37: Estrutura dos juros e proveitos equiparados

Os resultados obtidos em operações financeiras apresentaram um crescimento de 75.9 %, o que corresponde a um aumento no contributo para o produto bancário de 14.2 % em 2007 para 19.7 % em 2008. Esta evolução poderá largamente estar associada ao facto de o sistema bancário ter assumido posições curtas perante o comportamento do Metical face às principais moedas, o que permitiu que algumas instituições realizassem ganhos substanciais decorrentes da reavaliação das posições cambiais. O comportamento das restantes componentes destes resultados não registou uma evolução significativa.

III-SISTEMA FINANCEIRO

Os indicadores de rentabilidade registaram uma diminuição face ao ano anterior, mantendo assim a tendência decrescente iniciada em finais do primeiro trimestre de 2007 (Gráfico 37). A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) fixou-se em 44.7 % (-6 pontos percentuais face a Dezembro de 2007) e a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) em 3.5 % (-0,3 pp face a Dezembro de 2007). A tendência decrescente dos indicadores de rentabilidades pode estar associada a uma multiplicidade de factores como por exemplo, a entrada no mercado, de novos actores, de acumulação de prejuízos por parte de algumas instituições, diminuição do spread das taxas de juros e, acima de tudo, do crescimento acelerado dos activos e dos capitais próprios. Apesar desta diminuição a rentabilidade do sistema bancário continua elevada e em níveis relativamente confortáveis. De acordo com a informação disponível, o sistema bancário apresenta níveis de rentabilidade superiores aos da maioria dos países da região (exemplo: Namíbia, Malawi, Quênia)

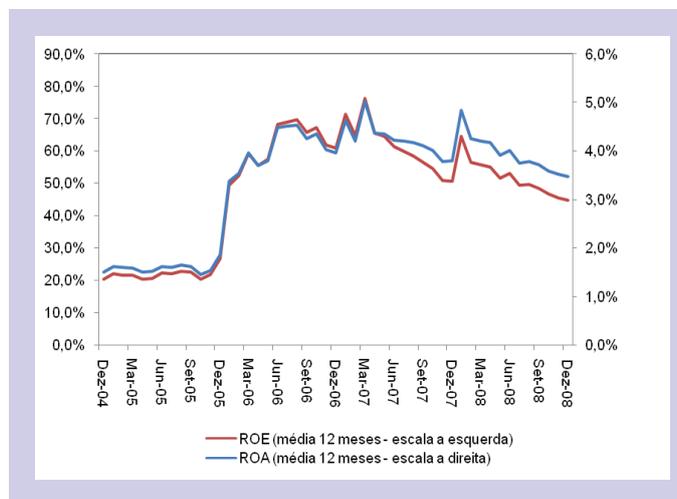


Gráfico 38: Rentabilidade

Em relação aos custos operacionais, assistiu-se uma evolução desfavorável tendo contribuído negativamente para a evolução dos resultados, crescendo 24.5 % em 2008 (23.4 % em 2007). Esta evolução resultou do aumento dos custos de pessoal e de fornecimentos e serviços de terceiros decorrentes, principalmente, da expansão da rede de balcões, que por sua vez exigiu a contratação de mais pessoal e de aumento de outros meios necessários para funcionamento de uma agência. A rubrica de fornecimentos e serviços de terceiro (principal componente dos custos operacionais – gráfico 38) aumentou 30.5 %, reflectindo essencialmente o aumento das rendas e serviços especializados. O aumento dos custos com o pessoal foi de 19.5 % passando a representar 45.1 % dos custos operacionais e reflectiu o aumento das remunerações dos empregados.



III-SISTEMA FINANCEIRO

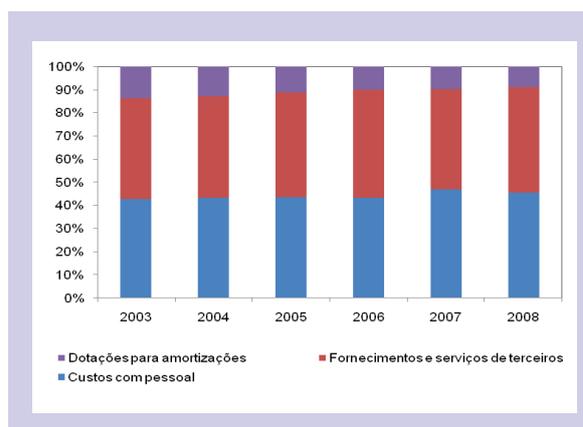


Gráfico 39: Estrutura dos custos operacionais

Após registrar uma tendência decrescente nos últimos dois anos, o indicador de eficiência, cost-to-income, apresentou ao longo de 2008, uma trajetória ascendente, apesar de registrar em Dezembro de 2008, uma cifra inferior em 2,1 pontos percentuais em relação a 60,8 registrados em Dezembro de 2007 (Gráfico 39). Esta tendência está intimamente associada ao efeito conjugado do crescimento moderado do produto bancário e do crescimento acelerado dos custos operacionais reflectindo o aumento dos custos inerentes à expansão da rede de agências. Entretanto, a distribuição deste indicador no sistema bancário é bastante diferenciada havendo instituições com rácio inferior a média do sistema bancário e outras, com valores muito superiores. Fazem parte deste último grupo, as cooperativas, os novos bancos e as instituições a operar no segmento de microfinanças. A instituição mais eficiente no mercado apresentou o rácio de eficiência de 46.0 % e é por sinal, a instituição mais rentável do mercado bancário.

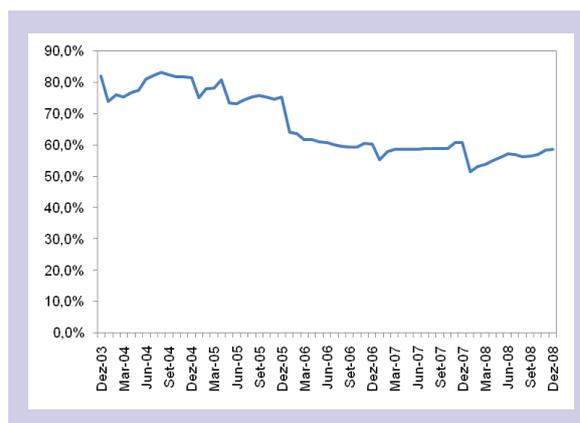


Gráfico 40: Rácio de Eficiência-cost to income

